

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 186/2025
Data: 27/11/2025**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
AUDIÊNCIA SOBRE PL DOS PORTOS EXPÔE IMPASSE ENTRE TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS	4
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	5
PROJETO BILIONÁRIO DA PETROBRAS AVANÇA EM SERGIPE COM ESCOLHA DA SBM OFFSHORE	5
SUAPE MIRA PARCERIA COM SINES, O PORTO EUROPEU MAIS PRÓXIMO DO NORDESTE	6
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	8
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS MODERNIZA REGRAS PARA REEMISSÃO DE DEBÊNTURES	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	9
No RIO DE JANEIRO, GOVERNO FEDERAL INTENSIFICA AÇÕES PARA MODERNIZAR A LOGÍSTICA DA REGIÃO EM DEBATE DO PNL 2050.....	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT	11
EDITORIAL – TERRAS RARAS: A IMPORTÂNCIA DE SE INVESTIR EM PESQUISA	11
OPINIÃO – ARTIGOS - CANDIDATO A CASE, PROCESSO DO TECON-10 SEGUE DEIXANDO LEGADOS	12
BRASIL APOSTA NO SAF PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DA AVIAÇÃO.....	15
ESPECIALISTAS APONTAM ENTRAVES PARA NOVAS FRONTEIRAS DO PETRÓLEO NO BRASIL	16
EXPANSÃO NUCLEAR VOLTA AO CENTRO DA AGENDA ENERGÉTICA NO BRASIL	17
GOVERNO INVESTE EM PESQUISAS PARA IMPULSIONAR SETOR MINERAL.....	19
DEBATE JURÍDICO DISCUITE DESAFIOS REGULATÓRIOS E QUALIFICAÇÃO MARÍTIMA	20
MESMO PRESOS, BOLSONARO E DEMAIS CONDENADOS CONTINUAM RECEBENDO SALÁRIOS; SAIBA OS VALORES	21
MORAES AUTORIZA NOVA VISITA DE MICHELLE AO EX-PRESIDENTE POR MEIA HORA	22
AUGUSTO HELENO DIZ AO EXÉRCITO QUE FOI DIAGNOSTICADO COM ALZHEIMER EM 2018	23
QUATRO PRESIDENTES BRASILEIROS FORAM PRESOS DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS	23
CONDENAÇÃO DE ENVOLVIDOS NA TRAMA GOLPISTA É “LIÇÃO DE DEMOCRACIA AO MUNDO”, DIZ LULA	25
EXTRADIÇÃO, INTERPOL, PRISÃO E PERDA DE MANDATO: O QUE PODE ACONTECER COM RAMAGEM?	25
APÓS LIGAÇÃO RECUSADA POR ALCOLUMBRE, MESSIAS CENTRA ESFORÇOS EM PRESIDENTE DA CCJ E RELATOR	27
NACIONAL - HUB – CURTAS - LEILÃO DE 19 AEROPORTOS MARCA NOVA FASE DA AVIAÇÃO REGIONAL.....	28
<i>Leilão de aeroportos</i>	28
<i>Modelo simplificado</i>	28
<i>Falta de recursos</i>	28
<i>Combate à sonegação sob risco</i>	28
<i>Ministro desconhece</i>	28
<i>Balanças precisas</i>	28
LÍDER DO PT NA CÂMARA DIZ QUE LULA VAI 'ENTRAR EM CAMPO' PARA MESSIAS SER APROVADO NO SENADO.....	29
TARCÍSIO DE FREITAS AFIRMA NÃO TER DÚVIDAS DE QUE A DIREITA VAI “TIRAR O BRASIL DO PT”	29
DERRITE DEIXARÁ DEFINITIVAMENTE GOVERNO PAULISTA NO PRÓXIMO DIA 1º; ELE VAI VOLTAR À CÂMARA	30
SOJA LIDEROU A MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO PARANÁ E SOMA US\$ 5,2 BI EM EMBARQUES	31
GOVERNO PROJETA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA COM PACOTE DE DESCARBONIZAÇÃO	33
CARAVANAS DA INOVAÇÃO ENCERRAM CIRCUITO NACIONAL NO PORTO DE SANTOS	34
PROGRAMAÇÃO FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA	35
GOVERNO REDEFINE AVALIAÇÃO DE NOVAS OBRIGAÇÕES EM CONCESSÕES DE AEROPORTOS	35
EMBRAER RECEBE R\$ 1 BI DO BNDES PARA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES	36
STF SUSPENDE PROCESSOS SOBRE INDENIZAÇÕES POR ATRASOS E CANCELAMENTOS DE VOOS	37
GOVERNO SANCIONA MARCO ELÉTRICO APÓS DUAS DÉCADAS DE DEBATES	39
NOVA LEI DO SETOR ELÉTRICO PÔE EM DÚVIDA LEILÃO DE BATERIAS PREVISTO PARA 2026.....	40
CONSUMIDORES PROJETAM ALTA DE ATÉ R\$ 8 BILHÕES AO ANO COM NOVO MARCO	41
CCJ APROVA REALOCAÇÃO DE EMPREGADOS DE ESTATAIS DO SETOR ELÉTRICO PRIVATIZADAS	42
PROJETO DE LEI fixa TETO PARA PREÇO DA ENERGIA DE ITAIPU	43
EM ALTA DE 1,7%, A 158,5 MIL PONTOS, IBOVESPA QUEBRA RECORDES DE 11 DE NOVEMBRO	44
DÓLAR CAI PARA R\$ 5,33 COM APOSTA DE CORTE DE JUROS PELO FEDERAL RESERVE	45
OPINIÃO – ARTIGOS - O PORTA-VOZ NA CRISE CORPORATIVA ELE É A FACE HUMANA QUE PROTEGE, INTERPRETA E RECONSTRÓI A REPUTAÇÃO DE UMA EMPRESA	46
INCÊNDIO ATINGE CONJUNTO RESIDENCIAL DE 2 MIL APARTAMENTOS EM HONG KONG E MATA 44	48
APÓS ATAQUE A TIROS A MILITARES, TRUMP PEDE ENVIO DE MAIS 500 SOLDADOS A WASHINGTON	49



JORNAL O GLOBO – RJ..... 50

CONGRESSO DERRUBA PARTE DE VETOS DE LULA E FLEXIBILIZA PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS ...	50
CHINA INTERROMPE PARTE DAS IMPORTAÇÕES DE SOJA DO BRASIL POR CONTAMINAÇÃO.....	51
TRUMP FARÁ DO G-20 EM SEU RESORT DE GOLFE EM MIAMI UM EVENTO SOMENTE PARA CONVIDADOS	52
SOB PRESSÃO, MOTTA ANUNCIA RELATORES DO PROJETO QUE PUNE DEVEDOR CONTUMAZ E PACOTE ANTIFRAUDE NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS	54
CLAUDIO CASTRO VAI AO CONGRESSO PARA PRESSIONAR POR DERRUBADA DE VETOS LULA A PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DE ESTADOS	55

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP..... 56

CENÁRIO ANDA NA DIREÇÃO QUE BC GOSTARIA, TALVEZ NÃO TÃO RÁPIDO COMO GOSTARIA, DIZ GALÍPOLO	56
NOVO PLANO DA PETROBRAS REDUZ INVESTIMENTO PARA 2026-2030.....	59
CONGRESSO LIBERA GOVERNO PARA GASTAR R\$ 42 BI COM BENEFÍCIOS SOCIAIS SEM TRAVA DA REGRA DE OURO	59
CONCESSIONÁRIA DE GUARULHOS ARREMATA 12 AEROPORTOS EM LEILÃO; ALEMÃ FRAPORT FICA COM JERICOACOARA	60
TARCÍSIO DIZ QUE REFIT FRAUDAVA R\$ 350 MI POR MÊS E QUE PROJETO CONTRA DEVEDOR CONTUMAZ GANHA FORÇA	62
NEOENERGIA ANUNCIA 1º POSTO DE HIDROGÊNIO VERDE DO BRASIL E FECHA PARCERIA COM A HONDA	63
CORREIOS, EM CRISE, VÃO ADIAR PARA 2027 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO REALIZADO NO FIM DE 2024	64

VALOR ECONÔMICO (SP)..... 65

CONGRESSO DERRUBA MAIORIA DOS VETOS DE LULA AO PROJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	65
GRUPO REFIT, DA REFINARIA DE MANGUINHOS, É ALVO DE MEGAOPERAÇÃO	67
MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE PARA TCU MONITORAR CRISE FINANCEIRA DA ELETRONUCLEAR.....	69

PORTAL PORTOS E NAVIOS..... 70

BUNKER COM 24% DE BIODIESEL ABASTECE 3 NAVIOS DA TRANSPETRO	70
MPOR ATUALIZA REGRAS SOBRE USO DE DEBÊNTURES EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	71
LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS SOBE 20% EM 9 MESES	71
PL 733: FENOP ACREDITA EM INCLUSÃO DE TEMAS ACORDADOS POR TRABALHADORES E EMPREGADORES	72
TECON SANTOS RECEBERÁ 2 PORTÉINERES E 8 GUINDASTES DE PÁTIO ELÉTRICOS EM JANEIRO	74
BRASIL CONCORRE À REELEIÇÃO NO CONSELHO DA IMO PARA BIÊNIO 2026-2027	75

MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA 75

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	75
--	----



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

AUDIÊNCIA SOBRE PL DOS PORTOS EXPÕE IMPASSE ENTRE TRABALHADORES E EMPRESÁRIOS

Discussão na Câmara mostrou divergências sobre exclusividade dos TPAs e propostas de modernização do setor

POR Bárbara Farias 27 de novembro de 2025



Não há concordância de que o caminho para melhorar o sistema portuário brasileiro seja por meio de uma nova legislação e revogação completa da lei anterior, 12.815, de 2013 (Alexander Ferraz/AT)

Audiência pública da comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei (PL) 733/2025, de revisão do Marco Legal do setor, realizada nesta quarta-feira (26), evidenciou que

empregadores e trabalhadores seguem distantes de um consenso.

A Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), que representa as entidades empresariais, reforçou a defesa ao acordo trabalhista firmado com as federações nacionais dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios, nas Atividades Portuárias (Fenccovib), dos Estivadores (FNE) e dos Portuários (FNP). A proposta é uma alternativa ao capítulo trabalhista do projeto, que elimina a exclusividade dos trabalhadores portuários avulsos (TPAs).

O acordo substitutivo, avalizado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), é criticado por parte dos sindicatos que representam os trabalhadores avulsos.

O presidente da Fenop, Sérgio Aquino, argumenta que o substitutivo preserva direitos já conquistados pelos portuários avulsos, registrados e cadastrados, e propõe indenizações aos que desejarem se aposentar.

Além disso, explicou que a proposta de regramento para contratação de trabalhadores em substituição à exclusividade é mais alinhada à dinâmica trabalhista global pautada pela Convenção nº 37, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"Entidades solicitam que a comissão adote o texto, que os princípios sejam preservados, especialmente os dois temas muito debatidos, que são os valores das indenizações e regramentos de contratação. Nós precisamos atender as demandas do mercado internacional", ressaltou Aquino.

O presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição, diz que a exclusividade não existe em nenhum lugar do mundo. "Não queremos acabar com os trabalhadores portuários avulsos, mas precisamos atender as demandas do mercado internacional, as oportunidades que são apresentadas ao Brasil. Por isso, se faz necessária a alteração proposta no PL 733/2025 em vários pontos da legislação portuária".

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abraotec), Caio Morel, afirmou que a exclusividade impõe um problema para os terminais. "Não funciona. Você quer fazer

uma seleção de dez a 15 trabalhadores, não consegue e mantém uma máquina de R\$ 60 mil parada. Apoiamos o trabalho da Fenop".

Relator quer 'entendimento' e evita posição sobre o tema

Relator da matéria na comissão, o deputado federal Arthur Maia (União-BA), evitou antecipar posição sobre o tema. "Temos que garantir direitos, o que não significa necessariamente manter as coisas como estão. A minha ideia é buscar uma alternativa que possa contemplar o Brasil. Um direito para ser válido tem que ser universal. Que a gente possa minimizar os pontos de controvérsia e alcançar o maior entendimento possível".

Crítico ao PL, o deputado federal Leônidas Cristina (PDT-CE) declarou que o projeto tem "vício de origem". Ele disse que é preciso "encontrar um caminho que melhore o sistema portuário brasileiro" e que "a eficiência portuária não depende necessariamente da legislação, mas se a Lei 12.815/2013 estivesse sendo cumprida, a gente nem estaria discutindo nada aqui".

Já a diretora-executiva da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Gilmara Timóteo, disse que verificou um padrão entre alguns dos principais portos do mundo. "A autoridade portuária exerce comando regulatório estratégico, os operadores contratam e gerem diretamente as suas equipes e os sindicatos negociam, mas eles não detêm controle sobre escala".

Na audiência pública da próxima quarta-feira, a partir das 14h30, os temas debatidos pela comissão especial serão dragagem e praticagem.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/11/2025

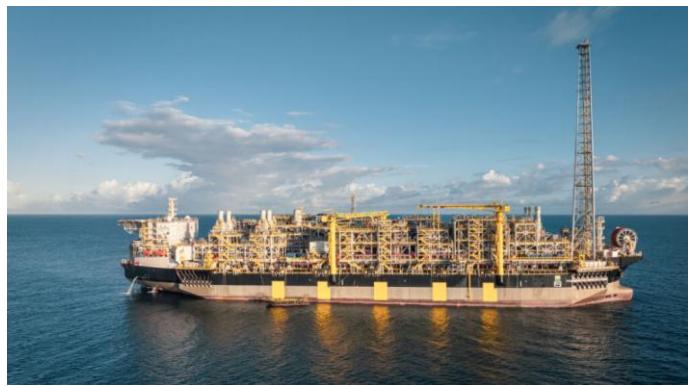


ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO BILIONÁRIO DA PETROBRAS AVANÇA EM SERGIPE COM ESCOLHA DA SBM OFFSHORE

Exploração de petróleo e gás entra em nova fase na costa de Sergipe, após entrave sobre distribuição de royalties

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Navio da Petrobras/foto: divulgação

A Petrobras deu um passo decisivo rumo à implantação do Projeto Sergipe Águas Profundas (Seap), um dos empreendimentos mais estratégicos do setor energético nacional. A estatal aprovou a proposta técnica da empresa holandesa SBM Offshore para construir e operar os dois navios plataforma (FPSOs) que atuarão nos módulos Seap I e Seap II, marcando uma nova fase na exploração de petróleo e gás na costa sergipana.

A definição técnica ocorre após a superação de impasses com o Governo Federal relacionados à distribuição de royalties — um entrave que por anos freou o avanço da iniciativa. Com o acordo firmado, o projeto deve ser incluído no Plano Estratégico 2026–2030 da Petrobras, com previsão de início da produção em 2030.



Governador Fábio Mitidieri: "uma década de espera" Foto: Arquivo/ASN

"Após mais de uma década de expectativas e indefinições, o Seap entra em sua fase mais concreta. A expectativa de contratação dos FPSOs em 2026 e o início da produção em 2030 colocam Sergipe no centro da nova fronteira de exploração de petróleo e gás no país", destacou o governador Fábio Mitidieri, que vem acompanhando de perto as negociações com a Petrobras e articulando o projeto junto a parlamentares e investidores.

Potencial transformador para a economia de Sergipe

Com investimentos estimados em US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 25 bilhões), o Seap tem potencial para reposicionar Sergipe no mapa energético nacional. Projeções indicam que o impacto no PIB estadual pode chegar a R\$ 37,8 bilhões ao longo do ciclo do projeto, com geração de cerca de 170 mil empregos, entre diretos, indiretos e induzidos.

Além de impulsionar a cadeia de petróleo e gás, a iniciativa deve atrair novos empreendimentos e fortalecer o setor de serviços no estado, consolidando um novo ciclo de desenvolvimento regional.

"Não podemos mais adiar esse novo momento que Sergipe merece viver. O Seap é fundamental para o futuro da nossa economia", reforçou Mitidieri.

Próximas etapas

Com a aprovação técnica, a Petrobras avança agora para a fase de negociação comercial com a SBM Offshore, com expectativa de conclusão até o primeiro trimestre de 2026. A assinatura do contrato representará a decisão final de investimento (FID) e o início efetivo das obras.

Cada FPSO terá capacidade de processar 120 mil barris de petróleo e 12 milhões de m³ de gás natural por dia. O projeto também prevê a construção de um gasoduto com vazão de até 18 milhões de m³/dia, além de uma complexa infraestrutura submarina (subsea).

A mobilização das frentes de trabalho ligadas ao gasoduto e à malha submarina será iniciada assim que a contratação dos FPSOs for concluída.

Experiência da SBM no Brasil

A SBM Offshore é uma das principais parceiras da Petrobras na operação de unidades flutuantes no país. A empresa já opera nove FPSOs em águas brasileiras e é reconhecida por sua expertise em engenharia, construção e operação de sistemas para a indústria de óleo e gás offshore.

*Com informações do Governo de Sergipe

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/11/2025

SUAPE MIRA PARCERIA COM SINES, O PORTO EUROPEU MAIS PRÓXIMO DO NORDESTE

O movimento do gestor de Suape deve ser acelerado, uma vez que o Porto do Pecém (CE) já vem consolidando parcerias com Sines desde 2024

Por Patricia Raposo - De Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br

O presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape, Armando Monteiro Bisneto, iniciou conversas para uma aproximação estratégica com o Porto de Sines, localizado no distrito de Setúbal, em Portugal. Considerado o maior porto artificial do país, Sines tem águas profundas e capacidade

para receber embarcações de até 350 mil toneladas. É também o porto europeu mais próximo do Nordeste brasileiro, com distância náutica inferior à de terminais como Roterdã, Antuérpia ou Vigo.



Porto de Sines Foto Divulgação

O Porto de Sines movimentou 1,9 milhão de TEUs em 2024 — recorde histórico de contentores para o porto, contra 646.804 TEUs em Suape, também o maior volume anual já alcançado pelo terminal pernambucano. Sines está no Top 15 dos maiores portos de contentores da União Europeia, ocupando a 14ª posição.

Bisneto foi a Lisboa participar da 4ª edição da CONIBEN (Conferência Ibero-Brasileira de Energia)

e recebeu o convite para visitar o porto. Chamou sua atenção as semelhanças estruturais com Suape: ambos combinam áreas portuárias e industriais, contam com polos de energia, infraestrutura ferroviária em expansão e atraem investimentos em energias renováveis, além de contarem com refinarias. Ao Movimento Econômico, o executivo informou que, ao retornar ao Brasil, terá uma reunião com os gestores do porto português para formalizar a aproximação. “Há grande sinergia entre os dois portos. Sines pode ser um aliado estratégico na integração logística transatlântica”, disse.

O movimento do gestor de Suape deve ser acelerado, uma vez que o Porto do Pecém (CE) já vem consolidando parcerias com Sines desde 2024. Durante o Brasil Export 2024, o então CEO da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, José Luis Cacho, apresentou o porto como a porta atlântica das exportações brasileiras. Ele ressaltou os acordos firmados com Pecém e a CSN, com foco na conexão ferroviária via Transnordestina, no terminal de minérios da CSN no Ceará e na futura instalação de uma siderúrgica em Sines. A meta é impulsionar o escoamento de grãos e minérios do interior do Brasil para o continente europeu.

Além disso, o Porto de Sines firmou, em abril de 2024, um protocolo com a Abrafrutas — entidade que representa cerca de 80% das exportações brasileiras de frutas frescas — para transformar a região num hub logístico e industrial voltado à recepção, processamento e distribuição de frutas como manga, melancia, uva e mamão. O objetivo é abastecer, de forma mais direta e eficiente, os mercados da Península Ibérica, norte da África e outros destinos da União Europeia.

O avanço nos entendimentos com Sines abre oportunidade para Suape atrair as cargas de frutas do Vale do São Francisco, que atualmente escoam por outros portos do Nordeste. Essa localização de Sines, no Atlântico Sul, favorece tempos de travessia menores e custos logísticos mais competitivos. Este ano, durante a Intermodal South America, em São Paulo, o porto lusitano foi promovido oficialmente como gateway europeu para cargas brasileiras, reforçando seu posicionamento como elo estratégico no comércio transatlântico.

Energia em foco na CONIBEN 2025

A 4ª edição da Conferência Ibero-Brasileira de Energia (CONIBEN) está sendo realizada nesta semana, hoje e amanhã, no Hotel Tivoli, em Lisboa. O evento reúne lideranças e especialistas do setor energético do Brasil, Portugal e Espanha para discutir temas centrais da transição energética, como descarbonização, fontes renováveis, armazenamento de energia e inovação tecnológica. A coordenação da edição 2025 está sob responsabilidade do pernambucano Reive Barros, diretor da Acropolis Energia.

Tecnologia Assistiva

O 2º Seminário Pernambucano de Tecnologia Assistiva traz um debate relevante para empresas: como ampliar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio de soluções tecnológicas. Representantes de universidades e consultorias discutirão práticas acessíveis, formação profissional e ferramentas que reduzem barreiras, reforçando que inclusão é,

cada vez mais, estratégia de competitividade e desempenho organizacional. O encontro, promovido pela Proaccessi Consultoria, acontece dias 9 e 10 de dezembro, na Uninassau – Derby.

Mercado de música

O mercado global da música deve atingir US\$ 110 bilhões até 2032, segundo MIDiA Research e Mordor Intelligence. O crescimento da cena independente, com avanço projetado de 6,4% ao ano até 2030, impulsiona o protagonismo das chamadas “eu-quipes”. A produtora Thainá Pitta, com passagens por eventos como AFROPUNK e The Town, comenta os desafios desse modelo. Atuante entre Salvador, São Paulo e Rio, ela lidera o projeto Independentes, que oferece suporte técnico e direção artística para carreiras autônomas.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 27/11/2025



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS MODERNIZA REGRAS PARA REEMISSÃO DE DEBÊNTURES

Portaria publicada no Diário Oficial da União permite que o título de financiamento seja emitido novamente em adequação às condições vigentes de mercado.



A portaria nº 708 (novembro de 2025), que permite a re emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura

O Ministério de Portos e Aeroportos publicou, no Diário Oficial da União desta quinta-feira (27), a portaria nº 708 (novembro de 2025), que permite a re emissão de debêntures incentivadas e de infraestrutura. A publicação ajusta a portaria ministerial nº 419 de agosto de 2024, que disciplina a emissão destes títulos para projetos de investimento considerados prioritários no setor de logística

e transportes de competência da pasta.

A portaria indica que a re emissão, no entanto, só pode ocorrer para um mesmo investimento já anteriormente financiado na mesma modalidade. Como exemplo, se uma concessionária emitiu R\$ 1 bilhão em debêntures com vencimento em quatro anos para reformar um aeroporto pagando 10% de juros ao ano, e dois anos depois a taxa recuou para 8%, a empresa poderá reemitir o título para o mesmo investimento (lastro) aproveitando melhores condições de mercado.

“O objetivo é possibilitar o refinanciamento em circunstâncias mais vantajosas alterando as condições da dívida de acordo com o cenário vigente de mercado, como taxa de juros. Tornamos a emissão de debêntures mais atrativa e contribuímos para que mais investimentos estruturadores sejam realizados no Brasil”, declara a diretora de Assuntos Econômicos do Mpor, Helena Venceslau.

No entanto, para fazer a re emissão de debêntures a empresa terá que quitar a dívida anterior, seja com recursos da nova emissão ou por outros meios. “A proibição de novas emissões para um mesmo investimento limitaria a flexibilidade financeira dos projetos de infraestrutura, que usualmente estão sujeitos a oscilações da economia”, acrescentou a diretora.

Debêntures

As debêntures incentivadas, regulamentadas pela Lei 12.431 de 2011, são títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos de longo prazo. O mecanismo oferece incentivos fiscais aos investidores, tornando os projetos mais atrativos.

Em 2024, o Governo Federal aprimorou o instrumento com a sanção da Lei 14.801, que criou as novas debêntures de infraestrutura, ampliando o potencial de atração de investimentos. Apenas no último ano (agosto de 2024 a outubro de 2025), R\$ 3,7 bilhões em projetos portuários foram viabilizados por meio do programa.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/11/2025

gov.br Presidência da República Ministério dos Transportes

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

NO RIO DE JANEIRO, GOVERNO FEDERAL INTENSIFICA AÇÕES PARA MODERNIZAR A LOGÍSTICA DA REGIÃO EM DEBATE DO PNL 2050

Plano que define o planejamento da infraestrutura para os próximos anos será finalizado em dezembro



Governo Federal discute alternativas para melhorar a logística no Sudeste do país, no âmbito do PNL 2050. - Foto: Michel Corvello/MT

Impulsionado pelo intenso fluxo de turistas, mercadorias e pela produção industrial, o Rio de Janeiro é um dos principais centros econômicos do Sudeste. Com participação de quase 11% no PIB nacional, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado ocupa posição estratégica para a logística e para a integração com outras regiões do país.

Diante desse cenário, o Governo Federal realizou, nesta quarta-feira (26), na capital fluminense, a nona edição da série “Logística no Brasil”, iniciativa que percorre o país para debater investimentos e diretrizes estratégicas para a infraestrutura de transportes. Durante o encontro, foram discutidos projetos para enfrentar desafios históricos, aumentar a eficiência dos modais e atender às demandas de uma economia cada vez mais dinâmica.

“Nos últimos anos, temos avançado bastante na carteira de concessões rodoviárias. Ontem mesmo lançamos o pacote de projetos para 2026. O PNL chega justamente para organizar esse conjunto de iniciativas, com um comitê que integra diferentes modais e garante um plano participativo, olhando para o futuro e não apenas para o passado”, afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro.

A diretora de Infraestrutura de Transição Energética do BNDES, Luciana Costa, lembrou que o banco acompanha de perto essa agenda. “O Ministério não só tem realizado muitos leilões, como também atraiu novos players. Isso mostra que os projetos foram bem estruturados, que as matrizes de risco foram bem endereçadas e que existe confiança para voltar a investir, o que torna o ciclo sustentável”, destacou.

Infraestrutura mais moderna

Os investimentos federais em infraestrutura no Rio de Janeiro têm crescido de forma consistente. Em outubro, o ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou o contrato de concessão da BR-040/495/RJ/MG, rodovia histórica que liga Juiz de Fora (MG) à capital fluminense, atendendo diariamente mais de 49 mil motoristas.

Em novembro, a BR-101/RJ, conhecida como Autopista Fluminense, entrou em nova fase com a otimização do contrato, que moderniza 322 quilômetros da estrada, desde a divisa com o Espírito Santo até a Ponte Presidente Costa e Silva, em Niterói.

“A nova fase da BR-101 vai resolver problemas históricos, como o congestionamento de Manilha. Também avançamos na subida da serra da BR-040, um gargalo antigo na ligação com Belo Horizonte. O túnel finalmente foi licitado, um trabalho fundamental do ministro Renan, e a nova concessionária já está atuando para entregar essa solução o mais rápido possível”, ressaltou o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos.

Quem trafega pelo estado já percebe os impactos das melhorias. De acordo com o Índice de Condição da Manutenção (ICM) 2024, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), 90% das rodovias do estado estão classificadas como boas, desempenho acima da média nacional.

Para o diretor-executivo e presidente do Conselho Empresarial de Infraestrutura da Firjan, Mauro Ribeiro, o fortalecimento da infraestrutura é determinante para atrair investimentos. “Qualquer industrial vai procurar, em primeiro lugar, as condições de infraestrutura para poder investir. Se não houver essas condições, ele não vai investir ali; vai para outro lugar. Então, o nosso papel é fomentar a infraestrutura para que a indústria se sinta atraída e venha para cá. E isso está acontecendo. Está melhorando e vai evoluir muito mais”, declarou.

Intermodalidade

Além dos projetos rodoviários, o Ministério dos Transportes também acelera a agenda ferroviária. A Política Nacional de Outorgas Ferroviárias, lançada na última terça-feira (25), estabelece diretrizes de planejamento, governança, sustentabilidade e um novo modelo de funding, que combina recursos públicos e privados.

A carteira para 2026 prevê oito leilões, que somam mais de 9 mil quilômetros de ferrovias e devem atrair cerca de R\$ 140 bilhões em investimentos, com potencial de injetar R\$ 600 bilhões no sistema ferroviário ao longo dos próximos anos.

“Nós estamos vivendo um ciclo histórico de investimentos em infraestrutura. E essa expansão do setor ferroviário é parte de uma estratégia de desenvolvimento nacional que necessariamente vai acompanhar toda a modernização do setor rodoviário. Então, a intermodalidade faz parte da nossa estratégia, está no PNL”, explicou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Entre os projetos estruturantes está a EF-118, o Anel Ferroviário do Sudeste, que conectará o Espírito Santo ao Rio de Janeiro e ampliará o escoamento de cargas para o mercado internacional.

“O Anel Ferroviário do Sudeste, a EF-118, será a primeira concessão greenfield no nosso país. E nós vamos construir uma ferrovia sem a necessidade de fazer primeiramente uma obra pública para depois conceder. Lançaremos uma concessão em que o setor privado trabalhará com o governo na construção da ferrovia, com participação pública por meio da transferência de recursos, garantindo que o projeto saia do papel”, finalizou o secretário.

PNL percorrendo o Brasil

O PNL 2050 está em fase de diagnóstico e é construído em parceria com o governo, o setor produtivo e representantes da sociedade civil. O objetivo é identificar os desafios da logística no país, reduzir desigualdades regionais e tornar a matriz de transportes mais eficiente, integrada e sustentável.

Os debates já passaram por Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Cuiabá, Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte. Até o final de 2025, mais uma capital receberá a série de encontros “Logística no



Brasil". A participação da sociedade tem sido fundamental para que o planejamento reflita as necessidades de cada região.

O plano integra o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), instituído pelo Decreto nº 12.022/2024, que organiza os esforços estratégicos e operacionais do setor, garantindo decisões coordenadas e eficientes.

Fonte: GOV. FEDERAL - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 27/11/2025

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – TERRAS RARAS: A IMPORTÂNCIA DE SE INVESTIR EM PESQUISA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O debate sobre o setor mineral no Fórum Brasil Export Minas e Energia, em Brasília, nessa quarta-feira, dia 27, revelou uma agenda ambiciosa do Governo Federal, com a expectativa de injetar até R\$ 20 bilhões em projetos de pesquisa científica e tecnológica para esse mercado. Esse aporte, que reverte um longo período de escassez de financiamento, é um sinal claro de que o Brasil reconhece o potencial estratégico de sua riqueza mineral, em especial as terras raras, elementos essenciais para a produção de tecnologias modernas, como eletrônicos e veículos elétricos.

Osório Coelho, diretor do Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCTI), enfatizou que o foco da política pública não deve se restringir à exploração, mas envolver também a transformação desses minerais. Essa visão exige a integração da pesquisa básica e aplicada, políticas industriais robustas e um arcabouço regulatório que garanta segurança jurídica para atrair o capital privado.

É fundamental destacar a importância de o poder público e o setor privado investirem em pesquisa para ampliar a exploração das terras raras no Brasil e, principalmente, desenvolver sua industrialização no País. O Brasil, com sua geologia favorável e uma infraestrutura logística orientada para a exportação, possui todas as condições para ser um player global neste mercado, conforme apontado por José Luis Vidal, da WV Logistics, citando dados do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

E deve-se sempre lembrar: a simples exportação do recurso natural não agrega valor à economia. O diretor do MCTI ressaltou a necessidade de avançar na maturidade tecnológica para que as terras raras sejam efetivamente transformadas em produtos de mercado em solo nacional. O investimento em pesquisa é o catalisador que permitirá ao Brasil sair da condição de mero exportador de minério para se tornar um fornecedor global de componentes e tecnologias de alto valor agregado.

O papel do Governo é criar o ambiente propício para que a inovação floresça. A garantia de um arcabouço regulatório que dê segurança jurídica é o pilar que sustentará o investimento de longo prazo do setor privado. A articulação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e entidades de fomento, como a ApexBrasil, é crucial para mapear as riquezas e direcionar o capital para projetos de industrialização.

O Brasil tem a oportunidade de dar um próximo salto estratégico no mercado mundial. A exploração e a industrialização das terras raras, alinhadas a uma política de inovação e pesquisa, são a chave para o desenvolvimento econômico sustentável e a inserção do País nas cadeias de valor globais de alta tecnologia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS - CANDIDATO A CASE, PROCESSO DO TECON-10 SEGUE DEIXANDO LEGADOS

**FREDERICO BUSSINGER**

Consultor, engenheiro e economista. Ex-diretor da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), ex-presidente da Docas de São Sebastião e ex-secretário-executivo do Ministério dos Transportes

opinião@redebenews.com.br

A política é a arte de tornar possível o que parecia inalcançável”
[Otto von Bismarck, líder da unificação alemã, 1871]

“Imprevistos meteorológicos” levaram a (tão aguardada) “final de campeonato” ser interrompida: no Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro Augusto Nardes pediu vista logo após a leitura da primeira parte do voto do relator, Antônio Anastasia, seguida do voto do revisor, Bruno Dantas, que abriu divergência em torno de questão fulcral. O 2º tempo da partida está previsto para o próximo 8 de dezembro (incidentalmente, “Dia da Justiça”!), quando devem votar os demais sete ministros.

Em síntese; após mútuas trocas de elogios e gentilezas preambulares:

- O relator, com base em um bem articulado e fundamentado relatório, como lhe é de praxe (lido parcialmente), votou por um leilão em etapa única, sem restrições de participação de incumbentes (atuais operadores de terminais no complexo portuário santista). Entretanto, com obrigação de desinvestimento (alienação do ativo) como condição para assinatura do contrato de arrendamento, na hipótese do vencedor ser um dos atuais incumbentes.
- Já o voto do revisor, também após um longo (20 pgs) e bem articulado relatório, com inúmeros dados e citações, seguiu o espírito do modelo em duas fases aprovado, por unanimidade, pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Ampliou-lhe, porém, o escopo: “Recomendar que ... façam inserir no edital e no contrato do arrendamento ... que vedem a participação de armadores, direta ou indiretamente, inclusive por meio de estruturas que camuflam controle ou influência relevante, de modo a substituir a vedação anteriormente direcionada aos incumbentes, na primeira fase do certame”. Seu posicionamento é por ele mesmo sintetizado: “Este é o meu ponto central: privilegiar a concorrência no mercado é mais importante do que a concorrência pelo mercado” (Item-55; grifos dele).

Como se vê, para além das preocupações e objetivos declarados, no essencial tratam-se de entendimentos, visões, posições diametralmente opostas; valendo lembrar que suas linhas mestras são suportados por pareceres de disputados juristas, como Carlos Ayres Britto e Carlos Ari Sundfeld, no que foi chamado de “guerra de pareceres”.

Registre-se, também, que apesar de tão divergentes, foram defendidos no colegiado com elegância e respeito; bem ao contrário do que se tem visto crescentemente em alguns plenários: mais uma lição desse processo, a ser acrescentada ao elenco do artigo anterior (“Legados já deixados pelo processo do Tecon-10” – BENews – 20/AGO/25). Sim, é possível.... saudável e um belo exemplo nesse momento de polarização do País!

E não para aí: também, na prática, foi reafirmada a importância, a insubstituibilidade do (verdadeiro) debate. Aliás, algo análogo tanto às simulações de stress no mercado financeiro, como aos exames de esforços (esteiras) indicados pelos cardiologistas: ambos são prescritos porque determinados comportamentos não se manifestam em situações “normais”, apenas sob condições extremas!

O voto do relator não chega a ser uma surpresa; seja porque já fora aventado em vários eventos e fóruns, seja porque a própria Antaq o apresentara como alternativa; aliás como ele próprio fez questão de frisar, mais de uma vez. O mesmo não pode ser dito sobre o voto do revisor; tanto no tom como no mérito. No mérito, trouxe à baila a questão da verticalização (Item-23ss) que, se para a

logística de graneis (sólidos e líquidos; minerais e vegetais) é algo consolidado e tratado com naturalidade, para o de contêineres, é objeto de análises e discussões, sob diversos aspectos, mundo afora.

No processo do Tecon-10 já de há muito estava ausente. Não que houvesse sido esquecida, mas que, como destacou o relator em sua réplica, lendo textualmente as respectivas manifestações, ela foi analisada e “afastada” pela SeinfraPortoFerrovia (Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária, área técnica do TCU), pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), pela Seae (Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Economia) e pela própria Antaq. Assim, é discutível sua afirmação que “a Antaq acertou no diagnóstico mas, na hora da prescrição, exitou” (ou algo equivalente): como “acertou no diagnóstico” se teria “afastado” a questão, e só considerado a concentração horizontal (Item-14ss) para fundamentação do seu modelo? Ou seja, nada menos que o pilar central do voto do revisor e da motivação de sua “recomendação”!

A surpresa estava por vir:

Em seu relatório, Bruno Dantas apresenta uma série de dados e referências para embasar seu diagnóstico e argumentos, que a ele chegaram e “foram verificados em bases oficiais”. P.ex: a) “... no período de apenas um ano, a participação de mercado dos grandes armadores europeus verticalizados (Maersk/MSC, CMA-CGM e Hapag-Lloyd) aumentou significativamente. Em contrapartida, e como consequência direta, os “demais armadores” – que incluem operadores globais relevantes como Cosco, ONE, Evergreen e Yang Ming – viram sua participação de mercado ser fortemente comprimida para números próximos de 10%” (Item-30ss); b) “Os dados reais acima consolidam a percepção de que, quando um armador controla o terminal... ele tem a capacidade e o incentivo para prejudicar seus concorrentes (outros armadores)...” (Item-49); c) “... cobrança de sobrestadia de contêineres (demurrage e detention) mesmo quando o atraso não é culpa do usuário; crônica dificuldade em agendar a entrega de contêineres cheios nos terminais ...; obstáculos para a devolução de contêineres vazios ...; e constantes atrasos e omissões de escalas de navios...” (Item-40/41); entre outros.

Independentemente do significado que terão para a decisão final, há que se convir que tais afirmações, quase que em tom de denúncias, são de per si graves. Sendo feitas por um ministro, ex-presidente da Corte de Contas, então, não têm como ser ignoradas; mesmo porque questionam os papéis e atuação de fiscalização, controle e regulação da Antaq, do Cade e do próprio TCU. Faz-se necessário serem examinados tais dados, a interpretações deles e as respectivas implicações sobre o funcionamento do mercado logístico brasileiro; seja para confirmar, seja para refutar.

A essa altura mais uma lição: aparentemente essa análise (a fiscalização também) é complexa e dificultada pela inexistência de dados/indicadores adequados, regulares, confiáveis e públicos. Os que surgem são, em geral, produzidos pontualmente, por interesses próprios, e usados para defesa de teses específicas. Vale a reflexão: esse quadro não compromete a regulação ex-post (louvada e, salvo melhor juízo, prioritariamente adotada do Brasil); dado que a Antaq e o Cade só (ou majoritariamente) começam atuar a partir de denúncias de condutas inadequadas?

Mas a principal surpresa do relatório do revisor, Bruno Dantas, não foi a defesa do modelo bifásico; mas sim as críticas ao modelo trazido ao plenário pelo relator: ele foi classificado como “ingênuo” e por ele justificado: “Essa proposta, com o devido respeito, é ingênuo e fracassará no selvagem mundo real. É uma solução meramente de manual (“by the book”) que ignora os verdadeiros incentivos econômicos dos agentes envolvidos...”. (80); “A ingenuidade da proposta da unidade instrutora fica ainda mais evidente quando a contrastamos com a complexidade e o rigor dos procedimentos que o próprio Cade, a autoridade máxima no assunto, adota em casos semelhantes...” (109); “Na avaliação do leilão do Tecon 10, nada disso foi especificado. A unidade instrutora tratou o desinvestimento como se bastasse ‘vender em 180 dias’, deixando todo o poder na mão de quem venceu o leilão e tem os piores incentivos para criar um rival efetivo” (114); “A ‘solução’ de confiar apenas no desinvestimento ex post do incumbente vencedor não funciona na vida real, e menos ainda em Santos, onde cada mês de atraso remunera os operadores verticalizados e concentrados horizontalmente”. (116); “Sem o mesmo arcabouço testado e validado pelo Cade, tudo

isso vira promessa vazia e convite ao jogo de atraso e venda decorativa. E, no meio tempo, o porto segue 100% verticalizado, com mais fila e menos rotas” (117).

Vale registrar que, ao tratar do modelo e de sua “ingenuidade”, as menções e responsabilizações do revisor foram dirigidas à SeinfraPortoFerrovia (área técnica do TCU). Mas, na verdade, tal crítica seria também aplicável ao Cade, à Seae e à própria Antaq, dado que todos teriam “afastado” a verticalização da análise de concentração!

Diffícil ver luz no fim do túnel!

Os posicionamentos parecem inconciliáveis: mais pelas fundamentações explicitadas que pelo modelo proposto, em si, salvo melhor juízo. Há interesses comerciais, societários e estratégicos bem explicitados. Alguns entendem haver também disputas institucionais e corporativas. Parlamentares e governantes já haviam se manifestado; agora ouve-se falar da “entrada em cena” da Casa Civil, o que teria surpreendido o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e, eventualmente, pode ser mais um elemento de tensão inter-institucional. Ademais o tempo é pra lá de exígua: restam apenas 11 dias!

Entretanto, por outro lado, a necessidade de ampliação de capacidades para movimentações de contêineres nos portos brasileiros (Sudeste à frente) é patente, urgente e quase uma unanimidade. A expectativa entre os embarcadores, os donos de cargas, é enorme: a frustração será imensa se o leilão for postergado com previsibilidade indefinida. E isso pode acontecer se, p.ex, o processo for judicializado. Claro que isso é direito de qualquer cidadão ou PJ, mas seria muito importante evitá-lo, não?

Um possível passo decisivo é reduzir-se a probabilidade de uma judicialização do processo; para o que uma decisão do TCU, por unanimidade de seus ministros, muito contribuiria; não parece? O rápido endosso dos diversos órgãos intervenientes, a seguir, de igual forma. Mas como, ante posições tão díspares?

A notícia alvissareira é que os dois protagonistas dessa discussão, relator e revisor, são os ministros Antônio Anastasia e Bruno Dantas: Anastasia, professor de Direito, com multifacetada experiência na administração pública, adepto do consequencialismo, “abordagem que valoriza as consequências práticas e futuras de uma decisão judicial ou administrativa, em vez de se ater apenas a normas formais”; e Bruno entusiasta do consensualismo; autor de livro sobre o tema e criador da Secex Consenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos, IN TCU nº 91/2022) visando “solução consensual de controvérsias relevantes e prevenção de conflitos na Administração Pública Federal”.

Assim, se a negociação de contratos foi legitimada e vem sendo praticada pelo TCU para “solução de controvérsias e prevenção de conflitos”, por que, com as mesmas preocupações e objetivos, e ante a explícita controvérsia e potenciais conflitos previsíveis, neste caso, não seria possível negociar-se os instrumentos que gerarão os contratos (modelagem, edital, etc)? E mais: se os fins, as consequências são no mínimo tão importantes quanto os meios, as formas, por que não passar a ser este o balizador da negociação?

Simples, fácil certamente não é. Mas se há dois ministros que podem construir um voto-condutor e levar o TCU à unanimidade são justamente Bruno Dantas e Antônio Anastasia; mesmo porque, sob os votos finais que explicitam as divergências, os relatórios e, principalmente, as falas de ambos na sessão da semana passada, percebem-se diversos pontos de contato que podem vir a ser o germe dessa construção: uma alternativa de alie “vacinas” contra concentração, horizontal e vertical, com instrumentos/“remédios” ágeis e eficazes de fiscalização e compliance. Aliás, o relator, em sua réplica, procurou arrolar alguns pontos de contato, reduzindo o arco do que ele via como efetiva divergência; enquanto Bruno deu algumas pistas nas entrelinhas de sua fala. Portanto, impossível tampouco é!

Grande desafio e, se exitosa a operação, pode se tornar case e benchmarking para destravamento de gargalos da/na infraestrutura brasileira. Meritório o esforço para que a logística e o comércio exterior brasileiros, no próximo 8 de dezembro, não fiquem a ver navios.

INDEPENDENTEMENTE DO SIGNIFICADO QUE TERÃO PARA A DECISÃO FINAL, HÁ QUE SE CONVIR QUE TAIS AFIRMAÇÕES, QUASE QUE EM TOM DE DENÚNCIAS, SÃO DE PER SI GRAVES. SENDO FEITAS POR UM MINISTRO, EX-PRESIDENTE DA CORTE DE CONTAS, ENTÃO, NÃO TÊM COMO SER IGNORADAS.

O voto do relator não chega a ser uma surpresa; seja porque já fora aventado em vários eventos e fóruns, seja porque a própria Antaq o apresentara como alternativa; aliás como ele próprio fez questão de frisar, mais de uma vez.

Independentemente do significado que terão para a decisão final, há que se convir que tais afirmações, quase que em tom de denúncias, são de per si graves. Sendo feitas por um ministro, ex-presidente da Corte de Contas, então, não têm como ser ignoradas.

Frederico Bussinger escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

BRASIL APOSTA NO SAF PARA ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO DA AVIAÇÃO

Representante da Anac explicou que baterias são pesadas, têm baixa autonomia e não atendem às necessidades de grandes aeronaves

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



O superintendente de Governança e Meio Ambiente da Anac, Marcelo Rezende Bernardes, proferiu uma palestra no fórum sobre uso do SAF e energias alternativas na aviação

A aviação enfrenta um dos processos de transição energética mais desafiadores do mundo, e o uso de combustíveis sustentáveis surge como principal alternativa para reduzir emissões sem comprometer a segurança. Durante a palestra “O uso do SAF e energias alternativas na aviação”, na quarta-feira (26), no Fórum Brasil Export Minas e Energia, o superintendente de Governança e Meio Ambiente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Rezende Bernardes, ressaltou essa realidade ao afirmar: “A aviação é o setor de transporte mais seguro do mundo, e por isso toda nova tecnologia precisa cumprir requisitos rigorosos antes de chegar ao mercado.”

Hoje, o setor aéreo representa 2% a 3% das emissões globais, mas, segundo o superintendente, “foi um dos primeiros a estabelecer metas claras de descarbonização, mesmo sendo um setor difícil para substituição tecnológica.” Aeronaves dependem de alta densidade energética, o que torna soluções como eletrificação ou hidrogênio ainda inviáveis. Bernardes destacou que “hoje, tecnologias de baterias são pesadas, têm baixa autonomia e não atendem às necessidades de grandes aeronaves”. No caso do hidrogênio, “os testes ainda são iniciais e exigiriam adaptações caras e complexas, algo incompatível com os padrões de segurança da aviação.”

Com isso, o caminho mais promissor é o SAF (Sustainable Aviation Fuel, Combustível Sustentável de Aviação em português). De acordo com o representante da Anac, “o SAF precisa ser drop-in, reagir como combustível fóssil e funcionar nos motores atuais sem qualquer mudança estrutural.” Ele explicou que o SAF pode ser produzido a partir de diversas fontes renováveis, “óleo de cozinha usado, sebo bovino, etanol, milho, bagaço de cana, macaúba”, e que cada matéria prima gera uma

rota tecnológica própria. Hoje, a mistura permitida é de até 50%, mas a expectativa é chegar a 100% futuramente.

Bernardes reforçou que a eficiência de redução de emissões depende da matéria-prima e do processo utilizado, podendo variar de 50% a 90%. Isso formará diferentes faixas de preço no mercado, já que empresas deverão considerar a pegada de carbono de cada tipo de SAF na hora da compra.

A pesar dos obstáculos tecnológicos e regulatórios, “o Brasil tem potencial para se tornar protagonista global na produção e uso de SAF”, consolidando-se como referência na transição energética da aviação.

Metas até 2050

No cenário global, Marcelo explicou que “o CORSIA é o principal programa internacional de compensação e redução de emissões”, sendo obrigatório para empresas brasileiras a partir de 2027. Ele reforçou que toda rota internacional acima dos níveis de 2019 terá que compensar as emissões. A Anac será responsável por analisar e reportar esses dados à OACI/ONU.

Ele também destacou a meta do CAAF, lembrando que 55% da descarbonização da aviação internacional em 2050 deve vir do uso de SAF, no cenário mais otimista.

Combustível do Futuro

Para o mercado interno, a Lei do Combustível do Futuro, em vigor desde outubro de 2024, estabelece que as empresas deverão compensar 1% das emissões em 2027, chegando a 10% em 2037, exclusivamente por meio do uso de SAF. Segundo Bernardes, a legislação brasileira foi estratégica ao “não restringir matérias-primas que também servem para alimentação, permitindo maior diversidade e competitividade.”

Ele destacou ainda o sistema book-and-claim, afirmando que “não será necessário ter SAF fisicamente em todos os aeroportos; o atributo ambiental pode ser separado da molécula e comercializado, reduzindo custos logísticos.”

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

ESPECIALISTAS APONTAM ENTRAVES PARA NOVAS FRONTEIRAS DO PETRÓLEO NO BRASIL

Planejamento, licenciamento, infraestrutura portuária e financiamento dominam debate sobre exploração na margem equatorial e nas bacias do Sudeste

Por ALINE BECKETTY - redacao.jornal@redebenews.com.br



A mesa destacou a necessidade de planejamento, segurança jurídica, infraestrutura portuária e capacidade de financiamento para que o país possa abrir novas fronteiras

O último painel do Fórum Brasil Export Minas e Energia, realizado na quarta-feira (26), em Brasília, reuniu especialistas do setor para avaliar o potencial de exploração de petróleo na margem equatorial e nas bacias de Santos, Campos e Pelotas. A mesa destacou a necessidade de

planejamento, segurança jurídica, infraestrutura portuária e capacidade de financiamento para que o país avance na abertura de novas fronteiras.

A analista de Pesquisa Energética da Empresa de Pesquisa Energética, Adriana Queiroz Ramos, lembrou que os projetos offshore exigem maturação longa e precisam ser decididos com antecedência. Segundo ela, o país perdeu tempo diante da demora em iniciar pesquisas e perfurações.

“O petróleo principalmente as áreas de offshore tem um longo prazo de desenvolvimento entre o início da exploração e o primeiro óleo a gente tá falando de 7 a 10 anos no PDE a gente coloca a foz que viria primeiro que Pelotas em 2035 iniciando. Então a gente já tem um período que já foi perdido com a não descoberta e perfuração dessas áreas por conta desse longo tempo de maturação dos projetos.”

O painel também abordou a urgência de ampliar e adaptar a infraestrutura portuária para atender operações offshore. O diretor do Terminal Portuário de Angra dos Reis, Jeff Martins, alertou para inconsistências no processo de licenciamento ambiental que afetam a previsibilidade do setor. Ele destacou que Angra é utilizada pelas operadoras da Petrobras para limpeza do coral-sol, atividade determinada pelo Ibama, mas que tem enfrentado entraves recentes.

“Angra dos Reis é uma região com águas abrigadas, cristalinas e que todas as operadoras da Petrobras utilizam aquela região para fazer a limpeza do coral sol. Que é uma determinação do Ibama. E agora a gente tá com uma dificuldade lá de executar essa atividade lá e sem muito critério e racionalidade para uns eles autorizam para outros não.”

Jeff também defendeu investimento público para ampliar a capacidade dos portos que recebem cargas e equipamentos destinados à exploração offshore. Segundo ele, sem estruturas preparadas para essa demanda, o país não consegue transformar descobertas em produção efetiva.

O debate ocorreu em um momento político decisivo. O Congresso Nacional vota nesta quinta-feira (27), os vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento Ambiental e outras matérias que travam a pauta. O resultado pode influenciar diretamente a previsibilidade regulatória de projetos de petróleo, mineração e grandes empreendimentos.

No encerramento, especialistas reforçaram que as novas fronteiras energéticas só vão prosperar se o Brasil alinhar três pilares: segurança ambiental, estabilidade normativa e infraestrutura capaz de sustentar o ciclo que vai da pesquisa ao primeiro óleo. Para eles, o avanço da exploração offshore depende menos de discurso e mais de decisões coordenadas entre governo, Congresso e iniciativa privada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

EXPANSÃO NUCLEAR VOLTA AO CENTRO DA AGENDA ENERGÉTICA NO BRASIL

Painel do Fórum Brasil Export discutiu Angra 3, entraves do licenciamento e o potencial das pequenas centrais reatoras

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br



Na opinião do deputado federal Julio Lopes, o licenciamento ambiental vem sendo um dos grandes entraves do desenvolvimento brasileiro, prejudicando o setor de energia nuclear

A energia nuclear no centro do debate. O painel do “Combustível nuclear e a modernização da matriz energética brasileira | De Angra 3 às PCRs”, realizado durante a primeira edição do Fórum Brasil Export Minas e Energia, organizado pelo Grupo Brasil Export, nesta quarta-feira, 26,

em Brasília, abordou como essa matriz impacta no futuro energético do Brasil, além dos desafios regulatórios, técnicos e econômicos de sua utilização. O principal exemplo discutido foi o projeto da usina Angra 3.

"A energia nuclear é a base da grande ciência do desenvolvimento da energia no mundo. O Brasil tem as melhores e maiores universidades, tem toda a parte de prospecção, tem o mineral, extrai. A gente faz a elevação do isótopo até 20%, e para combustível nuclear só é necessário o enriquecimento até 5%, portanto, nós temos capacidade, inclusive, adicional além daquilo que nós fizemos pra ter o setor nuclear muito pujante", explicou o deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), debatedor do painel que teve a moderação de Raquel Lannes, diretora de Novos Negócios do Grupo BE.

Atualmente, o Brasil opera dois reatores nucleares, Angra 1 e Angra 2, ambos na região da costa verde do estado do Rio de Janeiro. A energia nuclear responde por cerca de 2% da geração elétrica nacional. É pouco, mas trata-se de uma matriz estratégica para a diversificação energética, colaborando, significativamente, para reduzir a dependência das hidrelétricas. O projeto de maior destaque é o da usina Angra 3. O reator começou a ser construído na década de 80, mas o processo foi interrompido e retomado por diversas vezes. As obras estão 60% concluídas, e geram um gasto anual de cerca de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

"Uma das maiores impedâncias do desenvolvimento brasileiro é a questão do licenciamento ambiental. Nós não podemos continuar demorando 10, 15 anos para fazer o licenciamento ambiental de projetos estruturantes para o país. Nós, hoje, temos meios e tecnologia suficientes para auditar e fazer projetos que sejam absolutamente incríveis do ponto de vista da sustentabilidade, que sejam muito melhor, inclusive, do que hoje as decisões exaladas pelo Ibama baseadas em tecnologias, baseadas na eliminação das subjetividades, baseadas, efetivamente, em fatos concretos, analisáveis, críveis daquilo que está se certificando para o setor ambiental. Então, eu sou totalmente favorável que se organize o licenciamento brasileiro a partir de critérios que possam ser analiticamente comprovados, que não seja o subjetivo, que sejam critérios objetivos de sustentabilidade", defendeu o deputado Júlio Lopes.

Uma das alternativas de promoção da transição energética no Brasil são as Pequenas Centrais Reatoras, chamadas PCRs. Seus reatores têm construção mais rápida, custos previsíveis e maior segurança. Essas usinas podem atender cidades menores, indústrias, regiões remotas, reduzir a dependência de termelétricas fósseis, e causar efeito complementar às fontes solar e eólica, já que oferecem energia contínua e de baixa emissão de carbono.



Em sua participação, o conselheiro do Instituto de Petróleo, Gás e Energia, John Forman, garante que uma usina nuclear não irá explodir como a bomba que atingiu Hiroshima

"O mundo tomou conhecimento da energia nuclear através da bomba de Hiroshima, que foi um evento terrível, matou gente, e aí começou essa narrativa e esse medo sobre radiação, sobre a potência destrutiva, e aí você diz 'não, uma usina nuclear pode explodir igual a uma bomba'. Não explode igual uma bomba. Não tem condições para

explodir igual uma bomba. Mas existem pessoas que são contrárias que divulgam isso", afirmou John Forman, conselheiro do Instituto de Petróleo, Gás e Energia (IPEGEN).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

GOVERNO INVESTE EM PESQUISAS PARA IMPULSIONAR SETOR MINERAL

Iniciativas e projetos foram mencionados durante o segundo dia do Fórum Brasil Export Minas e Energia

Por CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br



As frentes de trabalho do governo federal no âmbito da exploração no setor da mineração foram tema de debate durante o painel do Fórum Brasil Export Minas e Energia

O Governo Federal vem investindo em políticas públicas e pesquisas para impulsionar o setor mineral em território nacional.

Segundo Osório Coelho, diretor do Departamento de Programação e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a expectativa é que os investimentos cheguem a R\$ 20 bilhões em projetos de pesquisa. Durante participação em painéis do Fórum Brasil Export Minas e Energia, nesta quarta-feira (26), ele destacou as frentes de trabalho do governo federal no tema da exploração no setor da mineração.

"Há 13 anos a gente não tinha recursos de financiamento para investir em projetos de desenvolvimento científico tecnológico. Conseguimos desbloquear e este ano temos quase 15 bilhões para investimento em projetos de pesquisa. E esse ano existe uma tendência que a gente chegue perto dos R\$ 20 bilhões. Na questão do setor mineral, das terras raras, o Brasil vem investindo desde 2010", explicou.

Sobre o tema que envolve terras raras, que representam elementos químicos tidos como essenciais para a produção de tecnologias modernas, como eletrônicos, turbinas e motores para automóveis elétricos, o diretor do MCTI destacou o foco no desenvolvimento de pesquisas, além de questões regulatórias que garantem a atração de capital privado.

"Não somente exploração, mas transformação de terras raras, não podemos depender somente de um ministério, precisamos envolver a pesquisa básica e aplicada que o torna de inovação, sendo que temos de ter também políticas industriais, que avançam na maturidade tecnológica para se ter um produto. Para que seja efetivamente transformado e vire o produto de mercado. Precisamos ter um arcabouço regulatório que dê segurança jurídica para as empresas, para que possam investir nesses processos", analisou.

José Luis Vidal, diretor da WV Logistics, fez uma apresentação com dados do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), e destacou que o Brasil é um país estratégico no mercado de terras raras e de mineração. "Nós temos uma geologia favorável, uma infraestrutura logística voltada para a exportação a partir dos portos brasileiros, o que é muito importante para a capacidade de certificação da produção. As terras raras são o próximo salto estratégico para o Brasil no mercado mundial", completou.

Participaram do painel Carlos Padilla, coordenador de Investimentos da ApexBrasil; Paulo Sidney, diretor técnico e comercial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern); e Francisco Valdir Silveira, diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (SGB).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

DEBATE JURÍDICO DISCUTE DESAFIOS REGULATÓRIOS E QUALIFICAÇÃO MARÍTIMA

Painel destacou impacto das convenções internacionais, necessidade de regras claras e urgência em modernizar a formação de marítimos

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebene.com.br



O painel “Regulação, Convenções Internacionais e a Formação de Marítimos: Desafios e Avanços para o Setor Marítimo e de Óleo & Gás” teve moderação de Jacqueline Wendpap

Os rumos da governança regulatória e da qualificação profissional no ambiente marítimo nortearam o debate jurídico “Regulação, Convenções Internacionais e a Formação de Marítimos: Desafios e Avanços para o Setor Marítimo e de Óleo & Gás”, promovido pelo Grupo Brasil Export na primeira edição do

Fórum Brasil Export Minas e Energia, realizado na terça-feira, 25, em Brasília.

A moderação do debate foi feita por Jacqueline Wendpap, diretora-executiva da Praticagem do Brasil. Segundo ela, é importante integrar visões jurídicas, técnicas e operacionais no setor que vem apresentando evolução tecnológica, mas grande complexidade normativa.

Luiz Carlos Calvo dos Santos Junior, Capitão de Mar e Guerra e ajudante da Divisão de Coordenação para os Assuntos da IMO – Marinha do Brasil ressaltou que a atuação do Brasil nos fóruns internacionais é essencial para garantir o cumprimento de convenções marítimas, e que as mesmas atendam às necessidades de segurança, proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Santos Junior pontuou que acompanhar as discussões globais, além de uma obrigação regulatória, deve ser vista como uma oportunidade para o país e uma forma de ter influência sobre normas que afetarão diretamente as operações marítimas e portuárias nacionais. O desafio, para o militar, é adequar as convenções e seus requisitos para a realidade brasileira sem perder de vista a competitividade do setor.

Dino Antunes, vice-presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam), disse que as empresas de navegação e de apoio marítimo necessitam de um ambiente regulatório estável e previsível para manter investimentos e garantir eficiência operacional. As exigências das convenções internacionais, para ele, impõem adaptações às rotinas de trabalho, e a coordenação entre autoridades e setor privado vira um fator determinante. Já em relação à formação e à certificação de marítimos, há crescimento da demanda por profissionais qualificados, impulsionada, principalmente, por operações mais tecnológicas e requisitos mais rigorosos de segurança.

Atualização

Iwan Jaeger, sócio do Kincaid | Mendes Vianna Advogados, pontuou que a contínua atualização de normas nacionais visando ao alinhamento com os instrumentos internacionais exige atenção das empresas, que precisam de regras regulatórias claras para evitar insegurança jurídica e reduzir disputas. Para ele, a convergência entre as normas de direito internacional, a legislação interna e a regulamentação do setor necessitam de clareza e transparência para que os armadores, operadores e prestadores de serviços saibam, efetivamente, quais são seus deveres, e consigam planejar suas operações em longo prazo. Ele afirmou que a questão regulatória bem ajustada é pilar decisivo dentro do escopo da competitividade global.



Dino Antunes disse que as empresas de navegação e de apoio marítimo necessitam de um ambiente regulatório estável e previsível para manter investimentos e garantir eficiência

Já Marcus Vinícius Lisboa Brandão, consultor marítimo sênior do Grupo ABL, falou sobre a formação de marítimos dentro do contexto de transformação tecnológica. A capacitação, segundo ele, deve deixar de ser um requisito formal, e ter tratamento diferenciado como uma estratégia de desenvolvimento nacional. Entre as medidas a serem adotadas, ele enumerou: modernizar centros de treinamento, incorporar novas metodologias de ensino, investir em simuladores, e oferecer o preparo para os profissionais lidarem com combustíveis alternativos, sistemas digitais e normas ambientais mais recentes e rígidas. Para ele, a qualidade da formação impacta na segurança da navegação, na eficiência operacional e na reputação da indústria marítima brasileira junto ao cenário internacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

MESMO PRESOS, BOLSONARO E DEMAIS CONDENADOS CONTINUAM RECEBENDO SALÁRIOS; SAIBA OS VALORES

O ex-presidente é quem recebe a maior quantia: R\$ 70,8 mil líquidos, somando o que ganha do Partido Liberal e das aposentadorias da Câmara e do Exército

Do Estadão Conteúdo



Todos os militares condenados, incluindo Bolsonaro, podem perder suas patentes no STM, mas isso não implica automaticamente na perda das aposentadorias ou salários

Apesar de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ter determinado o início do cumprimento das penas de Jair Bolsonaro e dos demais condenados por participação na tentativa de golpe de 2023, nesta terça-feira, 25, eles ainda recebem normalmente seus salários.

Conforme dados públicos levantados pelo jornal O Globo, no mês do julgamento que definiu as sentenças, em setembro, os réus receberam juntos cerca de R\$ 200 mil.

Bolsonaro é quem recebe o valor mais alto. Segundo o levantamento, já considerando os descontos, em setembro o ex-presidente recebeu R\$ 33,8 mil do Partido Liberal (PL), além de duas aposentadorias: uma de R\$ 27,5 mil, da Câmara dos Deputados, e outra de R\$ 9,5 mil, do Exército. No total, R\$ 70,8 mil.

Os demais condenados do "núcleo 1", Paulo Sérgio Nogueira, Walter Braga Netto, Augusto Heleno e o almirante Almir Garnier, também recebem valores elevados. Todos chegaram ao topo da hierarquia de suas respectivas Forças, Exército e Marinha recebem pensões na faixa de R\$ 25 mil.

Com a decisão do ministro Alexandre de Moraes, todos os militares condenados poderão, no ano que vem, ter seus casos analisados pelo Superior Tribunal Militar (STM), que decidirá sobre eventual perda de posto e patente. Contudo, mesmo que isso ocorra, a medida não implica automaticamente na perda das aposentadorias ou salários.

Quanto cada réu recebeu em setembro: Jair Bolsonaro: R\$ 33,8 mil (PL) + R\$ 9,5 mil (Exército) + R\$ 27,5 mil (Câmara); Walter Braga Netto: R\$ 25 mil (Exército); Augusto Heleno: R\$ 24,9 mil (Exército);



Almir Garnier: R\$ 25,6 mil (Marinha); Paulo Sérgio Nogueira: R\$ 24,6 mil (Exército); e Alexandre Ramagem: R\$ 34,6 mil (Câmara).

Custódia

Os seis condenados do Núcleo 1 da trama golpista que estão detidos passaram nesta quarta-feira (26) por uma audiência de custódia no STF e tiveram as prisões mantidas. As audiências foram realizadas por videoconferência nos locais onde os réus estão presos e presididas por um juiz auxiliar do ministro Alexandre de Moraes, relator do processo. O procedimento foi feito por determinação do ministro para cumprir formalidades legais.

Na terça, Moraes rejeitou os últimos recursos dos acusados contra as condenações e determinou a execução das penas.

As atas das audiências ainda não foram divulgadas pelo STF. Mas as penas e os locais de prisão dos condenados já estavam definidos. Jair Bolsonaro, ex-presidente da República foi condenado a 27 anos e três meses e está preso na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

Walter Braga Netto, ex-ministro de Bolsonaro e candidato a vice-presidente na chapa de 2022, pegou 26 anos e cumpre a pena em Vila Militar, no Rio de Janeiro. Almir Garnier, ex-comandante da Marinha recebeu sentença de 24 anos e está preso nas instalações da Estação Rádio da Marinha, em Brasília.

Já Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e ex-secretário de segurança do Distrito Federal, foi condenado a 24 anos e foi para 19º Batalhão de Polícia Militar do DF, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Augusto Heleno, general e ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), pegou 21 anos de prisão e foi para o Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília. Paulo Sérgio Nogueira, general e ex-ministro da Defesa, foi condenado a 19 anos e também cumpre a pena no Comando Militar do Planalto.

Alexandre Ramagem, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias. Ele está foragido em Miami, nos Estados Unidos. O mandado de prisão será incluído no Banco Nacional do Monitoramento de Prisões (BNMP).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

MORAES AUTORIZA NOVA VISITA DE MICHELLE AO EX-PRESIDENTE POR MEIA HORA

Do Estadão Conteúdo

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi a primeira a receber autorização para visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na sede da Polícia Federal, em Brasília, após o Supremo Tribunal Federal (STF) decretar a execução da condenação dele no processo da trama golpista. O ministro Alexandre de Moraes autorizou Michelle a fazer a visita na quinta-feira, 27, entre 9 e 11 horas.

Uma visita do vereador Jair Renan, filho do ex-presidente, já estava agendada para o mesmo dia. Eles não podem entrar juntos. Cada um terá 30 minutos com Bolsonaro. Será a segunda visita de Michelle ao ex-presidente na PF. Ela esteve com o marido na tarde do último domingo, 23.

Bolsonaro também foi visitado na manhã de terça-feira, 25, pelos filhos Flávio, senador, (PL-RJ) e Carlos, vereador (PLRJ). O ex-presidente ainda recebeu visitas de seus advogados e do médico Cláudio Birolini, que acompanha o seu quadro clínico. Bolsonaro também tem à sua disposição plantão médico da própria PF por ordem de Moraes.

O ex-presidente foi preso preventivamente no sábado, 22, após violar a tornozeleira eletrônica com um ferro de solda. Nesta terça, 25, a Primeira Turma do STF decidiu mantê-lo preso para começar a cumprir a pena de 27 anos e 3 meses pelo plano de golpe.

As visitas precisam ser autorizadas previamente por Moraes, relator do processo. Apenas os advogados com procuração têm acesso livre à carceragem da PF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

AUGUSTO HELENO DIZ AO EXÉRCITO QUE FOI DIAGNOSTICADO COM ALZHEIMER EM 2018

General passou por exame médico de corpo de delito para avaliar o estado de saúde antes de dar entrada no sistema prisional

Do Estadão Conteúdo

O general Augusto Heleno informou ao Exército que foi diagnosticado com Alzheimer em 2018. O diagnóstico foi revelado por ele durante o exame médico a que foi submetido no Comando Militar do Planalto, em Brasília, após ser preso nesta terça-feira, 25, para cumprir a condenação no processo da trama golpista.

O exame médico de corpo de delito é praxe para avaliar o estado de saúde do preso antes de dar entrada no sistema prisional.

Augusto Heleno afirmou que descobriu a doença ao investigar episódios de perda de memória. O diagnóstico não impediu o general de assumir como ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa que afeta a memória e em estágio avançado, pode comprometer funções básicas do corpo, como locomoção e fala.

Aos 78 anos, Augusto Heleno foi condenado a 21 anos de pena em regime inicial fechado. Por ser militar, ele tem a prerrogativa de cumprir a pena em uma instalação do Exército. A execução da condenação foi decretada nesta terça pela Primeira Turma do STF.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

QUATRO PRESIDENTES BRASILEIROS FORAM PRESOS DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS



Antes de Jair Bolsonaro, Lula, Michel Temer e Fernando Collor também enfrentaram condenações à prisão devido a diferentes investigações

O ex-presidente Michel Temer foi preso em março de 2019, na Operação Descontaminação, que investigava corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações

A prisão de Jair Bolsonaro (PL) ampliou para quatro o número de ex-presidentes detidos no Brasil desde a redemocratização. Nos últimos sete anos, Lula, Michel Temer, Fernando Collor e agora Bolsonaro enfrentaram condenações à prisão devido a diferentes investigações.

Ao considerar também o período antes da redemocratização, o total chega a oito presidentes. Além dos nomes do período recente, também foram presos Hermes da Fonseca, Washington Luís, Arthur Bernardes e Juscelino Kubitschek, detidos em contextos políticos distintos que incluem a República Velha e a ditadura militar.

Washington Luís (mandato de 1926-1930) foi deposto na Revolução de 1930 e preso logo após o movimento. Hermes da Fonseca (1910-1914) foi detido em 1922, acusado de incentivar levantes armados.

Já Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi preso em 1968, durante o endurecimento da ditadura militar após o AI-5. Arthur Bernardes (1922-1926) participou da “revolução constitucionalista” de 1932; foi então preso e exilado pelo governo Vargas.

A seguir, veja quem foram os presidentes brasileiros presos depois da redemocratização e os motivos.

Lula

Lula foi o primeiro ex-presidente preso após a redemocratização. Detido em abril de 2018 no contexto da Operação Lava Jato, foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá. Cumpriu 580 dias na sede da PF em Curitiba por decisão do senador Sergio Moro (União Brasil), então juiz da 13ª Vara Federal. Em 2019, o STF proibiu a prisão após condenação em segunda instância, o que levou à sua soltura.

Michel Temer

Michel Temer foi preso em março de 2019, também no âmbito da Lava Jato do Rio. A prisão preventiva ocorreu na Operação Descontaminação, que investigava corrupção, lavagem de dinheiro, fraude em licitações e cartel envolvendo a construção da usina nuclear Angra 3. O delator José Antunes Sobrinho afirmou que Temer sabia do pagamento de R\$ 1,1 milhão em propinas. O MPF o apontou como líder de um esquema bilionário por mais de 40 anos. Temer foi solto após decisão do desembargador Antônio Ivan Athié, que considerou antigos os indícios e entendeu que os investigados não ofereciam risco à ordem pública.

Fernando Collor de Mello

O ex-presidente Fernando Collor foi preso em abril deste ano por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Collor havia sido condenado a 8 anos e 10 meses por corrupção, em investigação derivada da Lava Jato. A Corte o considerou culpado por receber R\$ 20 milhões em propinas da UTC Engenharia em troca de favorecer contratos da BR Distribuidora.

Moraes autorizou o cumprimento da pena em prisão domiciliar, permitindo que Collor deixasse a cela do presídio Baldomero Cavalcanti e passasse a cumprir pena em seu apartamento na orla de Maceió (AL).

Jair Bolsonaro

Jair Bolsonaro passou a cumprir pena nesta terça-feira, 25, após o STF declarar o trânsito em julgado da ação penal sobre a trama golpista. Condenado a 27 anos e três meses de prisão, o ex-presidente responde por organização criminosa armada, deterioração de patrimônio tombado, dano qualificado à União, golpe de Estado e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

Por ter pena superior a oito anos, iniciou o cumprimento em regime fechado. Moraes determinou que Bolsonaro permaneça na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, onde já estava preso preventivamente desde sábado, 22.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

CONDENAÇÃO DE ENVOLVIDOS NA TRAMA GOLPISTA É “LIÇÃO DE DEMOCRACIA AO MUNDO”, DIZ LULA

Presidente ressaltou que é a primeira vez na história do país que um ex-governante e um grupo de militares são presos por tentativa de golpe

Por Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, nesta quarta-feira, 26, que o Brasil deu uma lição de democracia no mundo ao finalizar o processo por golpe de estado contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-ministros e generais.

“O país deu uma lição de democracia ao mundo ontem (terça), sem nenhum alarde a justiça brasileira mostrou sua força, não se amedrontou com as ameaças de fora, fez um julgamento primoroso, com acusações de dentro da quadrilha”, disse.

Lula declarou que a democracia não é um privilégio, mas um direito de todos os brasileiros. Disse estar feliz pela demonstração de maturidade do país, mas não pela prisão de ninguém.

“Pela primeira vez na história do País, tem alguém preso por tentativa de golpe, tem um ex-presidente da República e generais quatro estrelas presos. Democracia não é privilégio de ninguém, é um direito de todos os brasileiros. Estou feliz não pela prisão de ninguém, mas porque o país demonstrou que está maduro para exercer a democracia em sua mais alta plenitude”, declarou.

Ele deu outros exemplos em que o país se comportou bem em sua visão, como no tarifaço dos Estados Unidos. O presidente disse que muitos disseram que o país ia “se lascar”, mas que isso não aconteceu.

O presidente minimizou as críticas feitas pelo primeiro-ministro alemão ao Brasil e a Belém do Pará. Afirmou que conversou com Friedrich Merz na Alemanha e o disse que ele não teria conhecido Belém de verdade.

Por fim, Lula disse que ainda há entregas na área econômica para serem feitas e que ele fará, sem dar mais detalhes. O discurso foi durante a sanção da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

EXTRADIÇÃO, INTERPOL, PRISÃO E PERDA DE MANDATO: O QUE PODE ACONTECER COM RAMAGEM?

Condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado na ação penal da trama golpista, o deputado federal está em Miami, nos EUA

Do Estadão Conteúdo



Alexandre Ramagem alegou ser vítima de "grave perseguição política" e afirmou que deixou o país para evitar que suas filhas o vissem ser preso

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou nesta terça-feira, 25, o início do cumprimento da pena de prisão em regime fechado do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), condenado pela trama golpista.

Ramagem deixou o País em setembro, após ser condenado pelo Supremo, e é considerado foragido. A defesa dele não

foi localizada. A prisão já tinha sido decretada na sexta-feira passada, motivada pela descoberta de que o deputado teria fugido para os Estados Unidos.

A condenação de Ramagem foi fixada em 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado, além de 50 dias-multa, por ter utilizado a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitoramento ilegal de adversários políticos e dar suporte a tentativas de ruptura institucional.

Segundo investigações da Polícia Federal, Ramagem teria saído do Brasil por Boa Vista (RR), possivelmente atravessado a fronteira para a Venezuela ou para a Guiana e, de lá, seguido para os EUA. Reportagem do site PlatôBR mostrou que o deputado vive atualmente em um condomínio de luxo em Miami ao lado da mulher, Rebeca Ramagem.

A PF abriu investigação para rastrear o trajeto, apurar eventuais crimes no processo de saída irregular e avalia os mecanismos de cooperação internacional para o caso. Um dos caminhos é a inclusão do nome de Ramagem na lista de difusão vermelha da Interpol, o alerta para foragidos internacionais, de forma a permitir que ele seja preso por autoridades estrangeiras. Outra possibilidade é pedir a extradição, já que o Brasil e Estados Unidos mantêm um acordo para a entrega de condenados.

RAMAGEM DEIXOU O PAÍS EM SETEMBRO, APÓS SER CONDENADO PELO SUPREMO, E É CONSIDERADO FORAGIDO. A DEFESA DELE NÃO FOI LOCALIZADA. A PRISÃO JÁ TINHA SIDO DECRETADA NA SEXTA-FEIRA PASSADA, MOTIVADA PELA DESCOBERTA DE QUE O DEPUTADO TERIA FUGIDO PARA OS ESTADOS UNIDOS

A extradição pode ser solicitada não apenas para o cumprimento de pena, mas também para fins de instrução do processo, como ocorreu no caso do perito Eduardo Tagliaferro, ex-assessor de Moraes. Quando há condenação, no entanto, as chances de êxito do pedido são maiores do que no caso de ações penais em estágio menos avançado. Os trâmites dependem da colaboração do governo Donald Trump, que sancionou ministros do STF. Vistos foram cancelados e restrições financeiras foram impostas com base na Lei Magnitsky.

Em entrevista ao programa Conversa Timeline, apresentado pelo blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, que também está foragido da Justiça brasileira desde 2021, Ramagem disse estar "seguro" nos Estados Unidos. O parlamentar alegou ser vítima de "grave perseguição política" e afirmou que deixou o País para evitar que suas filhas o vissem ser preso.

Cassação de mandato

Na terça, o STF determinou que a Câmara dos Deputados declare a perda do mandato do deputado federal. A ordem aparece na mesma decisão em que o ministro certifica o trânsito em julgado da ação penal da trama golpista. No documento, Moraes afirma que, com a execução definitiva da pena e o início do cumprimento em regime fechado, o deputado fica impossibilitado de comparecer às sessões legislativas, o que torna a cassação obrigatória segundo a Constituição.

A Câmara dos Deputados informou que não autorizou qualquer missão oficial do parlamentar no exterior. Ramagem apresentou atestados médicos cobrindo as datas de 9 de setembro a 8 de outubro e de 13 de outubro a 12 de dezembro, justificando sua ausência das atividades legislativas.

Nesta semana, o deputado federal Reimont Otoni (PTRJ) protocolou um projeto de lei para tentar dificultar a fuga de quem tiver passaporte apreendido. "Não dá mais pra aceitarmos casos como o do Ramagem e do Eduardo Bolsonaro", disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

APÓS LIGAÇÃO RECUSADA POR ALCOLUMBRE, MESSIAS CENTRA ESFORÇOS EM PRESIDENTE DA CCJ E RELATOR

Indicado por Lula ao STF, o advogado-geral da União apostava agora em conversa com Otto Alencar e Weverton, que é próximo ao ministro do STF Flávio Dino

Do Estadão Conteúdo



sua aprovação na Casa.

Messias divulgou nesta semana uma nota pública lembrando a relação "saudável, franca e amigável" com o Senado, mas foi ignorado pelo presidente da Casa

Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União Jorge Messias tem corrido contra o tempo. Após ter telefonemas ignorados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (UniãoAP), ele tem conversado com outras peças importantes para viabilizar

Messias ligou para Alcolumbre no mesmo dia em que Lula anunciou a escolha, em 20 de novembro, mas não foi atendido, e tampouco o senador retornou, segundo o relato de uma pessoa próxima do AGU.

Sem conseguir contato direto, Messias divulgou nesta semana uma nota pública dirigida a Alcolumbre, que ainda não tinha pautado a sabatina. O AGU disse que tem uma relação "saudável, franca e amigável" com o senador, por quem tem "grande admiração e apreço". Alcolumbre defendia o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para ocupar a vaga deixada por Luís Roberto Barroso na Corte.

Com a porta fechada com Alcolumbre, Messias apostou na conversa com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o governista Otto Alencar (PSD-BA), e o relator da indicação, Weverton (PDTMA), próximo ao ministro do STF Flávio Dino que tem sido apontado como pedra no sapato de Messias nesse percurso.

A rejeição de Alcolumbre ao contato de Messias é tratada como indelicadeza e mais uma prova de que o presidente do Senado trabalha contra a indicação.

Duas horas após o anúncio de Lula, Alcolumbre anunciou uma pauta-bomba com impacto bilionário para as contas públicas, em sinal de retaliação.

Na terça-feira, 25, ele marcou a sabatina de Messias para dia 10 de dezembro, prazo considerado exíguo para a tarefa de conversar com todos os 81 senadores quase seis encontros por dia, contando sábados e domingos. O ministro de Lula precisará de maioria absoluta da Casa, ou seja, 41 votos, para ser aprovado.

Sem vantagem

Levantamento realizado pelo Estadão em consulta aos 27 membros da CCJ mostra que Messias não comece com vantagem na disputa. O placar da terça-feira, 25, contabiliza seis votos contrários ao ministro no STF, cinco favoráveis e quatro indecisos. Outros dois senadores não quiseram responder e 10 não retornaram. O placar será atualizado sempre que novas respostas surgirem.

Messias está no Senado nesta quarta-feira, 26, e terá uma série de encontros nos próximos dias para tentar garantir sua cadeira no STF. O processo é costumeiro para todos os indicados ao cargo e chamado de "beija-mão" no jargão político.

Nenhum indicado pelo presidente da República ao STF, entretanto, foi rejeitado pelo Senado desde a redemocratização. A insatisfação tem se arrastado. Alcolumbre decidiu não comparecer à cerimônia de sanção da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) nesta quarta.

O presidente do Senado disse a interlocutores que, a partir de agora, será um "novo Davi" para o Palácio do Planalto. "Vou mostrar ao governo o que é não ter o presidente do Senado como aliado", afirmou Alcolumbre na quinta-feira, 20, a portas fechadas, depois de saber que Lula confirmara a escolha de Messias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - LEILÃO DE 19 AEROPORTOS MARCA NOVA FASE DA AVIAÇÃO REGIONAL

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

LEILÃO DE AEROPORTOS

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) realiza nesta quinta-feira, dia 27, o leilão de 19 aeroportos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A oferta marca a primeira fase do programa Ampliar, que busca atrair investimentos privados para modernizar e fortalecer a aviação regional brasileira. A expectativa do Governo é que os aeroportos leiloados nesta etapa recebam um total de R\$ 1,25 bilhão em investimentos da iniciativa privada. A sessão de concessões ocorrerá na sede da B3, em São Paulo, e contará com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

MODELO SIMPLIFICADO

O leilão será realizado por meio de um modelo simplificado de concessão, com contratos de 30 anos e mecanismos de reequilíbrio contratual que visam garantir a sustentabilidade operacional e atrair investidores. Aeroportos que não receberem propostas nesta rodada permanecerão disponíveis para os próximos ciclos do Ampliar.

FALTA DE RECURSOS

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) solicitou que o TCU investigue uma situação financeira que compromete as operações da Agência Nacional de Mineração (ANM) – atualmente, o País corre o risco de perder até R\$ 5 bilhões anuais em arrecadação de royalties do setor, devido à incapacidade atual do órgão de cobrir uma despesa mensal de R\$ 500 mil. A ANM é o órgão federal responsável por fiscalizar as atividades de exploração mineral no Brasil.

COMBATE À SONEGAÇÃO SOB RISCO

Este recurso é essencial para manter ativo o sistema de tecnologia da informação (TI) utilizado no combate à sonegação de impostos no setor de mineração. A dificuldade em pagar contas básicas foi relatada pela própria ANM à Controladoria-Geral da União (CGU), que monitora os problemas estruturais da agência.

MINISTRO DESCONHECE

Ao ser questionado sobre o tema na última segunda-feira, dia 24, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse desconhecer o assunto de forma oficial.

BALANÇAS PRECISAS

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (Ipem-SP) vai realizar nesta quinta-feira, das 9 às 13 horas, o 1º Painel Setorial com o tema Infraestrutura da Qualidade e Competitividade Portuária: Do Debate à Ação. O evento acontece na sede da Associação Comercial de Santos (ACS), localizada na Rua XV de Novembro, 137, Centro Histórico. Para os interessados, o evento será aberto ao público e as inscrições gratuitas são realizadas por meio do site: <https://bit.ly/ipemsp>.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

LÍDER DO PT NA CÂMARA DIZ QUE LULA VAI 'ENTRAR EM CAMPO' PARA MESSIAS SER APROVADO NO SENADO

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse nesta quarta-feira, 26, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai "entrar em campo" para ajudar na aprovação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) no Senado.

"É prioridade central do governo, a aprovação do nome do Messias. A questão do Messias, da aprovação do Messias, é sim muito importante. O presidente Lula vai entrar em campo, a prioridade central do governo", afirmou Lindbergh no Planalto, antes da cerimônia de sanção da lei que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

O deputado declarou ter "convicção" que o nome do atual advogado-geral da União será aprovado pelo Senado. O presidente da Casa Alta, Davi Alcolumbre (União-AP), marcou a sabatina para 10 de dezembro. O tempo curto para convencimento dos senadores foi um recado de Alcolumbre por sua insatisfação com a indicação de Messias. O preferido dele era Rodrigo Pacheco (PSD-MG), seu aliado.

Messias será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa e, posteriormente, terá sua indicação votada pelos 27 membros da comissão. Placar do Estadão mostra que, até o momento, são contabilizados seis votos "não" ao ministro no STF, cinco "sim" à condução do chefe da AGU ao Supremo e quatro indecisos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

TARCÍSIO DE FREITAS AFIRMA NÃO TER DÚVIDAS DE QUE A DIREITA VAI “TIRAR O BRASIL DO PT”

Governador de São Paulo acredita na união das forças da oposição até março do ano que vem e no apoio de Bolsonaro para tentar derrotar o petismo

Do Estadão Conteúdo



Tarcísio de Freitas afirmou que o protagonismo da direita contra o presidente Lula em 2026 pode ser de qualquer um da "boa safra" de governadores e não necessariamente dele

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), voltou a criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante participação no evento UBS Wealth Management Latam Summit, na capital paulista.

Segundo o governador, os chefes de Executivo estaduais de direita e centro-direita vão se reunir até março do ano que vem e, com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotar o petismo em 2026. "Não tenha dúvida, nós vamos tirar o Brasil do PT", afirmou nesta quarta-feira, 26.

Tarcísio afirmou existir um "grande respeito" pela liderança construída pelo capitão reformado ao longo dos últimos anos e disse enxergar no ex-presidente um capital político que, segundo ele, precisa ser considerado. O governador avaliou que essa influência será relevante para "pacificar arestas" dentro do campo da direita e ajustar divergências internas. Para ele, não há dúvida de que Bolsonaro ainda exercerá um papel central nesse processo.

Nesta terça-feira, 25, Bolsonaro começou a cumprir a pena de 27 anos de prisão e três meses pela liderança da trama golpista. Ele está detido em uma sala especial na Superintendência da Polícia Federal em Brasília, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Esse arranjo é muito mais provável do que se imagina, vai ser muito mais forte do que se imagina e vai ser um arranjo vitorioso", disse o governador. "Não tenham ansiedade (...) Não existe isso: 'Ah, é dezembro'. Não, não é. Pode ser janeiro, pode ser fevereiro, pode ser março. E não tem problema, vai dar tempo."

Tarcísio afirmou manter diálogo frequente com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e outros membros da família, incluindo o vereador do Rio Carlos Bolsonaro (PL). Segundo ele, suas experiências militares criaram vínculos que explicam o laço de amizade e gratidão que mantém com Jair Bolsonaro, algo que descreveu como "inquebrantável".

O governador reiterou que, independentemente das dificuldades enfrentadas pelo ex-presidente, continuará oferecendo apoio e solidariedade e disse planejar uma visita para levar pessoalmente essa mensagem.

Protagonismo

Tarcísio de Freitas afirmou ainda que não precisa "necessariamente" ser o protagonista da direita contra o presidente Lula em 2026. Para ele, há uma "boa safra" de governadores que deve se unir até março para concorrer com o apoio de Bolsonaro.

"Eu não preciso necessariamente ser um protagonista. Eu quero é ajudar, contribuir. Porque, se a gente não contribui, aí sim vai ter uma frustração", disse Tarcísio. "A grande pergunta é: o que eu quero deixar para as gerações que vão vir? O que eu quero deixar para os meus filhos, para os meus netos? Eu não quero deixar esse país que está aí, esse país do PT."

Ele voltou a criticar Lula ao afirmar que o país passou "quatro décadas preso" ao mesmo debate político, centrado na mesma figura e nas mesmas ideias, que, segundo ele, "envelheceram sem qualquer atualização". Segundo o governador, o Brasil, a sociedade e o mundo mudaram, enquanto o discurso nacional permaneceu no passado, repetindo temas que já não dialogam com a realidade. Para o governador, isso evidencia um atraso crescente e a necessidade urgente de uma "mudança de chave".

Nesse sentido, o chefe do Executivo paulista afirmou que seu futuro político não está totalmente sob seu controle e disse que em alguns momentos, seu papel pode ser ajudar São Paulo, enquanto em outros pode assumir outra função, algo que, segundo ele, "não é problema". O governador destacou que há poucas coisas que se pode realmente controlar na vida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

DERRITE DEIXARÁ DEFINITIVAMENTE GOVERNO PAULISTA NO PRÓXIMO DIA 1º; ELE VAI VOLTAR À CÂMARA

O secretário quer reassumir o cargo de deputado federal para tocar a discussão de projetos relacionados à segurança pública

Do Estadão Conteúdo

O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite (PP-SP), deixará definitivamente o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) na próxima segunda-feira, 1º, para retomar o mandato como deputado federal na Câmara dos Deputados.

Derrite pediu a Tarcísio para deixar o cargo no dia 1º de dezembro por ser o aniversário do batalhão das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) e também a data em que ele foi anunciado como secretário em 2022.

O secretário explicou ao governador que quer voltar para a Câmara para tocar a discussão de projetos relacionados à segurança pública que devem entrar na pauta da Casa. Segundo aliados, Tarcísio apoiou a iniciativa.

No ano passado, Derrite já havia deixado temporariamente o cargo de secretário para relatar o projeto que acabou com as "saidinhas" dos presídios. No início do mês, ele repetiu o movimento, para ser relator do projeto de lei antifacção aprovado pela Câmara na semana passada.

Pré-candidato ao Senado, Derrite teria que deixar o cargo até abril de 2026 para disputar a eleição. Desde meados de junho, contudo, aliados do secretário aventavam a possibilidade dele antecipar a saída para dezembro justamente para protagonizar discussões de propostas que endurecem a legislação penal. No entanto, não havia uma data definida para a saída.

Tarcísio ainda não definiu o substituto de Derrite. Os dois principais nomes cotados para assumir o cargo são o do delegado Osvaldo Nico Gonçalves, atual secretário-executivo da SSP, e o do coronel da reserva Marcello Streifinger, que hoje comanda a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP).

A indicação de Nico atende a um pedido de policiais civis após o cargo ser ocupado por um nome ligado à Polícia Militar. Marcelo Streifinger, por outro lado, fez carreira na PM.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

SOJA LIDERA A MOVIMENTAÇÃO NOS PORTOS DO PARANÁ E SOMA US\$ 5,2 BI EM EMBARQUES

Commodity responde por mais de 21% das cargas do ano e impulsiona planos de expansão com Moegão, novo píer e aprofundamento do canal

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



No acumulado deste ano, são 13.015.446 toneladas de soja embarcadas pelos portos paranaenses, 21,2% de todas as cargas movimentadas em 2025 (61.213.363 toneladas)

A soja em grão foi a commodity com maior volume movimentado nos portos paranaenses entre os meses de janeiro e outubro deste ano, de acordo com o relatório operacional da Portos do Paraná. No acumulado, são 13.015.446 toneladas embarcadas, que representam, em valor FOB (valor do produto no ponto de embarque), US\$ 5,2 bilhões. O

volume corresponde a 21,2% de todas as cargas movimentadas em 2025 pelos portos paranaenses (61.213.363 toneladas).

O Brasil é o maior exportador do produto, e o Paraná se destaca nessa movimentação. Ao todo, 91% da soja que sai de Paranaguá tem como destino o mercado chinês. "Estamos confiantes de que as movimentações de soja sigam em alta nos próximos meses", afirmou o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

O mês de outubro apresentou um crescimento de 60% na movimentação da commodity em relação ao ano anterior, passando de 508.876 toneladas em 2024 para 815.327 toneladas em 2025. Atualmente, 15 terminais podem movimentar soja em grão pelos portos paranaenses.

Entre os principais motivos do aumento da exportação de soja estão a produção recorde da safra brasileira e a alta demanda chinesa, que praticamente parou de importar o produto dos Estados Unidos após os embates tarifários.

Complexo soja

O Porto de Paranaguá tem a segunda maior movimentação de farelo de soja do Brasil, com 28% da exportação nacional. De janeiro a outubro deste ano, foram movimentadas 5.517.043 toneladas de farelo, que representam US\$ 1,8 bilhão em valor FOB. O produto, utilizado na produção de ração animal, teve aumento de 3% em relação ao ano passado (5.333.259 toneladas). Países Baixos (Holanda), França, Espanha e Coreia do Sul foram os principais importadores.

Paranaguá segue como líder nacional na exportação de óleo de soja. Até o fim de outubro, o Porto foi responsável pelo envio de 63% de toda a produção nacional, destinada a países que totalizam mais de 860 mil toneladas. O óleo pode ser utilizado nas indústrias alimentícia, farmacêutica, química e têxtil, entre outras.

Movimentação

O Porto de Paranaguá se prepara para aumentar ainda mais a capacidade de movimentação dentro do complexo soja. A construção do Moegão, a maior obra portuária pública do país em andamento, prevista para janeiro de 2026, vai possibilitar o aumento na recepção de grãos e farelos nos próximos anos.

O complexo vai centralizar o descarregamento ferroviário de granéis sólidos, conectando 11 terminais por um sistema de correias. A soja será uma das commodities mais beneficiadas com esse investimento.

Atualmente, cerca de 550 vagões podem ser descarregados diariamente nos terminais de exportação. Com o Moegão, esse processo será padronizado em um único ponto de descarga, aumentando para até 900 vagões por dia.

"Com a obra concluída, o Moegão poderá receber 24 milhões de toneladas de grãos e farelos por ano, atendendo aos terminais do Corredor de Exportação Leste e ampliando a produtividade, principalmente na exportação de soja", afirmou o diretor de Operações Portuárias, Gabriel Vieira.

Píer em 'T'

Outro projeto que começará a ser desenvolvido é a construção do Píer em 'T', que contará com quatro novos berços e um sistema de carregamento considerado o mais rápido do mundo. Os equipamentos atualmente em funcionamento conseguem levar 3 mil toneladas de grãos e farelos para os porões dos navios a cada hora. A nova estrutura terá condições de despejar até oito mil toneladas por hora dentro de uma embarcação.

O terceiro fator que vai ampliar ainda mais as exportações é o aprofundamento do canal de acesso, que permitirá a atracação de navios maiores e com espaço para levar ainda mais produtos. Isso será possível com a concessão do Canal de Acesso ao Porto de Paranaguá, viabilizada por meio de leilão público na Bolsa de Valores do Brasil — B3.

O consórcio que venceu o certame terá que realizar todos os investimentos necessários em até cinco anos após assumir o contrato. Isso inclui o aumento do calado, que é o ponto mais profundo do navio até a superfície da água, passando dos atuais 13,3 metros para 15,5 metros em até cinco anos.

Os 2 metros e 20 centímetros de acréscimo no calado permitirão que um navio consiga carregar 14 mil toneladas de granéis vegetais sólidos a mais, sem custo adicional na operação.

De acordo com a Autoridade Portuária, todas essas mudanças vão ampliar consideravelmente a competitividade do Porto de Paranaguá, que é um dos principais portos graneleiros do mundo. Outro acréscimo vantajoso será o aumento da segurança nas manobras dos navios e o tempo menor de operação, que reduz consideravelmente o custo do transporte das cargas que saem do Paraná.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

GOVERNO PROJETA MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA COM PACOTE DE DESCARBONIZAÇÃO

Ministro prevê que medidas como eletrificação, novas regras de navegação e estímulos a combustíveis limpos impulsionem a transição energética do setor

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Entre as diretrizes divulgadas está a eletrificação dos portos, que permitirá fornecer energia limpa aos navios atracados e reduzir o uso de combustíveis fósseis durante as operações

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirma esperar que o conjunto de medidas de descarbonização lançado pelo governo inaugure um ciclo de modernização e transição energética no setor portuário e na navegação. As ações, já apresentadas anteriormente e formalizadas durante a

COP30, em Belém, integram os Programas Nacionais de Descarbonização de Portos e da Navegação. Entre elas estão a eletrificação de estruturas, a revisão de procedimentos operacionais e o incentivo à adoção de combustíveis limpos.

As medidas buscam preparar o país para a futura taxação global de emissões que está sendo debatida na Organização Marítima Internacional (IMO). A proposta em discussão prevê a cobrança de taxas proporcionais ao volume de gases de efeito estufa emitidos por cada embarcação, com multas estimadas entre US\$ 100 e US\$ 380 por tonelada de CO₂. A previsão é que o mecanismo entre em vigor em 2027, alinhado à meta internacional de emissões próximas de zero até 2050.

Segundo Costa Filho, o impacto esperado é amplo e estabelece bases para mudanças estruturais no setor. "O programa vai estimular ações de descarbonização tanto na infraestrutura portuária, com eletrificação e procedimentos mais eficientes, quanto na produção e no uso de combustíveis sustentáveis para embarcações", afirmou o ministro ao destacar que a agenda deverá orientar investimentos públicos e privados nos próximos anos.

Entre as diretrizes apresentadas está a eletrificação dos portos, que permitirá fornecer energia limpa aos navios atracados e reduzir o uso de combustíveis fósseis durante as operações. O governo considera essa solução um elemento central para reduzir emissões diretas e acelerar a transição energética. Na COP30, por exemplo, parte da logística do evento utilizou embarcações abastecidas com Gás Natural Liquefeito (GNL), alternativa provisória que, apesar de ainda ligada a combustíveis fósseis, diminui entre 20% e 30% das emissões em relação ao diesel.

Ainda neste ano, o ministério lançou o Pacto pela Sustentabilidade, iniciativa que reconhece empresas do setor portuário e de navegação que adotem práticas socioambientais e de governança. As organizações participantes poderão receber selos ambientais, em um esforço que o governo descreve como incentivo ao engajamento voluntário em ações de descarbonização e em compromissos alinhados à agenda ESG.

No campo da navegação, o governo tem ampliado medidas voltadas a modais de menor emissão. A Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN) conduz o processo das primeiras concessões de hidrovias do país, com o objetivo de elevar a segurança jurídica e a previsibilidade do transporte de cargas pelos rios brasileiros. O modal fluvial emite, em média, cerca de cinco vezes menos que o transporte rodoviário.

A SNHN também regulamentou novas regras para a política de estímulo à cabotagem, a BR do Mar. Empresas que pretendam expandir a frota e afretar embarcações deverão priorizar navios com menor nível de emissão, medida que busca orientar o setor a padrões compatíveis com metas de redução de gases de efeito estufa e com a necessidade de equilibrar a matriz nacional de transportes.

Outro componente do pacote de ações é o programa Porto Sem Papel, que reduziu de 20 para quatro dias o tempo médio de permanência dos navios na área portuária. A integração de informações antes distribuídas entre diferentes órgãos e a eliminação de etapas redundantes resultaram em maior eficiência operacional. A diminuição do tempo de espera implica menor consumo de combustível e reforça, segundo o governo, os resultados das iniciativas voltadas à descarbonização.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

CARAVANAS DA INOVAÇÃO ENCERRAM CIRCUITO NACIONAL NO PORTO DE SANTOS

Sexta edição do evento reúne governo, setor privado e startups para discutir digitalização, eficiência e novas tecnologias na infraestrutura portuária

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O maior complexo portuário da América Latina será palco da 6ª edição das Caravanas da Inovação Portuária, iniciativa do Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e o HUB Brasil Export.

O evento acontece no dia 9 de dezembro de 2025, no Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos, reunindo lideranças públicas e privadas, especialistas, startups e representantes da comunidade portuária para discutir inovação, sustentabilidade e transformação digital no setor.

Com uma agenda repleta de painéis técnicos, apresentações institucionais e pitches de startups, a edição de Santos encerra o ciclo nacional das Caravanas em 2025, coroando um ano de diálogo e cooperação entre os principais atores da infraestrutura portuária brasileira.

O porto de Santos foi escolhido para encerrar o calendário 2025 das Caravanas da Inovação por representar um dos principais polos de modernização, eficiência e integração tecnológica do país.

A edição marca o fechamento de um ciclo que passou por outras cidades portuárias do Brasil, como Recife, Salvador, São Luís, Fortaleza e Rio de Janeiro, consolidando um movimento nacional pela inovação portuária.

As Caravanas da Inovação têm como propósito fortalecer a cultura de inovação nos portos públicos e privados, promovendo um espaço de troca de experiências, boas práticas e soluções tecnológicas que impulsionam a competitividade e a sustentabilidade do setor.

Nesta edição, os debates abordarão temas estratégicos como políticas nacionais de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D&I); governança em ecossistemas abertos de inovação; transformação digital e gestão portuária inteligente; futuro da navegação marítima; e compras públicas de soluções tecnológicas inovadoras.

A programação inclui ainda uma rodada de pitches de startups, na qual empresas de base tecnológica apresentarão soluções voltadas ao setor portuário e logístico.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

PROGRAMAÇÃO FÓRUM BRASIL EXPORT MINAS E ENERGIA

PROGRAMAÇÃO COMPLETA

Local: Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos

Data: Terça-feira, 9 de dezembro de 2025 | Horário: 08h30 às 18h30

- 08:00 - 09:00 Credenciamento e café de boas-vindas
- 09:00 - 09:20 Abertura oficial
- 09:25 - 09:50 Apresentação Institucional 1 - "Iniciativas e ações em inovação do Porto de Santos"
- 09:55 - 10:45 Painel 1 - "Políticas nacionais de fomento a P&D&I: que modelos e práticas podem inspirar o setor portuário?"
- 10:50 - 11:15 Apresentação Institucional 2 - "Plano de Inovação e Transformação Digital - Secretaria Nacional de Portos"
- 11:20 - 12:10 Painel 2 - "A governança em ecossistemas abertos de inovação"
- 12:15 - 14:00 Intervalo para almoço
- 14:05 - 14:30 Apresentação Institucional 3 - "Governança da Inovação Portuária e Transformação Digital no TIPLAM"
- 14:35 - 15:25 Painel 3 - "Futuro da Navegação Marítima"
- 15:30 - 15:55 Apresentação Institucional 4 - "Ganhadores do ABTRA Porto Hack 2025"
- 16:00 - 16:25 Pitches de Startups
- 16:30 - 16:55 Apresentação Institucional 5 - "Autoridade Portuária de Santos"
- 17:00 - 17:50 Painel 4 - "Compras públicas de soluções tecnológicas inovadoras: oportunidades e possibilidades para o setor portuário"
- 18:00 - 19:00 Encerramento oficial

O evento é gratuito, com vagas limitadas. Inscrições:

<https://www.sympla.com.br/evento/caravanas-da-inovacao-portuaria-6-edicao-santos/3192005>

Grupo oficial no WhatsApp: <https://chat.whatsapp.com/KcLXfk0egPZ1LkjW5BY4ou>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

GOVERNO REDEFINE AVALIAÇÃO DE NOVAS OBRIGAÇÕES EM CONCESSÕES DE AEROPORTOS

Portaria assinada por Silvio Costa Filho cria protocolo para demandas de outros órgãos e busca dar previsibilidade regulatória ao setor

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Pelo ato, o MPor deverá avaliar se as novas exigências, que não constavam nos contratos originais, estão adequadas à política pública de aviação civil e às diretrizes do Fnac

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou na terça-feira (25) portaria que estabelece novos procedimentos para avaliar obrigações contratuais das concessionárias aeroportuárias, impostas por outros órgãos da administração pública federal. A assinatura ocorreu durante a abertura do Airport National Meeting (ANM) 2025, em Brasília (DF).

O ato determina que o MPor deverá avaliar se as novas exigências, que não constavam nos contratos originais, estão adequadas à política pública de aviação civil e às diretrizes do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). Na prática, a medida visa garantir maior previsibilidade regulatória para os operadores e viabilizar novos serviços evitando desequilíbrios financeiros nos contratos,

promovendo incentivos para atendimento às demandas de órgãos públicos de forma eficaz e segura, priorizando o interesse da população e melhoria dos serviços para os usuários.

A partir de agora, as demandas da Administração Pública Federal que gerem novas obrigações devem ser apresentadas pelos interessados para avaliação da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos.

"Quero parabenizar todas as concessionárias por acreditarem no Brasil e pela qualidade dos serviços que entregam cada vez mais ao nosso país. Nunca vivenciamos um momento tão fértil e de tantas oportunidades para o setor da aviação brasileira. Temos desafios, mas temos também uma agenda de oportunidades pela frente, e toda caminhada começa com o primeiro passo", afirmou Costa Filho.

Durante o evento, o secretário executivo do MPor, Tomé Franca, reforçou o impacto social e econômico da modernização contínua dos aeroportos. "É muito bom ver a transformação dessa infraestrutura gerando mais segurança operacional e eficiência logística para o Brasil. Isso permite encurtar distâncias, otimizar o tempo das pessoas e conectar famílias e destinos. Além disso, contribui para a indústria e o transporte de carga, o que é fundamental para o crescimento econômico do país. Deixo meu registro para parabenizar os concessionários, os CEOs e o time de cada concessionária, que fazem essa realidade acontecer", disse Franca.

Já o CEO da ABR Aeroportos do Brasil, Fábio Rogério Carvalho, destacou os resultados recentes do setor e a responsabilidade das concessionárias privadas, que administram 59 aeroportos no país. "Desejo que este evento tenha duas funções: ser um manifesto e uma celebração. Uma celebração do que alcançamos, pois tivemos o melhor mês de outubro da história da aviação brasileira e recorde de turistas estrangeiros. Nossos 59 terminais representam 99% das cargas e 93% dos passageiros do país, o que nos traz um senso de responsabilidade muito grande. Por isso, essa celebração também precisa ser um manifesto", afirmou Carvalho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

EMBRAER RECEBE R\$ 1 BI DO BNDES PARA IMPULSIONAR EXPORTAÇÕES

Financiamento vai apoiar a produção de aeronaves comerciais e ajudar a empresa a cumprir entregas previstas, com expectativa de vender até 85 jatos ao exterior em 2025

Da Agência Brasil



O BNDES, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, financiou cerca de US\$ 26,3 bilhões em exportações de aeronaves comerciais da Embraer

A terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer, vai receber um empréstimo de R\$ 1,09 bilhão para produzir aeronaves comerciais que serão vendidas para o exterior. O financiamento foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme comunicado divulgado pelo banco de fomento nesta terça-feira (25). Os recursos serão utilizados pela empresa para cumprir cronograma de entregas já acertado com importadores em vários países.

A companhia, líder na fabricação de jatos comerciais de até 150 assentos, espera fechar 2025 com um total de 77 a 85 jatos comerciais entregues. No ano passado, o número ficou em 73. Em 2023 foram 64. Somando aviões comerciais e aeronaves de defesa e segurança foram 206 entregas em 2024 e 181 em 2023.

Os recursos para o empréstimo são da linha de financiamento Exim Pré-embarque, voltado para exportadores, com taxas de juros formadas por custo financeiro, taxa do BNDES e taxa de risco de crédito.

Recorde de pedidos

De acordo com o presidente da Embraer, Francisco Gomes Neto, a empresa vivencia um recorde no volume de pedidos e "ritmo sólido de vendas".

"Estamos realizando investimentos significativos para atender à crescente procura por nossos produtos e o financiamento do BNDES é fundamental para apoiar iniciativas que visam aumentar a capacidade de produção e acelerar as entregas nos próximos anos", disse no comunicado do banco. O banco, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, financiou cerca de US\$ 26,3 bilhões em exportações de aeronaves comerciais da Embraer, apoiando a produção de 1.350 jatos, desde 1997.

Embraer

A Embraer tem 23,5 mil funcionários em todo o mundo, sendo 18 mil no Brasil, principalmente na sede em São José dos Campos, em São Paulo. Há contingente também nas cidades paulistas de Sorocaba, Botucatu e Gavião Peixoto, além de engenheiros em Florianópolis e Belo Horizonte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

STF SUSPENDE PROCESSOS SOBRE INDENIZAÇÕES POR ATRASOS E CANCELAMENTOS DE VOOS

Decisão do ministro Dias Toffoli interrompe ações em todo o país até definição sobre aplicação do CDC ou do Código de Aeronáutica

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O ministro do STF Dias Toffoli acolheu os argumentos da Azul e da CNT ao destacar a existência de decisões conflitantes no país e o aumento da chamada litigiosidade de massa

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de todos os processos em tramitação no país que discutem indenizações por danos causados a passageiros em casos de cancelamento, alteração ou atraso de voos. A decisão foi tomada em um Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1.560.244), que discute se essas situações devem ser avaliadas à luz do Código de Defesa do

Consumidor (CDC) ou do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA).

O tema tem repercussão geral reconhecida pelo STF desde agosto de 2025, no chamado Tema 1.417. Isso significa que o entendimento a ser fixado no julgamento orientará todos os processos semelhantes nas instâncias inferiores. Ainda não há data definida para o julgamento.

**A DECISÃO FOI TOMADA EM UM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM
AGRADO (ARE 1.560.244), QUE DISCUTE SE ESSAS SITUAÇÕES DEVEM
SER AVALIADAS À LUZ DO CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC) OU DO CÓDIGO BRASILEIRO DE
AERONÁUTICA (CBA)**

O caso concreto que deu origem ao recurso envolve um passageiro que açãoou a Azul Linhas Aéreas após atraso e mudança no itinerário contratado. A Quinta Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro condenou a empresa ao pagamento de danos materiais e morais,

aplicando o CDC. A companhia recorreu ao STF, sustentando que o CBA deveria prevalecer nesses casos.

A Azul e a Confederação Nacional do Transporte (CNT), admitida como amicus curiae, solicitaram ao Supremo a suspensão nacional dos processos, alegando falta de uniformidade nas decisões judiciais. Segundo defenderam, há tribunais que aplicam o CDC, outros que aplicam o CBA e decisões que afastam dispositivos da Lei 14.034/2020, que alterou o Código de Aeronáutica. Para as entidades, esse cenário provoca tratamento desigual em casos idênticos e sobrecarrega o Judiciário com demandas repetitivas.

Divergências jurídicas

O ministro Toffoli acolheu os argumentos ao destacar a existência de decisões conflitantes no país e o aumento da chamada litigiosidade de massa. “Mediante uma rápida pesquisa jurisprudencial, é possível constatar que não há uniformidade das decisões judiciais quanto ao regime jurídico incidente nas hipóteses de responsabilidade das companhias aéreas brasileiras por cancelamento, alteração ou atraso de voos decorrentes de caso fortuito ou força maior — se seria o do Código de Defesa do Consumidor, ou o do Código Brasileiro de Aeronáutica —, o que gera divergência também quanto à aplicação (ou não) de excludentes de responsabilidade e à necessidade (ou não) de comprovação do dano extrapatrimonial para que se tenha direito à indenização”, afirmou.

O ministro também apontou que essa multiplicidade de entendimentos gera insegurança jurídica para passageiros e empresas. “Nesse contexto de litigiosidade de massa (e, possivelmente, de litigância predatória) e, por conseguinte, de enorme insegurança jurídica, parece-me de todo conveniente e oportuno suspender o processamento de todos os processos judiciais que versem sobre o assunto discutido nos autos no território nacional, até o julgamento definitivo do presente recurso”, escreveu. Ele acrescentou que a medida pode evitar “a multiplicação de decisões conflitantes” e desestimular temporariamente a “litigiosidade de massa e/ou predatória”.

Judicialização em alta

O documento anexado ao processo traz ainda dados apresentados por entidades do setor sobre o volume de ações envolvendo o transporte aéreo no Brasil. Estudos citados por Toffoli indicam que o país registra um número de processos muito superior ao de outras nações. Segundo levantamento mencionado na decisão, há “uma ação para cada 227 passageiros transportados”, enquanto nos Estados Unidos a proporção é de “1 para cada 1,2 milhão”. Para especialistas citados no processo, parte desse movimento decorre do uso frequente do CDC em situações que, segundo as empresas, deveriam ser analisadas à luz de normas específicas do setor aéreo e de convenções internacionais.

O ministro também mencionou que o Judiciário e órgãos reguladores têm buscado medidas para reduzir a litigiosidade. Um acordo de cooperação técnica foi firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a Secretaria de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos para aprimorar a regulação e diminuir o volume de ações. Segundo o ministro, contudo, esse esforço ainda não foi suficiente para conter o crescimento das demandas.

Ao justificar a suspensão nacional dos processos, Toffoli observou que o Código de Processo Civil autoriza o relator, em casos de repercussão geral reconhecida, a determinar ou modular esse tipo de medida. Para o ministro, o quadro atual exige intervenção, especialmente diante de decisões divergentes sobre a responsabilidade das companhias aéreas em eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior.

No julgamento do mérito, ainda sem previsão, o Plenário do STF vai definir se a responsabilidade das empresas aéreas em atrasos, cancelamentos e alterações de voos deve ser regida pelo CBA ou pelo CDC. A tese deverá considerar princípios como livre iniciativa, segurança jurídica, proteção ao consumidor e possibilidade de reparação por danos materiais, morais ou à imagem.

A suspensão determinada por Toffoli permanecerá em vigor até a decisão final do Supremo

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

GOVERNO SANCIONA MARCO ELÉTRICO APÓS DUAS DÉCADAS DE DEBATES

Norma revisa tarifas, amplia segurança energética, redefine papéis regulatórios e impede compensação obrigatória a eólicas e solares

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O marco também cria bases para regulamentar atividades essenciais, com diretrizes para o armazenamento de energia elétrica e para a comercialização de gás natural da União

A Lei 15.269/2025, que estabelece o novo marco regulatório do setor elétrico, foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (25), após sanção do presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin. A norma resulta da Medida Provisória 1.304/2025, editada em julho e aprovada pelo Congresso com alterações. O texto traz mudanças

estruturais para modernizar o setor, reduzir tarifas, ampliar mecanismos de segurança energética e atualizar legislações que estruturam o sistema elétrico, além de prever medidas relacionadas ao mercado de gás natural e ao armazenamento de energia elétrica.

A sanção ocorreu após duas décadas de debates sobre a necessidade de revisão do marco regulatório. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), o conjunto de medidas busca fortalecer a modicidade tarifária, ampliar a eficiência do planejamento e aprimorar as regras de operação do sistema. “Após 20 anos de espera, conseguimos construir no Congresso Nacional um avanço histórico com as medidas provisórias 1.300 e 1.304. Trabalhamos em três frentes: justiça tarifária, abertura de mercado e equilíbrio do sistema”, afirmou o ministro Alexandre Silveira.

Entre os pontos destacados pelo governo está a incorporação do programa Luz do Povo, que isenta da tarifa de energia famílias de baixa renda com consumo de até 80 kWh. Outras 21 milhões de famílias poderão receber descontos de até 12% para consumo de até 120 kWh. Na avaliação do MME, essas medidas integram o esforço para rever subsídios e criar limites de despesas para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que passa a ter teto baseado no orçamento de 2025, atualizado pela inflação.

O novo marco também cria bases para regulamentar atividades essenciais. O texto estabelece diretrizes para o armazenamento de energia elétrica e para a comercialização de gás natural da União. No setor de gás, a lei altera regras de comercialização, amplia mecanismos de aproveitamento da produção nacional e reforça a atuação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e da Petrobras na gestão do gás da União.

Vetos

A sanção veio acompanhada de 16 vetos. Entre eles está o artigo 1º-A, que previa compensação compulsória a usinas eólicas e solares pelos cortes de geração determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O governo argumentou que o dispositivo abrangeeria eventos externos de qualquer natureza, ampliando despesas e transferindo custos aos consumidores, o que poderia comprometer o equilíbrio tarifário.

Também foram vetados dispositivos que modificavam o cálculo do preço de referência do petróleo e do gás natural, que passaria a ser baseado em cotações internacionais. O Executivo alegou risco de insegurança jurídica, possibilidade de judicialização e impacto sobre investimentos de longo prazo. Além disso, foram barrados itens sem previsão orçamentária, como propostas de investimentos obrigatórios em eficiência energética, novos mecanismos de gasto e a criação de uma infração adicional na Lei de Improbidade Administrativa.

Outro voto alcançou o dispositivo que fixava prazo máximo de 90 dias para pareceres de licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas. O governo sustentou que a limitação desconsideraria a complexidade dos impactos socioambientais e a necessidade de análise técnica aprofundada.

Mudanças estruturais

O novo marco amplia o alcance do Ambiente de Contratação Livre (ACL). Atualmente restrito a consumidores de média e alta tensão, o mercado passará por abertura gradual para atender unidades com fornecimento em tensão inferior a 2,3 kW, conforme cronogramas a serem regulamentados. A lei também define requisitos para atendimento de carga e cria o serviço de suprimento de última instância, que será fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para garantir continuidade do fornecimento em situações emergenciais.

No campo do armazenamento de energia, a legislação concede à Aneel competência expressa para regular, fiscalizar e estabelecer regras de remuneração e acesso às redes para sistemas de baterias conectados tanto ao Sistema Interligado Nacional quanto a sistemas isolados. A atividade poderá ser exercida de forma autônoma ou integrada às etapas de geração, transmissão, distribuição ou comercialização. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) passa a assumir responsabilidade ampliada na elaboração de estudos e modelagem de sistemas de armazenamento hidráulico.

O texto final aprovado pelo Congresso também excluiu qualquer cobrança sobre energia compensada pela micro e minigeração distribuída. Uma tarifa chegou a ser proposta na fase inicial de tramitação, mas foi retirada antes da sanção presidencial.

No segmento de gás natural, a lei consolida diretrizes voltadas à previsibilidade e à competitividade do setor. As regras buscam modernizar a política energética ao integrar o gás como vetor estratégico de transição, ampliando o uso da produção nacional e estabelecendo bases para novas formas de comercialização.

Prazos de vigência

A lei terá vigência escalonada. As regras previstas no artigo 14 e no inciso V do artigo 23 passam a valer em 1º de janeiro de 2026. O artigo 9º entra em vigor 90 dias após a publicação, enquanto o artigo 6º será aplicado a partir de 1º de janeiro de 2027. Os demais dispositivos passaram a vigorar na data de publicação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

NOVA LEI DO SETOR ELÉTRICO PÔE EM DÚVIDA LEILÃO DE BATERIAS PREVISTO PARA 2026

Especialistas apontam conflito entre diretrizes aprovadas e proposta em consulta pública, além de indefinições tarifárias na Aneel

Do Estadão Conteúdo



A lei estabeleceu diretrizes para instalação e operação de sistemas de armazenamento e definiu que os sistemas de baterias terão custos rateados só entre os geradores de energia

A nova lei nº 15.269, que moderniza o marco regulatório do setor elétrico, alimentou dúvidas sobre a efetiva possibilidade de cumprir o cronograma proposto pelo governo para a realização do primeiro leilão de baterias, em abril de 2026.

A lei, publicada na terça-feira, 25, estabeleceu diretrizes para instalação e operação de sistemas de armazenamento, incluindo baterias e soluções hidráulicas, e definiu que os sistemas de baterias terão custos rateados apenas entre os geradores de energia.

Embora não tenha havido mudança no texto em relação à versão aprovada pelo Congresso Nacional, na avaliação de especialistas, as regras publicadas contrariam, em parte, a proposta de diretrizes e sistemática do leilão de armazenamento, em consulta pública em andamento pelo Ministério de Minas e Energia e que se encerra no próximo dia 1º de dezembro.

"Precisa analisar se essa normativa altera a portaria do MME e se ela precisará ser reeditada por conta da lei aprovada ontem", disse Felipe Furcolin, da Furcolin & Mitidieri Advogados, que lembrou que já havia dúvidas sobre a possibilidade de realização do certame em abril de 2026, por conta dos prazos dos processos de Consulta Pública, publicação do edital e cronograma de execução.

Durante evento promovido pela Hitachi, em São Paulo, Furcolin citou que a lei também trouxe mais clareza para o desenvolvimento da tecnologia de baterias, com definição de competências entre os órgãos públicos e com pontos favoráveis como o benefício fiscal de suspensão de PIS/Cofins e possibilidade de tratamento para o imposto de importação dos equipamentos.

Por outro lado, ele citou pontos em aberto, como a regulação final pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O processo está em fase de debates na diretoria da agência e foi alvo mais de uma vez de pedido de vista.

Neste sentido, a principal questão em discussão é a tarifa de transmissão a ser cobrada dos sistemas autônomos de baterias. Há uma sinalização de que deveria haver uma dupla cobrança dessa tarifa, "na entrada e na saída" da energia, mas isso pode inviabilizar a implementação desses sistemas como ativo de transmissão. Neste sentido, Furcolin defende a necessidade de se criar um novo modelo tarifário, mas admite que isso demanda mais tempo para ser estruturado.

Para o diretor técnico da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Daniel Tavares, um caminho pode ser a ponderação pelo sinal locacional, a exemplo do que foi proposto para o leilão de baterias. A proposta do MME para esse certame é que haja um bonificação locacional, com um prêmio de 10% para quem colocar baterias em pontos de conexão identificados em um mapeamento que identifique fragilidades na rede.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

CONSUMIDORES PROJETAM ALTA DE ATÉ R\$ 8 BILHÕES AO ANO COM NOVO MARCO



A FNCE calcula que a lei acarretará um aumento gradual no custo da energia elétrica, que poderá chegar a cerca de R\$ 8 bilhões por ano até 2040, com alta de 3,6% na conta de luz

A Frente Nacional dos Consumidores de Energia (FNCE) calcula que a lei nº 15.269, publicada na terça-feira, 25, e que promoveu uma modernização no marco regulatório do setor elétrico, acarretará um aumento gradual no custo da energia elétrica, que poderá chegar a cerca de R\$ 8 bilhões por ano até 2040, com alta de 3,6% na conta de luz.

Embora tenha elogiado "vetos importantes" feitos pelo Poder Executivo ao texto de conversão da Medida Provisória 1.304/2025 aprovado pelo Congresso Nacional, a entidade lamentou a manutenção

de dispositivos que resultarão, não só em aumento de custos para o consumidor, como em aumento dos cortes de geração renovável, o chamado curtailment.

A FNCE se refere a previsão de contratações de biomassa, carvão e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que foram mantidas e adicionarão 6,5 gigawatts (GW) de potência ao sistema, montante considerado pela entidade como "desnecessário e sem respaldo técnico" e que agravará a crise do excesso de geração renovável e seus consequentes cortes comandados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A FNCE destaca em particular a manutenção do dispositivo que prorrogou subsídios para o carvão mineral nacional até 2040, o que representa um custo de cerca de R\$ 1 bilhão ao ano, mesmo se o país não precisa mais dessa fonte em sua matriz e a despeito de seu impacto ambiental. "Publicado no primeiro dia útil após a COP30, o texto evidencia a influenciado lobby do setor carbonífero junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional", diz a entidade.

O artigo mantido favorece as térmicas de Candiota 3, atualmente operada pela Âmbar Energia, do Grupo J&F, dos irmãos Batista, e Figueira, do grupo Electra, já a partir de 2026.

Já o custo de contratação de PCHs foi estimado em R\$ 1,7 bilhão ao ano a partir de 2032, R\$ 3,4 bilhões/ano a partir de 2033 e R\$ 5 bilhões/ano a partir de 2034. As térmicas a biomassa terá custo anual de R\$ 2 bilhões, a partir do ano de contratação, ainda indefinido.

A FNCE ainda critica a solução para o curtailment mantida no texto sancionado, um dos dois dispositivos sobre o tema foi vetado. Pelo dispositivo mantido prevê que parte dos prejuízos dos cortes seja resarcido aos geradores por meio do Saldo de Ressarcimento dos Contratos de Reserva e Disponibilidade, que hoje se aproxima dos R\$ 3,8 bilhões. Para a entidade, esse valor deveria ser usado para modicidade tarifária. "Trata-se de energia subsidiada pela conta de luz e não gerada, pela qual os consumidores pagarão duas vezes".

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

CCJ APROVA REALOCAÇÃO DE EMPREGADOS DE ESTATAIS DO SETOR ELÉTRICO PRIVATIZADAS

Projeto prevê absorção de trabalhadores por outras empresas públicas, com cargos e salários equivalentes, e segue ao Plenário em regime de urgência

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O texto, apresentado originalmente na Câmara, recebeu parecer favorável do relator, Sérgio Petecão, e seguirá ao Plenário do Senado com requerimento de urgência para votação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou na quarta-feira (26) o Projeto de Lei 1.791/2019, que garante a trabalhadores de estatais federais do setor elétrico privatizadas o direito de serem absorvidos por outras empresas públicas ou sociedades de economia mista. A matéria, apresentada originalmente na Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), e seguirá ao Plenário do Senado com requerimento de urgência para votação.

O texto altera a Lei 12.783/ 2013, que regulamenta as concessões dos serviços de energia elétrica à iniciativa privada. A proposta determina que empregados responsáveis pela produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica poderão ser realocados em outras estatais caso

optem por não permanecer na empresa privatizada. A recolocação deverá ocorrer em cargos com atribuições e salários equivalentes aos que ocupavam na companhia desestatizada, e a regra alcança inclusive trabalhadores de empresas já privatizadas no âmbito do Programa Nacional de Desestatização.

Petecão afirmou que, embora processos de privatização frequentemente sejam justificados por ganhos de eficiência, também podem gerar impactos sociais relevantes, sobretudo pela redução de postos de trabalho. Segundo ele, a proposta busca reparar distorções vivenciadas por servidores que perderam estabilidade e ficaram sem alternativas de recolocação. O senador destacou que os efeitos das demissões se estendem às famílias dos trabalhadores.

O relator citou dados referentes à privatização da Eletrobras. Entre 2021 e 2023, disse ele, ocorreram 3.614 desligamentos nas empresas do grupo, com maior concentração entre empregados acima de 50 anos.

“Nós estamos falando de mais de 3,6 mil pais e mães de família que hoje se encontram em situação difícil. São todos concursados, mão de obra especializada, pessoas preparadíssimas”, declarou.

Ele acrescentou que a medida pode fortalecer o próprio Estado ao reintegrar profissionais experientes às estruturas públicas.

Durante a discussão, senadores manifestaram apoio ao projeto. Mecias de Jesus (Republicanos-RR) afirmou que a iniciativa resguarda trabalhadores admitidos por concurso. “O que o Senado Federal e esta comissão fazem neste momento é reconhecer o direito dessas pessoas e dar a elas o tratamento devido e honrado que elas merecem, porque trabalharam sempre com muita honradez pelo Brasil, em todos os nossos estados da Federação”, disse. Marcos Rogério (PL-RO) também elogiou a proposta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

PROJETO DE LEI fixa TETO PARA PREÇO DA ENERGIA DE ITAIPU

Limite de US\$ 12 por kW busca conter custos, ampliar transparênciatarifária e garantir repasse dos efeitos do fim da dívida da usina

Do Estadão Conteúdo



A proposta restringe o limite tarifário à parcela de energia que cabe ao Brasil, comercializada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou na terça-feira (25) o Projeto de Lei 1.830/2025, que estabelece um teto para o preço da energia de Itaipu destinada ao mercado brasileiro. A proposta, apresentada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC), define que concessionárias nacionais não poderão pagar mais de US\$ 12 por quilowatt hora pela energia gerada pela usina binacional. O objetivo é

corrigir distorções, ampliar a transparência do modelo tarifário e assegurar que a quitação da dívida da hidrelétrica, concluída em 2023, resulte em redução efetiva nas tarifas.

O parecer aprovado, elaborado pelo senador Laércio Oliveira (PP-SE), inclui emenda que fixa o início da aplicação do teto em 2027. A regra terá atualização anual conforme a inflação dos Estados Unidos e poderá passar por revisões extraordinárias apenas em situações relacionadas à operação, à segurança ou aos custos efetivos de geração. O projeto segue agora para análise final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta restringe o limite tarifário à parcela de energia que cabe ao Brasil, comercializada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar). A medida não alcança a energia que o Paraguai eventualmente cede ao sistema brasileiro.

Em seu relatório, Laércio argumentou que o teto reforça a previsibilidade do setor elétrico e corrige práticas que, ao longo dos anos, contribuíram para o encarecimento da energia aos consumidores. O senador destacou que o projeto não altera o Tratado de Itaipu, mas apenas disciplina a revenda da energia no mercado interno.

Amin defendeu a iniciativa ao afirmar que ela é necessária para conter despesas que, segundo ele, não se traduziram em queda tarifária após o fim da dívida da usina. "Esse projeto é uma maneira prática de acabar com uma farra. Itaipu pagou todas as suas dívidas de investimentos em 2023 e a tarifa não teve redução proporcional. E a direção de Itaipu está exacerbando com gastos não operacionais, apresentados como se fossem despesas essenciais", disse.

O parlamentar citou obras e aportes realizados pela empresa, como projetos rodoviários e a destinação de R\$ 1,3 bilhão para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP 30). Segundo ele, essas despesas recaem sobre consumidores que não têm relação direta com programas e investimentos financiados pela usina.

Na justificativa do projeto, Amin lembra que o Tratado de Itaipu previa revisão das condições financeiras após a quitação da dívida e afirma que esse processo não trouxe benefícios proporcionais às famílias brasileiras. Ele destaca ainda que o limite proposto está alinhado ao valor máximo já anunciado pelo Ministério de Minas e Energia para o período pós-2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

EM ALTA DE 1,7%, A 158,5 MIL PONTOS, IBOVESPA QUEBRA RECORDES DE 11 DE NOVEMBRO

Na semana, em três sessões, o índice agregou 2,45%, elevando o ganho do mês a 6,03% e o do ano a 31,82%

Do Estadão Conteúdo



A alta expressiva da Bolsa, avaliam especialistas, foi puxada pelas ações do setor financeiro, em razão do IPCA-15 e da prévia da inflação do mês

Em alta de 1,70%, o Ibovespa fechou pela primeira vez na casa de 158 mil, aos 158.554,94 pontos, e, no intradia, aos 158.713,52 pontos, rompeu também o recorde observado na sessão de 11 de novembro, então aos 158.467,21.

Patrick Buss, operador de renda variável da Manchester Investimentos, destaca que a alta expressiva da Bolsa na sessão foi puxada pelas ações do setor financeiro, em razão da leitura comportada do IPCA-15 referente a novembro, a prévia da inflação oficial do mês, que mantém o Banco Central no caminho de iniciar, no primeiro trimestre do próximo ano, o ciclo de redução da Selic.

Entre as demais blue chips, Petrobras chegou a virar, mas fechou ainda em baixa (ON 0,32%, PN - 0,15%), enquanto Vale ON, a ação de maior peso no Ibovespa, avançou 1,49%, tendo acompanhado o Ibovespa nas máximas da sessão. As variações nas ações de bancos também acentuadas do meio para o fim da tarde, ficaram entre +1,14% (Banco do Brasil ON) e +3,01% (Bradesco PN) no

encerramento da sessão. Na ponta ganhadora do índice, Rumo (+9,14%), Vamos (+6,63%) e Assaí (+6,38%). No campo oposto, Hapvida (-7,15%), Magazine Luiza (-1,46%) e Vibra (-1,00%).

"Dentre as quedas, Hapvida chamou atenção, após uma sequência de rebaixamentos nas recomendações de analistas que se seguiram ao balanço do terceiro trimestre", diz Bruno Perri, economista-chefe, estrategista e sócio-fundador da Forum Investimentos.

O giro financeiro na B3 nesta véspera de feriado de Ação de Graças nos Estados Unidos, dia em que não haverá negócios nos mercados de Nova York, subiu para R\$ 26,8 bilhões. Na semana, em três sessões até aqui, o Ibovespa agrupa 2,45%, elevando o ganho do mês a 6,03% e o do ano a 31,82%.

Divulgados pela manhã desta quarta-feira, 26, "os dados do IPCA-15 trouxeram ânimo a mais para o Ibovespa, e o mercado volta a precisar a possibilidade de corte de juros para janeiro", diz João Paulo Fonseca, head de renda variável da HCI Advisors. "A pressão sobre o preço de passagens aéreas foi atenuada pela queda nos alimentos, e esse resultado reforça o viés de baixa para a inflação deste ano", acrescenta.

À tarde, o sumário das condições regionais da economia nos Estados Unidos, compilado por unidades do Federal Reserve, o chamado Livro Bege, sugeriu um grau de enfraquecimento da atividade no país, o que mantém viva a percepção de que o Banco Central americano, após o apagão de dados durante os 43 dias de shutdown ao longo de outubro e em parte de novembro, terá condições de voltar a cortar juros em dezembro, após os ajustes de baixa nas reuniões de setembro e outubro.

Na leitura de menos é mais, em função do efeito percebido sobre a perspectiva dos juros americanos, os índices de ações em Nova York acentuaram, ainda que marginalmente, os ganhos observados desde mais cedo. No fechamento, Dow Jones mostrava alta de 0,67%; S&P 500, de 0,69%, e Nasdaq, de 0,82%.

«O Livro Bege realmente reforçou que a economia americana está se desacelerando e a visão de que o Fed precisará, de fato, cortar juros. O mercado está comprado nessa ideia», diz Gabriel Mollo, analista da Daycoval Corretora. «Se vier realmente esse corte, a tendência é de que o mercado siga em alta.»

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

DÓLAR CAI PARA R\$ 5,33 COM APOSTA DE CORTE DE JUROS PELO FEDERAL RESERVE

Movimento de desvalorização global da moeda está ligado à percepção de redução de juros nos EUA já no mês que vem, diz especialista

Do Estadão Conteúdo

O dólar emendou o terceiro pregão consecutivo de queda nesta quarta-feira, 26, dia marcado por apetite ao risco no exterior. Investidores migram para bolsas e divisas emergentes à medida que a divulgação de dados da economia americana represados pela paralisação (shutdown) da máquina pública estimula apostas cortes de juros pelo Federal Reserve em dezembro.

Operadores afirmam que a maré externa positiva se sobrepõe à preocupação com os atritos entre o governo e o Congresso, evidenciados pela aprovação de terça, no Senado, do projeto de aposentadoria para agentes comunitários de saúde, a chamada "pauta-bomba". Embora não provoquem uma alta do dólar, os ruídos políticos e os temores de aumento mais expressivo de remessas de lucros e dividendos no fim do ano podem tirar parte do fôlego do real, ponderam analistas.

Com mínima de R\$ 5,3321, na reta final do pregão, o dólar à vista fechou a R\$ 5,3346, em queda de 0,78%, levando as perdas na semana a 1,24%. Houve relatos de entrada de recursos para renda fixa e bolsa, em dia de novo recorde do Ibovespa, que superou os 158 mil pontos. No ano, a moeda americana recua 13,68% em relação ao real.

"O movimento de desvalorização do dólar hoje é global e está muito ligado à renovação da percepção de que o Fed pode de fato cortar os juros no mês que vem", afirma o economista-chefe da economistachefe da Análise Econômica, André Galhardo.

O economista observa que a divulgação nos últimos dias de indicadores de atividade de inflação nos EUA, aliada a declarações recentes de dirigentes do Fed, apagaram os efeitos das fala mais dura do presidente do BC americano, Jerome Powell, após a decisão de política monetária em fins de outubro. Na ocasião, Powell frisou que um corte de juros em dezembro não estava garantido.

"Os números que vêm sendo divulgados após o fim do 'apagão de dados' sugerem um processo gradual de desaceleração da atividade econômica. Tivemos hoje o PMI de Chicago muito abaixo do esperado, o que reforça essa percepção", afirma Galhardo, ponderando, contudo, que há dúvida se haverá espaço para continuidade do ciclo de afrouxamento monetário nos EUA em 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

OPINIÃO – ARTIGOS - O PORTA-VOZ NA CRISE CORPORATIVA ELE É A FACE HUMANA QUE PROTEGE, INTERPRETA E RECONSTRÓI A REPUTAÇÃO DE UMA EMPRESA



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opiniao@redebene.com.br

No calor de uma crise, repórteres fazem perguntas duras porque essa é sua função. O interesse público ganha prioridade absoluta. Cabe ao porta-voz evitar armadilhas, não cair na defensiva, manter o foco na mensagem-chave e demonstrar controle. Comunicar não significa simplesmente responder. Significa conduzir o diálogo com transparência, firmeza e empatia. É esse equilíbrio que separa o porta-voz eficiente do porta-voz improvisado.

Em um ambiente corporativo cada vez mais exposto, interconectado e vulnerável ao escrutínio público, as crises não são mais exceções: são parte do cotidiano das organizações. Basta um erro operacional, uma denúncia, um acidente, uma fala mal colocados ou até um boato para acionar um efeito dominó capaz de comprometer reputações construídas ao longo de décadas. Em momentos como esse, enquanto informações se espalham em velocidade, agora também por meio digital, existe uma figura que se torna decisiva para o equilíbrio da narrativa e para a preservação da credibilidade: o porta-voz.

Mais do que um mero representante institucional, o porta-voz é a face humana da empresa no auge de sua vulnerabilidade. É quem olha para a câmera, se dirige aos jornalistas, responde perguntas difíceis, reconhece falhas quando necessário e dá forma a uma mensagem que precisa ser rápida, precisa, transparente e responsável. Não é exagero afirmar que a performance desse profissional — e a confiança que transmite — pode determinar o rumo da crise. Uma declaração equivocada tem potencial para amplificar danos, enquanto uma comunicação segura e sensível pode estancar a sangria reputacional ainda nos primeiros instantes.

Mas para que isso aconteça, é indispensável reconhecer uma realidade que muitas empresas ainda relutam em admitir: porta-voz não se improvisa. Ele precisa ser criteriosamente escolhido e intensamente treinado antes da crise acontecer. Essa escolha exige olhar para além do currículo e

do cargo. Deve considerar aspectos emocionais, comportamentais e simbólicos. O porta-voz ideal é alguém capaz de pensar sob pressão, manter a calma mesmo diante de perguntas hostis, compreender a lógica da imprensa e, principalmente, representar os valores da empresa com autenticidade.

Treinamento específico é, portanto, parte essencial desse processo. Em uma crise, cada frase é analisada, cada gesto é interpretado, cada pausa vira comentário. A linguagem corporal — muitas vezes negligenciada — pode contradizer a mensagem verbal e colocar em dúvida a sinceridade da empresa. É por isso que a preparação passa por simulações intensas: entrevistas difíceis, coletivas de imprensa tensas, cenários hipotéticos, análise de imagem, postura e tom de voz. O objetivo é garantir que o porta-voz não apenas saiba o que dizer, mas também como dizer.

No calor de uma crise, repórteres fazem perguntas duras porque essa é sua função. O interesse público ganha prioridade absoluta. Cabe ao porta-voz evitar armadilhas, não cair na defensiva, manter o foco na mensagem-chave e demonstrar controle. Comunicar não significa simplesmente responder. Significa conduzir o diálogo com transparência, firmeza e empatia. É esse equilíbrio que separa o porta-voz eficiente do porta-voz improvisado.

E há um ponto crucial que muitas empresas ignoram: o porta-voz não fala apenas para a imprensa. Ele fala para acionistas, colaboradores, clientes, reguladores, parceiros, concorrentes e para a sociedade como um todo. Uma frase ambígua pode derrubar ações. Um tom arrogante pode afastar consumidores. Um silêncio mal interpretado pode sugerir culpa. A responsabilidade é imensa — e é justamente esse peso que exige preparo prévio, orientação contínua e alinhamento total com o gabinete de crise.

A existência de um porta-voz bem-preparado oferece uma vantagem competitiva inestimável. Enquanto empresas desorganizadas se perdem em contradições internas, comunicados mal redigidos e respostas improvisadas, organizações maduras estabelecem um fluxo de comunicação claro, veloz e consistente. Isso transmite segurança ao mercado e reduz a sensação de descontrole. Em crises, a percepção de que a empresa “está conduzindo a situação” é tão importante quanto a solução técnica do problema.

Além disso, o porta-voz é peça-chave para humanizar a crise. Corporações, por natureza, são entidades abstratas. Quem fala por elas precisa transmitir humanidade, reconhecer o impacto dos eventos, demonstrar respeito pelas vítimas e legitimar o sofrimento envolvido — sempre sem sensacionalismo. Essa empatia pública não é estratégia de imagem; é responsabilidade social. Sociedades complexas exigem respostas humanas, não comunicados frios.

Ao longo das últimas décadas, inúmeros casos reais demonstraram que empresas que subestimaram o papel do porta-voz acabaram agravando crises que poderiam ter sido controladas. Já aquelas que compreenderam a importância dessa figura não apenas preservaram reputações, mas fortaleceram relações com seus stakeholders, mostrando maturidade, transparência e capacidade de gestão. Não é coincidência: crises são testes de liderança. E liderança se comunica.

É por isso que, em qualquer plano de gestão de crise, o porta-voz ocupa lugar central. Ele é a lente pela qual a opinião pública vê a empresa no momento em que ela está mais exposta. É quem traduz informações técnicas para linguagem simples. É quem sinaliza compromisso, responsabilidade e correção de rota. É quem devolve à sociedade a confiança abalada.

Ter um porta-voz bem escolhido e bem treinado não é apenas um gesto de comunicação, é, igualmente, um gesto de governança, responsabilidade corporativa e preservação de valor. Sem a figura do porta-voz, a empresa fala, mas não convence. Com ele, mesmo nos momentos mais críticos, a imagem e reputação da empresa permanecem de pé.

João Fortunato escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às quintas-feiras

NO CALOR DE UMA CRISE, REPÓRTERES FAZEM PERGUNTAS DURAS PORQUE ESSA É SUA FUNÇÃO. O INTERESSE PÚBLICO GANHA PRIORIDADE ABSOLUTA. CABE AO PORTA-VOZ EVITAR ARMADILHAS, NÃO CAIR NA DEFENSIVA, MANTER O FOCO NA MENSAGEM-CHAVE E DEMONSTRAR CONTROLE. COMUNICAR NÃO SIGNIFICA SIMPLESMENTE RESPONDER. SIGNIFICA CONDUZIR O DIÁLOGO COM TRANSPARÊNCIA, FIRMEZA E EMPATIA. É ESSE EQUILÍBRIO QUE SEPARA O PORTA-VOZ EFICIENTE DO PORTA-VOZ IMPROVISADO.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

INCÊNDIO ATINGE CONJUNTO RESIDENCIAL DE 2 MIL APARTAMENTOS EM HONG KONG E MATA 44

Número de vítimas pode ser muito maior, já que mais de 300 pessoas ainda estavam desaparecidas no complexo, que abrigava aproximadamente 4.800 moradores

Do Estadão Conteúdo



Em Hong Kong é comum condomínios com muitos apartamentos pequenos. O complexo residencial incendiado nesta quarta-feira tinha 2 mil unidades

Um incêndio se alastrou por sete prédios residenciais de um complexo habitacional em Hong Kong, matando 44 pessoas, deixando 45 feridas e ainda contabilizando mais de 200 desaparecidos até a última atualização desta quarta-feira (26).

O incêndio lançou uma coluna de chamas e fumaça densa enquanto se alastrava rapidamente pelos andaimes de bambu e pelas telas de proteção instaladas ao redor do conjunto habitacional no distrito de

Tai Po, nos Novos Territórios. Os registros indicam que o conjunto habitacional era composto por oito blocos com quase 2 mil apartamentos, abrigando cerca de 4.800 pessoas.

Imagens do local mostraram vários prédios próximos uns dos outros em chamas, com chamas intensas e fumaça saindo de muitas janelas dos apartamentos ao cair da noite. As autoridades informaram que centenas de bombeiros, policiais e paramédicos foram mobilizados, e o vídeo mostrou bombeiros lançando água contra as chamas intensas do alto de caminhões com escadas.

O incêndio começou no meio da tarde (pelo horário local) e, após o anoitecer, as autoridades o elevaram para o nível 5 de alerta, o nível mais alto de gravidade, informou o Corpo de Bombeiros. O fogo ainda estava ativo durante a noite e as autoridades disseram que as condições continuavam muito difíceis para os bombeiros.

"Os destroços e os andaimes dos prédios afetados estão desabando", disse Derek Armstrong Chan, diretor adjunto do Corpo de Bombeiros (Operações). "A temperatura dentro dos prédios em questão está muito alta. É difícil para nós entrarmos nos prédios e subirmos para realizar o combate ao incêndio e as operações de resgate."

As autoridades de Hong Kong detiveram três homens suspeitos de homicídio culposo por terem provocado o incêndio. Segundo a AFP, a polícia anunciou as detenções em um comunicado de apenas uma frase.

A informação é de que o fogo começou no andaime externo de um dos prédios e se alastrou para o interior do edifício e para os quarteirões vizinhos, provavelmente devido aos fortes ventos.

Equipes



Os bombeiros mobilizaram 128 caminhões de bombeiros e 57 ambulâncias para o local. Entre os mortos, estava um bombeiro, e outro estava sendo tratado por exaustão devido ao calor, disse o diretor do Departamento de Bombeiros, Andy Yeung, a repórteres.

Lo Hiu-fung, membro do Conselho Distrital de Taipo, disse à emissora local TVB na manhã desta quarta-feira que a maioria dos moradores presos no incêndio eram idosos. Autoridades distritais em Tai Po abriram abrigos temporários para as pessoas que ficaram desabrigadas pelo incêndio.

"Desisti de pensar na minha propriedade", disse à TVB um morador que se identificou apenas pelo sobrenome, Wu. "Ver tudo queimar daquele jeito foi realmente frustrante."

Tai Po é uma área suburbana nos Novos Territórios, na parte norte de Hong Kong e perto da fronteira com a cidade de Shenzhen na China continental.

Os andaimes de bambu são uma visão comum em Hong Kong em projetos de construção e reforma de edifícios, embora o governo tenha afirmado no início deste ano que começaria a eliminá-los gradualmente de projetos públicos devido a preocupações com a segurança.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025

APÓS ATAQUE A TIROS A MILITARES, TRUMP PEDE ENVIO DE MAIS 500 SOLDADOS A WASHINGTON

Presidente dos EUA reforçou a segurança após dois membros da Guarda Nacional terem sido atacados perto da Casa Branca; estado das vítimas é grave

Do Estadão Conteúdo

Após o ataque a tiros de um homem contra dois soldados da Guarda Nacional a aproximadamente dois quarteirões da Casa Branca, fez com que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, solicitasse o envio de 500 homens adicionais para Washington.

A presença da Guarda Nacional na capital do país tem sido um tema polêmico há meses, alimentando uma disputa judicial e um debate mais amplo sobre políticas públicas em relação ao uso das forças armadas pelo governo Trump para combater o que as autoridades consideram um problema de criminalidade fora de controle. Mais de 300 membros da Guarda foram enviados a Washington em agosto.

O presidente dos EUA afirmou nesta quarta-feira, 26, que o "animal que atirou nos dois guardas nacionais" nas proximidades da Casa Branca "pagará um preço muito alto", em publicação na Truth Social. Segundo ele, o atirador foi atingido e está em estado grave.

Paralelamente, o governador da Virgínia Ocidental, Patrick Morrisey, confirmou inicialmente as mortes dos soldados em uma postagem nas redes sociais. "Estamos em contato contínuo com as autoridades federais enquanto a investigação prossegue", disse ele.

No entanto, mais tarde, corrigiu a informação e disse que os dois homens estavam internados em estado grave, ou seja, vivos.

Um dos membros da Guarda foi baleado na cabeça, de acordo com uma pessoa familiarizada com os detalhes do incidente que falou à Associated Press sob condição de anonimato. "Deus abençoe nossa Grande Guarda Nacional, e todas as nossas Forças Armadas e Aplicação da Lei. Estas são realmente Grandes Pessoas. Eu, como Presidente dos Estados Unidos, e todos associados ao Gabinete da Presidência, estamos com Vocês!", escreveu Trump, na Truth.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/11/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

CONGRESSO DERRUBA PARTE DE VETOS DE LULA E FLEXIBILIZA PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DOS ESTADOS

Apesar de mudanças, governo conseguiu preservar indicadores de desempenho e as cláusulas de controle fiscal

Por Luisa Marzullo e Camila Turtelli — Brasília



O governador Cláudio Castro em sessão do Senado que aprovou o Propag, programa de refinanciamento das dívidas dos estados — Foto: Breno Carvalho/Agência O Globo

O Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira parte dos vetos do presidente Lula ao Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag), restabelecendo dispositivos que ampliam a margem de negociação dos contratos estaduais com a União.

A vitória dos estados teve participação direta do governador do Rio, Cláudio Castro (PL-RJ), que viajou a Brasília para acompanhar a votação e se envolveu nas conversas desde o início da semana. Ele circula pelo Congresso desde a terça-feira e, nesta manhã, participou da reunião decisiva que selou o acordo político sobre o tema.

O entendimento foi fechado em um encontro na residência oficial do Senado, com a presença de Davi Alcolumbre, Zé Guimarães, Carlos Zarattini, Randolfe Rodrigues, Flávio Bolsonaro e do próprio Castro. O deputado Zé Victor (PL-MG) — relator da MP do licenciamento ambiental — também esteve no encontro, já que parte das negociações envolvia a definição do rito dos vetos ambientais, em paralelo à discussão do Propag.

Castro esteve na quarta-feira com o advogado-geral da União, Jorge Messias, com o intuito de garantir que o consenso não seria judicializado.

Fundo da Reforma Tributária

Um dos pontos vetados por Lula e que passará a valer é um artigo que permitia aos estados usarem verbas do novo Fundo de Desenvolvimento Regional (FNDR), criado com a Reforma Tributária, para abater parte da dívida com a União.

A derrubada desse ponto é essencial para o Rio de Janeiro, já que o estado tem poucos ativos para entregar ao governo federal em troca da diminuição da sua dívida. A troca do ativo pela redução dos débitos é uma parte crucial do Propag.

O fundo será abastecido com recursos da União a partir de 2029 — os valores começam em R\$ 8 bilhões por ano e chegarão a R\$ 60 bilhões anuais em 2043.

Além do Rio, São Paulo já demonstrou interesse em recursos do Fundo para abater a sua dívida com a União.

O Congresso também derrubou um veto de Lula e permitiu que estados reduzam da dívida gastos que eles tiveram ao fazer obras de responsabilidade da União,

Por fim, o Congresso derrubou o voto a dispositivos na lei que foram feitos sob medida para o Rio Grande do Sul, que enfrentou uma calamidade pública no ano passado por conta de chuvas. O artigo vetado (e que agora voltou a valer) permite ao estado acumular benefícios do Propag com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Cláudio Castro agradeceu a Lula pelo acordo que derrubou os vetos.

— A gente diverge e critica quando tem que criticar, mas somos republicanos na hora de reconhecer e agradecer, então agradeço em meu nome, em nome do governador Tarçísio (Gomes, de São Paulo), do governador (Romeu) Zema (de São Paulo), do governador (Ronaldo) Caiado (de Goiás), do governador Eduardo Leite (do Rio Grande do Sul) e de outros que terão oportunidades de aderirem para ter direito ao fundo — disse Castro.

Articulação

Segundo parlamentares que participaram da reunião, Castro defendeu com insistência a derrubada dos vetos que limitavam a transição fiscal dos estados. Ele também conversou separadamente com líderes do Centrão e com integrantes da base e da oposição, numa agenda que incluiu encontros com Randolfe Rodrigues (PT-AP) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

A mensagem do governador foi repetida ao longo da manhã: sem os dispositivos vetados, estados com crise fiscal, como o Rio de Janeiro, perderiam previsibilidade para cumprir o programa.

Apesar da derrota nesses pontos, o governo conseguiu preservar os demais vetos, mantendo intactos os critérios permanentes de adesão ao Propag, a governança do programa, os indicadores de desempenho e as cláusulas de controle fiscal.

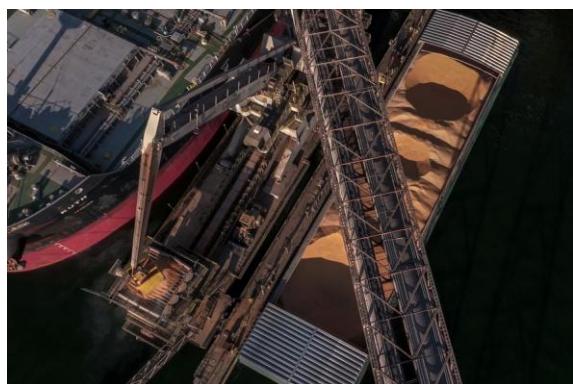
Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 27/11/2025

CHINA INTERROMPE PARTE DAS IMPORTAÇÕES DE SOJA DO BRASIL POR CONTAMINAÇÃO

Inspecionadores chineses teriam encontrado grãos de trigo tratados com pesticidas misturados aos carregamentos. Ministério da Agricultura confirma que cinco fábricas brasileiras foram atingidas

Por Bloomberg — São Paulo



China interrompe importação de soja do Brasil — Foto: Bloomberg

A China suspendeu as importações de soja de cinco fábricas brasileiras pertencentes a grandes empresas globais do agronegócio devido a preocupações sanitárias, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

As suspensões atingiram duas unidades da Cargill, além de instalações operadas por Louis Dreyfus, CHS Agronegócios e Tres Tentos Agroindustrial, disseram as fontes, que pediram anonimato por não estarem autorizadas a falar publicamente sobre o tema.

Inspecionadores chineses encontraram grãos de trigo tratados com pesticidas misturados aos carregamentos, segundo essas pessoas.

Cargill, Louis Dreyfus, CHS e Tres Tentos não responderam imediatamente aos pedidos de comentário.

O Ministério da Agricultura do Brasil confirmou por e-mail que cinco unidades foram afetadas. Isso se compara a um total de mais de 2 mil estabelecimentos registrados para exportar à China, disse o ministério, acrescentando que “o Brasil mantém uma relação sólida e estratégica com a China”.

A interrupção comercial ocorre num momento em que a China continua comprando soja do Brasil, mesmo após retomar as aquisições de soja dos Estados Unidos depois da recente trégua comercial entre Washington e Pequim.

A China tem dependido fortemente da soja brasileira neste ano devido a preocupações sobre um potencial escassez de oferta durante a guerra comercial com os EUA, seu segundo maior fornecedor.

A medida afeta apenas unidades específicas, e os negociadores devem ser capazes de continuar enviando cargas para a China a partir de outros locais registrados. Alguns traders com carregamentos afetados estão avaliando como administrar as cargas que já estão em trânsito, incluindo a possibilidade de revendê-las para destinos alternativos, segundo as fontes.

Problemas de contaminação semelhantes surgiram este ano em carregamentos de soja brasileira destinados à China, embora as restrições relacionadas tenham sido posteriormente revisadas.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2025

TRUMP FARÁ DO G-20 EM SEU RESORT DE GOLFE EM MIAMI UM EVENTO SOMENTE PARA CONVIDADOS

Em postagem em sua rede social, presidente americano já disse que não convidará a África do Sul para o evento

Por Bloomberg — Washington



Cúpula do g20 será realizada no clube de golfe de Donald Trump no próximo ano — Foto: Bloomberg

Quando Donald Trump receber os líderes do Grupo dos 20 - grupo que reúne as maiores economias do planeta - em seu resort particular de golfe em Miami, no próximo ano, será ele quem decidirá quem está na lista de convidados.

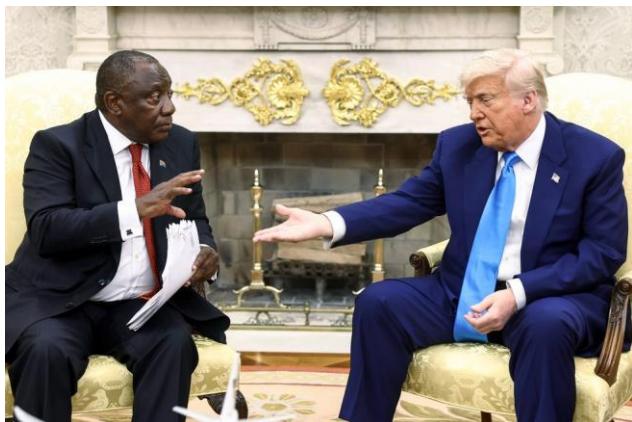
Isso ficou claro depois que o presidente dos EUA afirmou em uma postagem nas redes sociais, na quarta-feira, que

não convidará a África do Sul, que ocupa a presidência do G-20 neste ano e tem sido alvo da ira do presidente americano há algum tempo.

Pode até ser uma violação do protocolo estabelecido há muito tempo que um líder decida quais membros do bloco podem participar da cúpula — sem falar em sediar o evento em seu próprio hotel —, mas Trump já demonstrou que dá pouca importância tanto à tradição quanto à ordem multilateral.

Agora, começam a surgir perguntas sobre quem vai e quem não vai, especialmente sobre qual nação poderia preencher os números. A medida coloca outros membros do G-20 em uma situação difícil: ignorar o insulto e viajar mesmo assim, ou mostrar solidariedade e correr o risco de enfrentar toda a força do revide de Trump, seja em tarifas comerciais, embargos tecnológicos ou algo ainda pior.

“Este é um dos fóruns multilaterais mais importantes que ainda temos no mundo” e um formato que “não devemos diminuir desnecessariamente”, disse o chanceler alemão Friedrich Merz em Berlim nesta quinta-feira, quando questionado sobre os comentários de Trump.



O presidente sul-africano Cyril Ramaphosa se reúne com Trump na Casa Branca em maio — Foto: Bloomberg

Ao boicotar a cúpula do último fim de semana em Joanesburgo, “o governo americano abriu mão de influência de forma desnecessária, inclusive em uma parte do mundo que está se tornando cada vez mais importante”, afirmou Merz.

A África do Sul já esperava ser barrada da cúpula no Trump National Doral Golf Club, e autoridades continuam preocupadas com a possibilidade de os EUA tentarem expulsar o país totalmente do grupo. Ainda assim, qualquer mudança na composição exigiria consenso entre as nações do G-20, como ocorreu antes da cúpula de 2023 na Índia, quando a União Africana foi admitida como membro pleno.

A explosão do líder americano coroa um conflito com o presidente Cyril Ramaphosa, provocado pelas repetidas alegações de Trump — sem provas — de que a África do Sul estaria cometendo genocídio contra afrikaners brancos. Ramaphosa tentou convencer Trump a parar de promover essa teoria conspiratória durante uma visita à Casa Branca em maio, mas foi surpreendido com uma montagem de vídeo amplificando as acusações.

O tratamento dado à maior economia industrializada da África, o primeiro país africano a sediar o G-20, destaca a tendência do presidente de usar o peso global dos EUA para fins políticos domésticos.

A África do Sul “não aprecia insultos de outro país sobre seu valor em participar de plataformas globais”, disse um comunicado do gabinete de Ramaphosa, que classificou os comentários de Trump como “lamentáveis”.

Eles também podem ser prejudiciais, como Merz sugeriu. Ao minar ainda mais a posição de Washington entre os países do chamado Sul Global, corre-se o risco de favorecer China e Rússia, membros do grupo BRICS que Trump já denunciou como antiamericano.

“Esse bullying contra grandes Estados não ocidentais facilita a tarefa da China e da Rússia em conquistar mais apoio no Sul Global”, disse C. Raja Mohan, professor distinto no Instituto de Estudos Americanos da Universidade Kindal, em Nova Déli. “Nada indica que Trump esteja ansioso para recuperar uma posição de liderança no Sul Global.”

Não está claro como os EUA poderiam aplicar a proibição de Trump à participação da África do Sul ou de qualquer outra nação, embora presumivelmente o Departamento de Estado não emitiria vistos para autoridades que desejassesem participar.

De qualquer forma, sua retórica se encaixa em uma visão mais ampla de remodelar a ordem global como ele acha adequado, escolhendo e descartando membros de grupos com pouca consideração por outros governos.

Na semana passada, os EUA chegaram a cogitar convidar a Rússia de volta para reconfigurar o antigo Grupo dos Oito como parte de um plano de 28 pontos para acabar com a guerra na Ucrânia, pegando Kiev e seus aliados de surpresa. O G-8 passou a ser G-7 em 2014, quando a Rússia foi expulsa devido à anexação ilegal da Crimeia.

Outros que poderiam se beneficiar da boa vontade de Trump incluem a Polônia, que há muito tempo reivindica ser admitida no G-20. Em setembro, Trump convidou o novo presidente nacionalista de direita da Polônia, Karol Nawrocki, para participar da cúpula de Miami em alguma capacidade não

especificada, elogiando o relativo novato político e ex-pugilista amador que ele havia apoiado na eleição.

A Polônia viu sua economia ultrapassar US\$ 1 trilhão neste ano e tem recebido elogios de Washington por investir pesadamente em defesa, principalmente comprando armamentos dos EUA. As credenciais de Nawrocki são ainda mais reforçadas pelo fato de que vê a segurança e o futuro da Polônia ancorados em laços mais fortes com a América de Trump do que com Bruxelas, em contraste com o primeiro-ministro Donald Tusk, ex-presidente do Conselho Europeu e crítico de longa data de Trump.

“A Polônia tem sido ótima, e o homem que venceu a eleição é fantástico”, disse Trump ao canal conservador GB News neste mês.

Quem quer que receba o sinal verde para a cúpula de Trump em Miami, sua demonstração de desdém por parceiros próximos provavelmente prenuncia o que será uma “postura combativa e não cooperativa” durante a presidência dos EUA, disse Ziyanda Stuurman, analista de risco geopolítico sediada na Cidade do Cabo e consultora da Africa Practice.

Stuurman vê os EUA usando sua presidência para rasgar o trabalho defendido por presidências anteriores em temas como clima, saúde e igualdade. Os eventos do G-20 de Trump “provavelmente não serão enquadrados nem conduzidos como reuniões entre iguais, mas sim como uma plataforma para exibir o que os Estados Unidos consideram ser a utilidade limitada do grupo para seus próprios objetivos”, disse ela.

No pior cenário, pode haver um desprezo total pelo mundo multilateral em favor de um modelo no qual Trump e o líder chinês Xi Jinping definem a agenda, afirmou Bill Emmott, autor de “The Fate of the West”. Trump deve visitar a China e se encontrar com Xi em abril, durante sua presidência do G-20.

Para alguns, a América de Trump parece uma visão de pesadelo de “um ex-parceiro coercitivo do qual não podemos viver sem”, disse Emmott. “Mas nosso pesadelo ainda maior seria se ele passasse a favorecer um mundo G-2, no qual, longe de se enfrentarem, os EUA e a China decidissem dividir o mundo entre si.”

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2025

SOB PRESSÃO, MOTTA ANUNCIA RELATORES DO PROJETO QUE PUNE DEVEDOR CONTUMAZ E PACOTE ANTIFRAUDE NO SETOR DE COMBUSTÍVEIS

Responsável por texto contra contribuintes que deixam de pagar impostos reiteradamente foi designado 28 dias após aprovação da urgência

Por Luisa Marzullo — Brasília



Hugo Motta no plenário em votação do PL Antifacção na Câmara dos Deputados — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Sob pressão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou nesta quinta-feira os relatores do pacote de projetos voltados ao combate a fraudes no setor de combustíveis e recolocou no centro da agenda o projeto que pune o devedor contumaz — tratado pelo governo federal como peça essencial para fechar brechas estruturais de sonegação.

O relato do projeto do devedor contumaz foi anunciado 28 dias após a aprovação da urgência do texto, que acelera a tramitação da medida.

O projeto do devedor contumaz, agora sob relatoria de Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP), diferencia inadimplentes eventuais de empresas que estruturam mecanismos permanentes de sonegação — prática disseminada no mercado de combustíveis, com o uso de laranjas, sucessão artificial de CNPs e operações simuladas. A equipe econômica e secretários de Fazenda tratam o endurecimento das regras como crucial para recuperar receitas e impedir que competidores que cumprem as normas sejam pressionados por concorrência predatória.

Ao anunciar o pacote, Motta afirmou nas redes sociais que “a segurança pública também passa pela segurança econômica” e que a Câmara trabalha para “fechar as portas para quem vive de fraude”. A fala reflete a cobrança de estados, distribuidoras e do próprio Ministério da Fazenda para que o Congresso avance na regulamentação do setor — considerado um dos mais vulneráveis à evasão fiscal.

O debate sobre o devedor contumaz ganhou força com a deterioração das contas estaduais e a crescente ofensiva dos Fiscos regionais para coibir esquemas que, segundo secretarias de Fazenda, transbordam o setor de combustíveis e alcançam áreas como bebidas e varejo. Governadores afirmam que a falta de instrumentos legais claros gera distorções competitivas e limita a capacidade de financiamento de políticas públicas.

Pacote estruturante

Além do projeto do devedor contumaz, Motta escalou relatores para outros três textos que compõem o pacote antifraude:

- Otto Alencar Filho (PSD-BA) no projeto que garante acesso da ANP às notas fiscais em toda a cadeia de combustíveis;
- Alceu Moreira (MDB-RS) na proposta que endurece penas por adulteração de combustíveis;
- Júnior Ferrari (PSD-PA) no texto que cria o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis, órgão de monitoramento em tempo real.

A formatação do pacote é vista como tentativa de dar coesão a temas que avançavam em velocidades diferentes e enfrentavam resistências pontuais do setor privado. A centralização nas mãos de parlamentares aliados busca blindar o debate de disputas internas e criar ambiente para votação ainda neste ano, caso haja acordo com o Senado.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/11/2025

CLAUDIO CASTRO VAI AO CONGRESSO PARA PRESSIONAR POR DERRUBADA DE VETOS LULA A PROGRAMA DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA DE ESTADOS

Governador participa da sessão dessa quinta-feira em Brasília

Por Camila Turtelli e Luísa Marzullo — Brasília



Claudio Castro, governador do Rio de Janeiro — Foto: Willian Volcov / Valor

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), participa nesta quinta-feira da sessão conjunta do Congresso destinada a analisar os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao programa de renegociação das dívidas estaduais, o Propag. Sentado na Mesa Diretora, ao lado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), Castro busca reforçar a pressão pela derrubada dos vetos, num movimento

articulado entre os estados mais endividados e que ocorre em meio à escalada da crise política entre Executivo e Legislativo.

A presença do governador no plenário foi lida por parlamentares como um gesto para aumentar o desconforto do Planalto no momento em que Lula tenta manter alguma margem de negociação diante da ofensiva dos chefes dos Executivos estaduais. O Rio é um dos estados com maior dívida com a União — parte de um grupo que concentra 90% do passivo total de R\$ 760 bilhões, ao lado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Castro integra o núcleo mais atuante de governadores contrários aos vetos, ao lado de Romeu Zema (Novo-MG), Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Eduardo Leite (PSDB-RS) e Ronaldo Caiado (União-GO).

Todos defendem que Lula reabriu as tensões ao barrar dispositivos que, na avaliação dos estados, seriam essenciais para garantir alívio fiscal e previsibilidade no pagamento das dívidas ao longo das próximas décadas.

Entre os pontos vetados estão:

- o uso de verbas do Fundo de Desenvolvimento Regional (FNDR) para abatimento de juros;
- o abatimento de juros com receitas de petróleo, gás e energia;
- a possibilidade de redução do passivo caso o estado execute obras originalmente de responsabilidade da União;
- flexibilizações relacionadas ao Regime de Recuperação Fiscal;
- permissões para deduzir da dívida recursos empregados em obras entre 2021 e 2023.

Para os governadores, a derrubada dos vetos devolveria ao projeto a capacidade de zerar juros em determinados cenários e permitir que parte das receitas hoje destinadas ao pagamento da dívida fosse redirecionada para investimentos sociais, como educação e segurança pública.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 27/11/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CENÁRIO ANDA NA DIREÇÃO QUE BC GOSTARIA, TALVEZ NÃO TÃO RÁPIDO COMO GOSTARIA, DIZ GALÍPOLO

Presidente do Banco Central afirmou, porém, que trajetória da inflação está em linha com o imaginado pela autarquia em seu 'plano de voo'

Por Cicero Cotrim (Broadcast) e Marianna Gualter (Broadcast)



BRASÍLIA - O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta quinta-feira, 27, que o cenário anda na direção que a autoridade monetária gostaria, mas talvez não tão rápido quanto o desejado.

São Paulo, 29/09/2025 - Encontro Firmus 2025.
Presidente do Banco Central do Brasil, Gabriel Galípolo.
Foto: Alexandre Boiczar / Banco Central Foto:
Alexandre Boiczar / Banco Central

"Os dados novos continuam apontando nessa direção que a gente comentou de que a política monetária está sim funcionando, mas funcionando de uma maneira bastante lenta, em uma

economia que vem apresentando uma resiliência para o nível de restrição que a gente colocou na política monetária”, disse, em evento promovido pela Itaú Asset Management.

O banqueiro central reiterou que a estratégia atual é reunir dados e ganhar confiança nesse processo, sem se emocionar com dados específicos.

“É um processo que vamos seguir dependente de dados. Quando dizemos que não estamos dando nenhum sinal para frente não é porque estamos querendo esconder alguma coisa, é porque eu realmente acho que a esperteza da comunicação que a gente teve ao longo desse ano foi ser humilde. A gente quer transparecer aquilo que efetivamente estamos vendo, com a limitação que temos, com o reconhecimento da complexidade que existe.”

Credibilidade

O presidente do Banco Central afirmou também que a credibilidade da autarquia não é resultado do trabalho de uma só pessoa, mas sim de uma construção coletiva. “Eu acho que essa questão da credibilidade e de você construir a questão da credibilidade da instituição não é minha, é da instituição. Ela nunca é resultado de uma personalidade ou de uma pessoa, ela é um processo de construção coletiva e ao longo do tempo”, disse.

O banqueiro central ponderou que nunca é simples ser o responsável pela autoridade monetária no Brasil, mas que não pode se queixar. “Eu me beneficio muito do trabalho que foi construído ao longo do tempo na instituição e dos técnicos da instituição. São técnicos muito bem capacitados e que sabem o que fazer.”

Variáveis macroeconômicas

Galípolo afirmou também que a autarquia, para além da surpresa nos números, tem observado surpresas na correlação das variáveis macroeconômicas no Brasil.

“Se fôssemos perguntar para a maior parte das pessoas, especialmente para quem não é do Brasil, com uma taxa de juros nominal de 15%, com uma taxa de juros real alguma coisa entre 9% e 10%, você não imaginaria que o desemprego seguiria caindo como caiu e que iríamos bater o nível mais baixo”, disse.

Para Galípolo, esse “ruído” nas correlações macroeconômicas responde mais a uma situação estrutural do que conjuntural.

“Não é de hoje que o Brasil tem as taxas de juros relativamente mais altas quando comparado com os seus pares, acho que o Banco Central deixou claro e vai continuar deixando claro que o fato de você ter uma condição estrutural que demanda você dar uma dose maior do remédio para fazer efeito.”

Apesar desse comportamento de algumas variáveis, Galípolo afirmou que, do ponto de vista do BC, a trajetória da inflação está em linha com o imaginado pela autarquia em seu “plano de voo”.

O banqueiro central afirmou também que os dados continuam demonstrando um processo de desaquecimento lento e gradual da economia brasileira. “Lógico que gostaríamos que a convergência da inflação fosse mais rápida, mas por outro lado, também afasta aquele outro risco de estar produzindo uma desaceleração muito abrupta na economia”, ponderou.

A autoridade voltou a repetir que o mandato do BC é produzir a convergência da inflação, e que para isso colocar a taxa Selic no nível que é necessário, pelo tempo que for necessário.

Também observou que, apesar do crescimento registrado pela economia, os ganhos de produtividade são menos evidentes do que o desejado para “sentir a confiança de que não estamos produzindo só crescimento”.

Cenário fiscal e expectativas desancoradas

O presidente do Banco Central avaliou que já há algum tempo, a percepção de um fiscal estimulativo está presente nas expectativas des ancoradas. Para o banqueiro central, essa questão pode explicar parte do gap existente entre as projeções do mercado e do BC.

Galípolo ponderou que nos últimos anos, medidas que foram apresentadas como neutras do ponto de vista do Orçamento e do resultado primário, na verdade, não foram necessariamente neutras do ponto de vista do impacto na demanda. "Se você está tributando mais e distribuindo renda para pessoas que têm uma propensão a consumir mais elevada, isso passa a ter um impacto diferente, que não é neutro, para fins de estímulo", disse.

Eleições

O presidente do Banco Central afirmou ainda que anos de eleição podem apresentar uma maior volatilidade, em função das pesquisas eleitorais e questões que podem influenciar as expectativas. No entanto, frisou que o BC não faz juízo de valor sobre o que ele acha que será feito a partir da eleição.

"O BC segue naquela lógica de que ele não faz juízo de valor sobre o que acha que será feito a partir da eleição, e, sim, como é que isso está afetando o que é o nosso mandato efetivamente, como está afetando a demanda, inflação corrente e expectativas", emendou ele.

Galípolo afirmou a importância da meta de inflação contínua justamente em momentos como esse. "Ela é importante porque formaliza o que é operacional do BC, que é: ele já está olhando para um horizonte que perpassa o ano eleitoral e, lógico, qualquer fator novo", disse.

O banqueiro central, na sequência, frisou que o BC segue vigilante e sempre fará os ajustes que forem necessários. "O BC jamais vai se furtar de fazer o ajuste que for necessário em função dos fatos que podem ocorrer."

Crédito

Galípolo disse também que o mercado de crédito brasileiro continua crescendo "de maneira bastante surpreendente", dado o nível da taxa Selic, de 15% ao ano. Segundo ele, isso demanda "vigilância e conservadorismo" na condução da política monetária.

"A gente ainda segue com esse canal, que é o canal por excelência de transmissão da política monetária, apresentando ainda um impulso e um crescimento que é relevante e que demanda essa vigilância do Banco Central", comentou o presidente do BC.

Funding imobiliário

O presidente do Banco Central disse que o novo modelo de funding imobiliário, lançado pelo governo em outubro, tende a aumentar a potência da política monetária. Ele citou a medida como uma das ações destinadas a reduzir subsídios e distorções que bloqueiam o canal de transmissão dos juros, e levam o País a ter taxas consistentemente mais altas do que pares.

"A intenção foi pegar algo que já vinha sendo desenhado desde a época em que o Bruno estava lá, de como a gente poderia utilizar ainda mais a poupança para suavizar a transição para um financiamento que vai ser mais adequado, para que a captação tenha um casamento maior com o ativo, e para taxas que vão gradativamente se aproximar das taxas de mercado, o que tende a aumentar a potência da política monetária", disse o banqueiro central.

Na fala, Galípolo se referia a Bruno Serra, ex-diretor de Política Monetária do BC e atualmente gestor da Itaú Asset, responsável por conduzir a entrevista.

Desde o início da sua gestão, no começo deste ano, Galípolo vem repetindo que a "normalização" da política monetária é uma das agendas essenciais para o BC. Nesta quinta-feira, ele repetiu que esse processo vai demandar uma série de reformas, sendo que nem todas estão na alçada da autoridade monetária. O presidente da autarquia disse que essa é uma das agendas nas quais gostaria de avançar nos próximos três anos de mandato.

O banqueiro central também citou como uma medida para “normalizar” a política monetária o aumento da colateralização, com o objetivo de reduzir os juros do crédito pessoal. Como as taxas dessas modalidades normalmente são múltiplos da Selic, variações na taxa básica têm impacto limitado. Ele observou que o Drex deve servir como uma plataforma para dar liquidez a ativos e permitir seu uso como garantias, e não como uma moeda digital de um banco central (CBDC, na sigla em inglês).

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2025

NOVO PLANO DA PETROBRAS REDUZ INVESTIMENTO PARA 2026-2030

Conforme apurou o ‘Estadão/Broadcast’, o chamado capex (recursos para manter ou expandir a produção) previsto para o período é de US\$ 109 bilhões, 1,8% menor do que o do plano anterior. Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - A reunião do conselho de administração (CA) da Petrobras acabou por volta das 20h na noite desta quinta-feira, 27, apurou o Estadão/Broadcast. Foram cerca de seis horas de análise do Plano de Negócios para os próximos cinco anos (2026-2030).

O valor do capex (investimento em ativos de longo prazo, como equipamentos, imóveis e infraestrutura para manter ou expandir a capacidade de produção), conforme pessoas a par da decisão, será de US\$ 109 bilhões, 1,8% a menos do que o plano anterior.

A expectativa dos analistas é do novo plano manter o foco em Exploração e Produção (E&P) e reduzir os planos de curto/médio prazo para a energia de baixo carbono.

As ações preferenciais da companhia, as mais líquidas, encerraram o pregão desta quinta-feira, na B3, com valorização de 0,53%, na máxima de R\$ 32,40.

[em atualização]

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/11/2025

CONGRESSO LIBERA GOVERNO PARA GASTAR R\$ 42 BI COM BENEFÍCIOS SOCIAIS SEM TRAVA DA REGRA DE OURO

Serão R\$ 22,2 bi para o pagamento de benefícios previdenciários e R\$ 20 bi para o Bolsa Família. Por Naomi Matsui (Broadcast) e Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - O Congresso aprovou nesta quarta-feira, 27, um projeto de lei que abre crédito suplementar de R\$ 42,2 bilhões no Orçamento de 2025 para garantir o pagamento de benefícios previdenciários e do programa Bolsa Família até o fim do ano. Foram 343 a favor e 67 contra na Câmara, além de uma abstenção. Já o Senado deu 59 votos unânimes. O texto vai à sanção.

O crédito é destinado a dois ministérios, o da Previdência Social e o do Desenvolvimento e Assistência Social. Serão R\$ 22,2 bilhões para o pagamento de benefícios previdenciários e R\$ 20 bilhões para o Bolsa Família.

No projeto, enviado ao Congresso em agosto, o governo afirma que a mudança não afetará a meta fiscal, porque os recursos já estavam previstos no Orçamento. O que faltava era uma autorização legislativa, a fim de que esses recursos pudessem descumprir a chamada “regra de ouro”, que impede que o governo se endivide para pagar despesas correntes.



No projeto, enviado ao Congresso em agosto, o governo afirma que a mudança não afetará a meta fiscal Foto: Pedro França/Agência Senado

O projeto autoriza o governo a usar operações de crédito - emissão de títulos públicos - para bancar os recursos os R\$ 42 bilhões. O "furo" à "regra de ouro" é prevista pela Constituição no caso de créditos suplementares aprovados pelo Congresso.

"É importante mencionar o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, o qual define que é vedada a

realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta", diz o projeto.

A proposta original do governo também previa que, caso os recursos não fossem totalmente usados em 2025, poderiam constar nos orçamentos nos anos seguintes por decreto, ou seja, sem a necessidade de nova aprovação do Congresso. O trecho, no entanto, foi retirado, como parte de acordo do governo com a oposição.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 27/11/2025

CONCESSIONÁRIA DE GUARULHOS ARREMATA 12 AEROPORTOS EM LEILÃO; ALEMÃ FRAPORT FICA COM JERICÓACOARA

Expectativa inicial na estreia do Programa Ampliar, do governo federal, era que 19 aeroportos fossem concedidos, mas seis não receberam propostas

Por Elisa Calmon (Broadcast)

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos (GRU Airport) arrematou nesta quinta-feira, 27, a concessão de 12 aeroportos regionais no leilão que marcou a estreia do Programa Ampliar, na sede da B3, em São Paulo. A iniciativa integra o conjunto de ações federais voltadas ao fortalecimento da aviação regional e prevê, ao longo das próximas fases, a modernização de até 100 aeroportos em todo o País.

A expectativa inicial era que 19 aeroportos fossem concedidos, mas seis não receberam propostas. Ficaram de fora, principalmente, os localizados no Norte do País. Os seis que não receberam proposta foram Tarauacá (AC), Barcelos (AM), Itacoatiara (AM), Itaituba (PA), Parintins (AM) e Guanambi (BA).

A GRU Airport arrematou os aeroportos de Serra Talhada (PE), Cacoal (RO), São Raimundo Nonato (PI), Vilhena (RO), Araguaína (TO), Lençóis (BA), Paulo Afonso (BA), Araripe (PE), Porto Alegre do Norte (MT), Aracati (CE), Guaranhuns (PE) e Barreirinhas (MA).



O Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, em Jericoacoara (CE) Foto: Bruna Toni/Estadão

O governo federal ainda não definiu quais serão as contrapartidas à empresa. A concessionária terá direito a algum tipo de compensação após arrematar os 12 aeroportos. Segundo o secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, os ajustes contratuais ainda estão em estudo.

A GRU foi a única interessada nos ativos e ofertou desconto de 0% sobre os parâmetros anuais (receita, capex e opex). Nesse modelo, o deságio não é aplicado sobre o pagamento feito pelo governo, como em outras concessões. A lógica do Ampliar é que, como os terminais ofertados dão prejuízo, o poder público remunera o operador por meio de reequilíbrio em contratos já em operação. Assim, um lance de 0% indica que a concessionária aceitou operar os aeroportos deficitários sem solicitar vantagens adicionais além das previstas pelo programa.

“Quando fazemos a conta completa, o resultado é negativo para o privado”, disse o secretário. Para equalizar isso, o governo oferece compensações em operações vigentes. As alternativas incluem redução do valor da outorga ou extensão do prazo de contrato, por exemplo. No caso de GRU, a concessionária manifestou preferência por não reduzir o valor anual da outorga, mas sim prorrogar o contrato, dentro do limite de até cinco anos, de acordo com Longo.

“Ainda não está formalizado. Precisamos avaliar o montante total do reequilíbrio a que a concessionária fará jus e compará-lo às projeções de tráfego no fim do contrato”, afirmou. Ele antecipou apenas que a extensão deve ficar abaixo do teto de cinco anos.

Fraport

A alemã Fraport arrematou a concessão do Aeroporto Comandante Ariston Pessoa, em Jericoacoara (CE). A ganhadora desbancou outras duas proponentes ao ofertar um desconto de 100% sobre os parâmetros anuais (receita, capex e opex).

O investimento previsto é de R\$ 101,1 milhões, com a transferência do controle para a Fraport. A concessionária já atua no Estado do Ceará, sendo responsável pelo Aeroporto de Fortaleza. Opera também o Salgado Filho, em Porto Alegre. Fora do Brasil, o portfólio inclui o Aeroporto de Frankfurt (Alemanha).

A PRS Aeroportos e a GRU Airport também participaram da disputa pelo terminal de Jericoacoara, oferecendo deságios de 5,1% e 0%, respectivamente. Com isso, a PRS foi classificada para a etapa viva-voz com a ganhadora, mas não teve interesse em apresentar uma nova proposta.

As melhorias estipuladas no projeto incluem implantação da área de segurança de fim de pista (RESA, na sigla em inglês), ampliação do pátio de aeronaves, assim como reforma e ampliação do terminal de passageiros.

A pista atual tem 2.200 metros por 45 metros. O aeroporto de Jericoacoara atualmente é responsabilidade do Estado do Ceará. O terminal é um dos poucos leiloados que já contam com voos domésticos operados pela Azul, Gol e Latam. Nos números consolidados de 2025, a movimentação somou cerca de 222 mil passageiros.

No caso da Fraport, o secretário Daniel Longo explicou que a companhia não receberá reequilíbrio dos contratos atuais em que opera após arrematar o Aeroporto de Jericoacoara. “Foi uma excelente surpresa”, disse.

Sobre futuras rodadas do Ampliar, Longo esclareceu que o reequilíbrio não se estende automaticamente a todas as concessões de um mesmo grupo econômico. O mecanismo é aplicado somente ao contrato utilizado para participar do leilão.

“Cada contrato é independente. Mesmo que o grupo tenha mais de uma concessão, o reequilíbrio ocorre apenas naquele que entrou formalmente no certame”, explicou o secretário.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 27/11/2025

TARCÍSIO DIZ QUE REFIT FRAUDAVA R\$ 350 MI POR MÊS E QUE PROJETO CONTRA DEVEDOR CONTUMAZ GANHA FORÇA

Grupo tem R\$ 9,6 bilhões inscritos na dívida ativa do Estado de SP, sendo R\$ 6 bilhões declarados pela própria empresa e o restante ligado a autos de infração; Refit não se manifestou

(Por Gustavo Nicoletta (Broadcast) e Geovani Bucci (Broadcast))

O valor das fraudes cometidas por pessoas e empresas investigadas na Operação Poço de Lobato, ligadas ao Grupo Refit, chegava a R\$ 350 milhões por mês, segundo o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). “É como se a gente tirasse da população um hospital de médio porte por mês”, disse ele, durante uma entrevista à imprensa. A defesa da Refit ainda não se manifestou sobre o caso.

Tarcísio acrescentou que a operação “nasce do inconformismo com os débitos dos devedores contumazes”, e ressaltou que o Grupo Refit tem R\$ 9,6 bilhões inscritos na dívida ativa do Estado de São Paulo, sendo R\$ 6 bilhões declarados pelo próprio grupo e o restante ligado a autos de infração. “Ele declara que deve e não paga”, disse.

O governador afirmou que o Estado tentou recuperar o dinheiro dos impostos com ações de execução de dívida, mas que o grupo “nunca tinha patrimônio”. Isso levou as autoridades a pedir a desconsideração da pessoa jurídica, com o objetivo de “enxergar todos os elos” envolvidos na fraude, segundo Tarcísio.



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas
Foto: Paulo Guereta/Governo de SP

“Hoje temos mais de 50 pessoas físicas e jurídicas alvo das operações, que buscam bloquear os recursos e dar acesso ao dinheiro subtraído”, acrescentou.

O governador afirmou acreditar que o projeto que endurece regras contra devedores contumazes, que está na Câmara, ganha força com a operação Poço de Lobato.

“Quando você tem operações que escancaram esse tipo de esquema, aqueles projetos que muitas vezes encontram barreiras no Congresso ganham força. Não tenho dúvida que o projeto do devedor contumaz ganha impulsão. E ele é fundamental. O PLP 125 é fundamental e vai ser mais um instrumento à disposição do Estado para combater esse tipo de fraude”, comentou.

Também presente na entrevista, o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, ressaltou que não houve motivação política na operação. “Pelo contrário, Receita Federal, Ministério Público Federal e Polícia Federal vão fazer o que tem que ser feito e alcançar quem tem que ser alcançado”, declarou Barreirinhas, após ressaltar que o Brasil sai ganhando quando órgãos estatais trabalham com independência.

Antes de encerrar a entrevista, Tarcísio disse que seguirá trabalhando em conjunto com órgãos federais para que fraudadores não prejudiquem as empresas que operam “dentro das regras do jogo”. “O País como um todo, o Estado brasileiro, sai vitorioso depois de uma operação como essa”, declarou o governador.

Ele também criticou os questionamentos ao regime tributário especial adotado pelo governo paulista que exige dos postos e distribuidoras o recolhimento de imposto na origem, durante a compra dos combustíveis.

“Geralmente tinha uma distribuidora de fachada associada a um fundo de investimento, desse fundo o dinheiro era transposto para offshore, o dinheiro ia para o exterior, laranjas eram usados. O Estado sempre com dificuldade de chegar nos devedores”, disse o governador.

“A Receita do Estado foi procurando fechar os caminhos, instituindo regimes especiais tributários para chegar no posto que está comprando o combustível que é fraudado. Às vezes esses regimes especiais eram questionados na Justiça. Há pouco tempo estivemos no Supremo Tribunal Federal para cassar uma decisão judicial que ia contra um regime especial tributário de São Paulo”, afirmou.

“Não tendo recolhimento na refinaria, passou-se a cobrar nas distribuidoras e nos postos. Você não pode comprar combustível fraudado. Essa é a lógica do regime especial instituído aqui”, acrescentou.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 27/11/2025

NEOENERGIA ANUNCIA 1º POSTO DE HIDROGÊNIO VERDE DO BRASIL E FECHA PARCERIA COM A HONDA

Terminal em Taguatinga (DF) custou cerca de R\$ 30 milhões e é alimentado por uma usina fotovoltaica própria

Por Gabriela da Cunha (Broadcast)

RIO - A Neoenergia vai inaugurar, em 16 de dezembro, o primeiro terminal de hidrogênio verde do País. O posto, erguido na base operacional de Taguatinga (DF), consumiu cerca de R\$ 30 milhões e é alimentado por uma usina fotovoltaica própria. Ele opera em duas pressões: enche o tanque de um ônibus para cerca de 400 km de autonomia ou abastece até oito carros de passeio em sequência.

O projeto tem como primeiro parceiro a Honda, que usará no Brasil o utilitário CR-V e:FCV — híbrido plug-in movido por célula a combustível, cujo reabastecimento leva três minutos — para seis meses de testes de viabilidade na produção e no uso do hidrogênio verde.

Segundo o CEO da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, o projeto foi totalmente realizado com recursos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A tecnologia embarcada segue a experiência da Iberdrola em projetos semelhantes na Europa, como Puertollano (com 20 MW de eletrólise) e a estação de Barcelona para abastecimento de ônibus.



Posto em Taguatinga (DF) opera em duas pressões: enche o tanque de um ônibus para cerca de 400 km de autonomia ou abastece até oito carros de passeio em sequência Foto: Neoenergia/Divulgação

“A experiência internacional indica que o hidrogênio verde evolui de projetos-piloto para usos industriais e comerciais em larga escala. No Brasil, esse movimento é favorecido por uma matriz elétrica renovável e pelo avanço regulatório, embora ainda dependa de aprendizado contínuo e desenvolvimento tecnológico.”

Segundo ele, a estação de Taguatinga “permite à companhia e aos parceiros obter conhecimento prático e demonstrar o potencial dessa infraestrutura no Brasil”.

O CEO da Honda Automóveis do Brasil, Arata Ichinose, vê a colaboração anunciada nesta quinta-feira como um passo importante para a exploração do potencial desse vetor energético. Do lado japonês, a colaboração reforça o plano global de zerar emissões até 2050. “A Honda foi uma das pioneiras a reconhecer o valor do hidrogênio para viabilizar uma sociedade neutra em carbono e vem desenvolvendo tecnologias há mais de 30 anos.”

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 27/11/2025

CORREIOS, EM CRISE, VÃO ADIAR PARA 2027 CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO REALIZADO NO FIM DE 2024

Novo presidente da estatal, Emmanuel Rondon, sinalizou a sindicatos que momento é de redução de custos e implementação do Plano de Demissão Voluntária (PDV)

Por Alvaro Gribel

BRASÍLIA — Depois de registrar prejuízo de R\$ 4,34 bilhões no primeiro semestre deste ano e elaborar um plano de recuperação que prevê a tomada de R\$ 20 bilhões de empréstimos com aval do Tesouro, os Correios devem adiar ao máximo a convocação dos aprovados em concurso realizado pela empresa em dezembro de 2024.

O novo presidente da companhia, Emmanuel Rondon, que assumiu a empresa em setembro deste ano, no lugar do advogado Fabiano Silva dos Santos, já sinalizou a sindicatos de trabalhadores da empresa que não há espaço para contratações neste momento, e que, no melhor cenário, as convocações ocorrerão em 2027. Rondon, no entanto, ainda tentará alongar esse prazo. Procurados, os Correios não se manifestaram.



Centro de Distribuição dos Correios na Zona Sul de São Paulo, na Rua Juquis, bairro de Moema Foto: Foto Tiago Queiroz/ Estadão

A realização desse concurso, no final de 2024, é visto por especialistas como um sintoma da alienação da gestão anterior, Fabiano Silva dos Santos, que tentava ampliar o quadro de funcionários dos Correios, mesmo com os crescentes prejuízos da estatal. Agora, Rondon tentar implementar um Programa de Demissão Voluntária (PDV) para reduzir o quadro em 10 mil trabalhadores.

Os Correios abriram concurso para 3.551 vagas, com salários de até R\$ 6,8 mil, sendo 3.099 cargos de nível médio, para carteiros, e 412 de nível superior, incluindo advogados, analista de sistemas, arquiteto, arquivista.

Além dos salários, os Correios oferecem vale-refeição de R\$ 1,4 mil, além de plano de saúde e plano de previdência complementar. Quase 1,7 milhão de pessoas se inscreveram para o exame.

Sem 'bala de prata'

Desde que assumiu o cargo, Rondon tem dito a interlocutores que não existe "bala de prata" para reverter a crise da empresa. Antes mesmo de aceitar o posto, ele identificou um descasamento de R\$ 7,6 bilhões entre ativos e passivos de curto prazo da empresa, de menos de 12 meses, o que motivou o pedido de empréstimo com aval do governo federal.

O fluxo de caixa da empresa foi projetado até dezembro de 2025, e o pedido de R\$ 20 bilhões visa quitar o empréstimo atual da companhia, no valor de R\$ 1,8 bilhão com um grupo de bancos, além de regularizar dívidas com fornecedores, cobrir a folha de pagamentos e realizar investimentos.

Na última semana, a empresa aprovou o plano de recuperação, e agora aguarda a proposta dos bancos com as condições para o empréstimo. Tudo isso terá de ser avaliado e aprovado pelo Tesouro Nacional, que será o avalista da operação.

O entendimento da nova administração é de que o setor de encomendas, em todo o mundo, passou a ter uma concorrência difícil de ser superada de empresas privadas e que não tem o serviço de entregas como negócio principal.

Com isso, eles podem operar com margens apertadas ou até negativas, porque a principal fonte de lucros é a venda de outro serviço, como acontece, por exemplo, com as grandes redes de e-commerce.

Uma das propostas que pode ser negociado com o Tesouro é uma espécie de indenização aos Correios pelos custos que a empresa tem com a universalização do serviço. Antes, a empresa compensava esse gasto — que a obriga a realizar entregar em todo o território nacional — com o monopólio do setor de cartas.

Hoje, contudo, esse serviço já não dá lucro. A gestão atual dos Correios entende que a universalização implica gastos de cerca de R\$ 5 bilhões por ano.

Na última semana, os Correios aprovaram o plano de recuperação, que contempla três fases: recuperação financeira, consolidação e crescimento.

“Nos próximos 12 meses, os recursos serão aplicados em medidas determinantes, tais como: PDV e remodelagem dos custos com plano de saúde; 100% de adimplência com fornecedores; modernização e readequação do modelo operacional e infraestrutura tecnológica; liquidez assegurada durante a evolução do modelo econômico da empresa ao longo de 2026”, afirmaram os Correios.

No início da semana, o governo ampliou a projeção de déficit nas empresas estatais este ano, de R\$ 5,5 bilhões para R\$ 9,2 bilhões. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dário Durigan, admitiu que o impacto fiscal pode ser ainda maior.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 27/11/2025



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

CONGRESSO DERRUBA MAIORIA DOS VETOS DE LULA AO PROJETO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O movimento de derrubada se deu, sobretudo, por força da bancada ruralista e setores empresariais contrários aos vetos

Por Cristiano Zaia e Gabriela Guido, Valor — Brasília



— Foto: Carlos Moura/Agência Senado

Em mais uma derrota para o governo e em meio à escalada da crise política, o Congresso Nacional derrubou nesta quinta-feira (27) a maioria dos 63 vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de lei do licenciamento ambiental. Todos os 52 vetos analisados foram derrubados em dois blocos de votação e nenhum mantido: primeiro os parlamentares derrubaram 24, e na sequência mais 28 — os 11 restantes foram adiados para análise posterior. Tanto na Câmara quanto no Senado, a maioria dos

parlamentares votou pela derrubada.

Com isso, passa a valer, em grande parte, a nova lei geral do licenciamento, aprovada em julho pelo Legislativo, alvo de duras críticas de ambientalistas e de alas do governo como o Ministério do Meio Ambiente. Antes mesmo da votação de hoje, partidos de esquerda já se preparavam para entrar na Justiça contra a proposta, apelidada de “PL da Devastação”.

O movimento de derrubada se deu, sobretudo, por força da bancada ruralista e setores empresariais contrários aos vetos. Eles defendem que o licenciamento seja simplificado e agilizado diante da demora na emissão de licenças pelos órgãos ambientais no país.

“Não há flexibilização. Risco ambiental nenhum está sendo causado. Não é uma questão de simplificação, é uma questão de racionalização e modernização”, disse o deputado Zé Vitor (PL-MG), que foi relator do PL na Câmara.

Há três semanas, uma sessão conjunta do Congresso chegou a ser convocada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), mas o governo conseguiu adiar para depois da COP30, que aconteceu em Belém (PA). Nos últimos dias, houve até uma tentativa do Executivo de construir um acordo, mas fontes dizem que o clima de desgaste entre Davi e o governo prejudicaram qualquer consenso.

Antes de anunciar o resultado da derrubada dos primeiros 24 vetos, Alcolumbre pregou “responsabilidade ambiental”, buscou justificar a votação e disse que a sessão conjunta do Congresso é mais um passo para “destravar” o tema do licenciamento ambiental no Brasil.

“Qualquer tentativa de transformar esse veto [ao PL do licenciamento ambiental] em disputa política, desconsidera o papel do Congresso Nacional”, disse o presidente do Senado. “Votar esse veto é fundamental para destravar o tema do licenciamento ambiental como um todo, estabilizando o marco legal, dando previsibilidade jurídica e permitindo que o Congresso avance nas demais matérias.”

Pessoas a par das negociações viram o clima ruim do Legislativo com o Planalto influenciar na falta de acordo referente aos vetos do licenciamento. Elas avaliam que, mesmo com uma tentativa de construção de acordo, o enfraquecimento do governo teria dado confiança para a bancada da agropecuária, que tem maioria no Congresso, levar os vetos a voto.

Entre os vetos mais sensíveis à área ambiental do governo, que foram derrubados, está o que rejeitou a criação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para projetos de médio impacto ambiental. Trata-se de uma licença autodeclaratória que não depende de análise e aprovação de órgão ambiental para que uma obra ou projeto seja executado. O governo vetou e enviou ao Legislativo um projeto de lei prevendo a LAC, mas apenas para empreendimentos de baixo impacto. Mas a oposição derrubou hoje.

Outro voto do Executivo derrubado hoje é um que trata da autonomia dos Estados para licenciar empreendimentos. Na visão da área ambiental do governo, o PL sem os vetos retirava poder da União, principalmente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis (Ibama) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) no processo de concessão de licenças ambientais. Com a derrubada do voto, os Estados passam a ter mais poder de competência sobre o licenciamento.

Outro ponto derrubado foi um voto ao artigo que dispensava licenciamento ambiental para produtores rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) ainda pendente de análise pelos órgãos ambientais. Agora, os produtores serão dispensados de licenciamento mesmo com pendências no CAR.

E por fim, uma questão que gerou muito embate, o Congresso também derrubou um voto que impedia que órgãos intervenientes do processo de licenciamento, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), não fossem mais consultados em processos de licenciamento em áreas

não demarcadas. “Não faz sentido a Funai participar de modo vinculante em áreas indígenas não homologadas”, avalia ele.

A base governista reagiu com fortes críticas à derrubada dos vetos e prometeu recorrer à Justiça. O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), classificou a derrubada como “o maior retrocesso da legislação ambiental” e disse que o governo irá buscar reverter alguns vetos derrubados acionando o Supremo Tribunal Federal (STF).

“E tem matérias que eu acho que são extremamente condicionantes. A Mata Atlântica, por exemplo, é um bioma protegido pela Constituição, nós não podemos vulnerabilizar a Mata Atlântica a despejo da Constituição. Consultar indígenas e quilombolas sobre empreendimentos em seus territórios está previsto explicitamente na Constituição.”

“Esse projeto virou uma vergonha internacional e é um verdadeiro retrocesso na defesa do meio ambiente”, também afirmou a senadora Liziane Gama (PSD-MA).

Vetos adiados

Os únicos vetos não votados foram os relacionados à Licença Especial Ambiental (LAE), nova licença criada justamente no PL. O novo dispositivo foi idealizado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para acelerar o licenciamento de empreendimentos estratégicos para o país, desde que aprovados por um Conselho de Governo.

Em agosto, o governo vetou esse ponto, mas encaminhou ao Congresso uma Medida Provisória (MP) prevendo a LAE, mas apenas em modelo trifásico (obedecendo às três etapas atuais de licenciamento) e não no regime monofásico (apenas uma fase) como foi aprovado no PL em meados do ano.

Num acordo com a liderança do governo no Congresso hoje, os parlamentares adiaram a discussão da LAE para a medida provisória (MP) editada pelo governo, que trata sobre o tema. A MP, no entanto, expira dia 5 de dezembro, e ainda precisa ser votada em comissão especial e nos plenários da Câmara e do Senado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/11/2025

GRUPO REFIT, DA REFINARIA DE MANGUINHOS, É ALVO DE MEGAOPERAÇÃO

São mais de 190 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas, todos ligados a Magro ou ao grupo Refit
Por Marcos de Moura e Souza e Fábio Couto, Valor — São Paulo e Rio

Uma grande operação realizada nesta quinta-feira em cinco Estados e o Distrito Federal (DF) cumpre mandados de busca e apreensão em empresas ligadas ao grupo Refit e também em endereços de familiares do empresário Ricardo Magro, que comanda o grupo empresarial do setor de combustíveis.

O próprio Magro não foi alvo de busca e apreensão por não ter residência no Brasil.

“O objetivo é desarticular um engenhoso esquema de fraude fiscal estruturada que causou enormes prejuízos ao erário de Estados e da União estimados em mais de R\$ 26 bilhões de débitos já inscritos em dívida ativa”, afirma o Ministério Público de São Paulo (MPSP).

São mais de 190 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas, todos ligados a Magro ou ao grupo Refit, que atua no setor de combustíveis e é dono da Refinaria de Manguinhos.

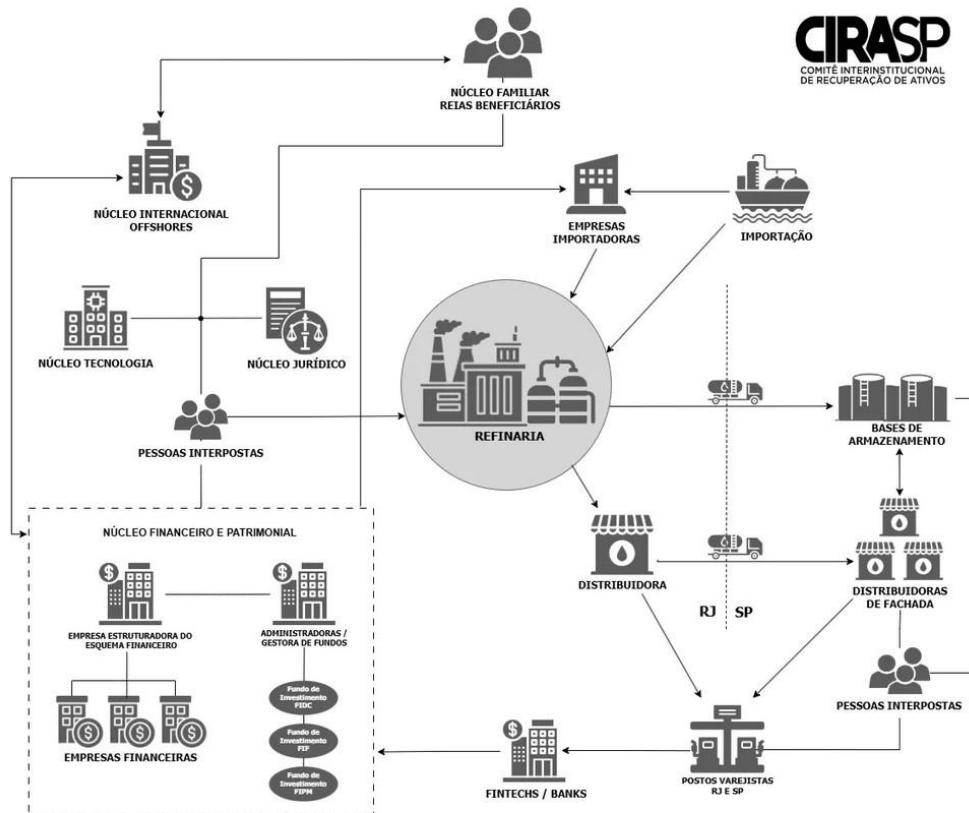


— Foto: Refinaria de Manguinhos

Segundo o MP, a suspeita é que os alvos integrem uma organização criminosa envolvida na prática de “diversos crimes contra a ordem econômica e tributária, lavagem de dinheiro, dentre outras infrações”.

A operação é realizada pelo Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos de São Paulo (Cira/SP), formado por promotores de Justiça de São Paulo, por integrantes da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado e pela Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo. E atua com a Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo e Polícias Civil e Militar.

Os mandados estão sendo cumpridos em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Maranhão.



— Foto: Divulgação/MPSP

De acordo com as investigações, empresas ligadas ao grupo Refit atuam como intermediários ou representantes com o objetivo de “afastar a responsabilidade pelo recolhimento de ICMS devido ao Estado de São Paulo”.

E que o grupo empresarial "ignorava as obrigações fiscais e criava novas estratégias e mecanismos de fraude fiscal".

De acordo com o Ministério Público, os recursos auferidos pelas fraudes "foram realocados em uma complexa rede de interpostas pessoas, especialmente através de holdings, offshores, instituições de pagamento e fundos de investimento".

Outro lado

A Refit afirmou que os débitos tributários apontados pela Secretaria da Fazenda de São Paulo, que serviram como base para a operação, estão sendo questionados judicialmente pela companhia, "exatamente como fazem inúmeras empresas brasileiras que divergem de uma cobrança tributária".

Em nota, a empresa afirmou que o questionamento judicial é feito inclusive pela Petrobras, que segundo a empresa é a "maior devedora do Estado do Rio de Janeiro".

"Trata-se, portanto, de uma disputa jurídica legítima e não de qualquer tentativa de ocultar receitas ou fraudar o recolhimento de tributos. Todos os tributos estão devidamente declarados portanto não havendo que se falar em sonegação", disse a Refit em nota.

A empresa disse ainda ser "lamentável" que as autoridades constituídas "permitam ser levadas a erro pelo cartel das distribuidoras personificado no Instituto Combustível Legal (ICL)."

A reportagem procurou a Petrobras e o ICL. A estatal afirmou que não vai comentar a afirmação da Refit. O Valor aguarda posicionamento do instituto.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 27/11/2025

MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE PARA TCU MONITORAR CRISE FINANCEIRA DA ELETRONUCLEAR

Segundo o MP junto ao Tribunal de Contas da União, a suspensão das obras de Angra 3 pela empresa "representa um desperdício de recursos públicos e um entrave ao desenvolvimento do setor energético nacional".

Por Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



Ministério Público pede para TCU monitorar crise financeira da Eletronuclear — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP-TCU) pediu que o tribunal acompanhe a crise financeira da Eletronuclear, que pediu recentemente um aporte de R\$ 1,4 bilhão ao governo federal.

Em representação, o subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado cita que a paralisação das obras de Angra 3 pela empresa "representa um desperdício de recursos públicos, além de configurar um entrave ao desenvolvimento do setor energético nacional".

No documento, ele pede que a área técnica do TCU monitore a situação financeira da empresa e avalie a viabilidade de eventuais planos de reestruturação. Além disso, pede que o TCU determine providências ao Ministério da Fazenda e o Ministério de Minas e Energia para que o projeto da usina seja concluído.

Estatais na mira

As estatais estão na mira do TCU e também preocupam o governo do ponto de vista orçamentário. Na sexta-feira (21), a equipe econômica anunciou congelamento de R\$ 3 bilhões no orçamento decorrente do déficit dos Correios. O secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, disse, na segunda (24), que há preocupação de a situação ser ainda mais grave do ponto de vista fiscal no próximo ano.

No documento, Lucas Rocha Furtado defende que o déficit das estatais "reforça a necessidade de uma atuação mais rigorosa e proativa do TCU, com o objetivo de evitar o agravamento da crise fiscal e assegurar a correta aplicação dos recursos públicos".

"A situação da Eletronuclear, nesse contexto, é um exemplo claro de como a má gestão e a falta de controle podem impactar negativamente as contas públicas e comprometer a capacidade de investimento do governo", assinalou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 27/11/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

BUNKER COM 24% DE BIODIESEL ABASTECE 3 NAVIOS DA TRANSPETRO

Da Redação Navegação 27/11/2025 - 19:09



Combustível marítimo fornecido pela Petrobras contém menor intensidade de carbono, conforme exigências da IMO. Operação ocorreu no Tebar, em São Sebastião (SP), entre 10 e 17 de novembro

A Petrobras abasteceu três navios da Transpetro com bunker composto por 24% de biodiesel. A operação ocorreu, entre os dias 10 e 17 de novembro, no Terminal Aquaviário de São Sebastião (Tebar), em São Paulo. O combustível renovável que abasteceu as embarcações, Biocombustível (PBio), é fornecido pela Petrobras. Foram abastecidos

os navios Zumbi dos Palmares, com aproximadamente 1.300 toneladas, e as embarcações Rômulo Almeida e Carlos Drummond de Andrade, com cerca de 400 e 300 toneladas, respectivamente.

O volume total abastecido nos navios da frota Petrobras equivale ao consumo de combustível realizado pelos navios que foram utilizados como hotelaria durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em Belém (PA). No período do evento, a Petrobras também cooperou com o aporte de diesel com conteúdo renovável para a frota de ônibus dedicada e para geradores de energia elétrica usados no evento.

A Petrobras destacou que o bunker com conteúdo renovável atende às regulamentações da Organização Marítima Internacional (IMO), que limita o teor de enxofre nos combustíveis marítimos. Segundo a companhia, trata-se de uma solução drop-in, que pode ser usada pela frota existente sem necessidade de adaptações técnicas, o que posiciona o Brasil como uma alternativa competitiva para o suprimento de combustíveis marítimos sustentáveis.

A holding ressaltou que a operação no Terminal de São Sebastião reforça seu papel como agente na transição energética e no desenvolvimento de soluções sustentáveis para o mercado marítimo. A empresa salientou que o bunker com conteúdo renovável contribui para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se aos compromissos ambientais da companhia e às melhores

práticas internacionais. "A Petrobras está expandindo, no Brasil e no exterior, sua capacidade logística para o fornecimento desse tipo de combustível", afirmou em nota o diretor de logística, comercialização e mercados da Petrobras, Claudio Schlosser.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025

MPOR ATUALIZA REGRAS SOBRE USO DE DEBÊNTURES EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Da Redação Portos e logística 27/11/2025 - 18:33



O Ministério de Portos e Aeroportos publicou nesta quinta-feira (27), no Diário Oficial da União, portaria que atualiza regras para uso de debêntures, títulos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos de longo prazo, em projetos de investimento considerados prioritários no setor de logística e de transportes. A diretora de assuntos econômicos da pasta, Helena Venceslau, explicou que o objetivo é permitir refinanciamentos em circunstâncias mais vantajosas para as empresas, alterando as condições da dívida de acordo com as condições de mercado, incluindo variações da taxa de juros. "Tornamos a emissão de debêntures mais atrativa para que mais investimentos estruturadores sejam realizados", disse.

As debêntures para projetos de infraestrutura foram regulamentadas em 2024, buscando aumentar o potencial de atração de investimentos e, segundo o Ministério, de agosto de 2024 a outubro de 2025, permitiram aportes de R\$ 3,7 bilhões em projetos portuários. Mas, para fazer a reemissão de debêntures, a empresa teria que quitar a dívida anterior, o que foi flexibilizado pela portaria.

Apesar da flexibilização, a portaria estabelece que a reemissão tem que ser feita em relação a investimento financiado na mesma modalidade. "A proibição de novas emissões para um mesmo investimento limitaria a flexibilidade financeira dos projetos de infraestrutura", explicou Helena Venceslau.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DAS CONTAS VINCULADAS SOBE 20% EM 9 MESES

Por Danilo Oliveira Indústria naval 27/11/2025 - 16:47



Saldo das contas vinculadas, no final de setembro de 2025, alcançou R\$ 530 milhões, ante R\$ 398 milhões ao final de 2024

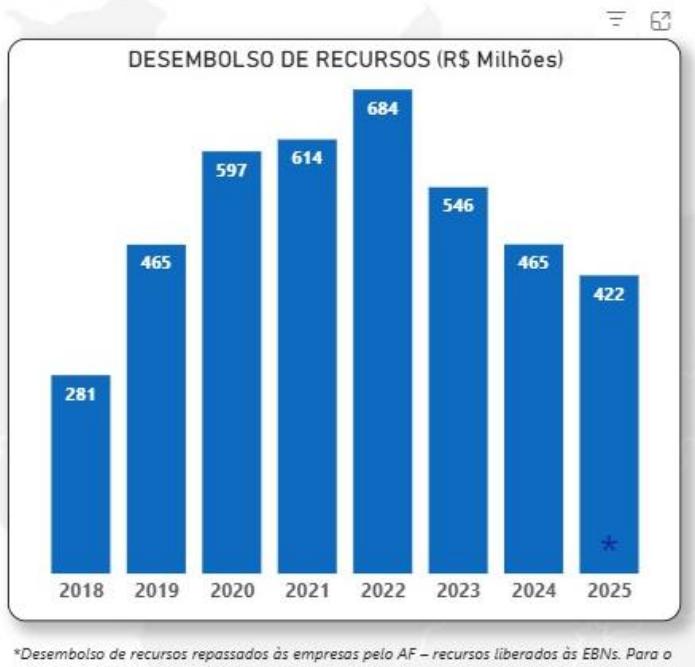
Os repasses de recursos das contas vinculadas totalizaram R\$ 421,6 milhões no acumulado de janeiro até setembro, um aumento de 20% em relação ao mesmo período de 2024, quando os desembolsos somaram R\$ 351,6 milhões e fecharam aquele exercício em R\$ 465 milhões. A maior parte dos valores liberados se concentra no Amazonas (R\$ 215 milhões), estado que também tem o maior número de operações:

75 das 129 registradas no acumulado de 2025.

Outros R\$ 95,7 milhões correspondem à categoria 'não especificada', cuja complexidade das operações pode beneficiar dois ou mais estados, conforme os critérios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na sequência, aparecem Santa Catarina, com R\$ 49,6 milhões em valores liberados, Pernambuco com três operações que somam R\$ 30,7 milhões, Rio de Janeiro (R\$ 18,2 milhões), Amapá (R\$ 6,5 milhões) e São Paulo (R\$ 5 milhões).

Dos R\$ 421,6 milhões de liberações das contas vinculadas, R\$ 131 milhões correspondem a 29 projetos de construção naval, R\$ 150 milhões à categoria serviços (81 projetos) e os demais R\$ 141 milhões da rubrica 'prestação' (19 projetos). A navegação interior, com 110 projetos, concentra R\$ 310 milhões. Outros R\$ 105 milhões são de valores liberados para 25 projetos de cabotagem. O sistema registrou 7 milhões para um projeto de longo curso.

Em relação ao status, R\$ 158 milhões foram concluídos, distribuídos em um total de 80 projetos, R\$ 159 milhões foram considerados com andamento 'intermediário' (40) e R\$ 104 milhões (29) estão em estágio inicial.



As operações com recursos das contas vinculadas beneficiaram principalmente armadores dos estados do Amazonas (81 operações, R\$ 217,8 milhões liberados), São Paulo (24 operações, R\$ 82,3 milhões liberados), Rio de Janeiro (9 operações, R\$ 52,8 milhões), Pará (12 operações, R\$ 14,6 milhões liberados) e Santa Catarina (1 operação, R\$ 49,3 milhões).

Saldo das contas

Na série histórica contabilizada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (2011-2025), os desembolsos totalizam R\$ 5,87 bilhões. Já o saldo das contas vinculadas, no final de setembro de 2025, alcançou R\$ 530 milhões, ante R\$ 398 milhões ao final de 2024 e R\$ 331 milhões no encerramento do exercício de 2023.

A conta vinculada é um mecanismo de fomento aos armadores nacionais para que eles possam renovar, equipar ou reparar suas embarcações em empresas especializadas e estaleiros nacionais. Ela teve origem na implantação da política de fomento à marinha mercante nacional e à indústria naval no país e foi mantida na Lei 10.893/2004, que destina parte do AFRMM gerado nas operações de frete às empresas de navegação.

Esses recursos podem ser utilizados na aquisição ou reformas de embarcações e são depositados nas contas vinculadas de AFRMM das empresas brasileiras de navegação (EBNs). As contas são abertas no Banco do Brasil em nome das empresas de navegação cujo objetivo é receber parcelas do produto da arrecadação do AFRMM que lhes cabe, movimentadas pelo BNDES.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025

PL 733: FENOP ACREDITA EM INCLUSÃO DE TEMAS ACORDADOS POR TRABALHADORES E EMPREGADORES

Por Nelson Moreira Portos e logística 27/11/2025 - 18:29



Na comissão especial da Câmara, relator afirmou que alguns sindicatos inicialmente tiveram rejeição, mas acabaram por aceitar proposta

A audiência pública realizada na última quarta-feira (26) pela Comissão Especial sobre o sistema portuário brasileiro para ouvir a opinião dos empregadores a respeito do PL 733/2025, que visa a regular o regime dos trabalhadores portuários, indicou a possibilidade de acordo em torno da proposta apresentada pelo presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino. Ele defendeu que

sejam incluídos no texto do relator, deputado Arthur Maia (União-BA), os termos do acordo firmado entre representantes dos operadores portuários e das federações de trabalhadores do setor.

A possibilidade foi confirmada pelo relator, que disse que a proposta inicialmente teve oposição de alguns sindicatos, mas que acabaram por aceitá-la, e também pelo presidente da Comissão, deputado Murilo Galdino (Republicanos-PB), que disse que o acordo tem apoio tanto de trabalhadores como de operadores portuários. Segundo eles, a tendência é que o texto final conte as proposições apresentadas pela Fenop.

Em sua participação, Aquino apresentou os principais tópicos do projeto original e as divergências com o acordo firmado entre patrões e empregados, que, explicou, foi firmado após nove meses de negociações com reuniões semanais. Entre eles, citou vários temas em que direitos dos trabalhadores seriam cortados se for adotado o texto originalmente apresentado pelo autor do projeto, deputado Leur Lomanto Junior (União-BA).

O presidente da Fenop listou entre eles a abrangência do trabalho portuário, que, segundo o texto do PL 733 ficaria restrito às operações a bordo e no costado, enquanto o acordo abrange todas as instalações, incluindo pátios e armazéns. Citou também a divergência sobre as categorias definidas como de trabalhadores portuários e a redução de seis, como negociado entre os operadores, para apenas três.

Outro ponto apresentado como fundamental pelo presidente da Fenop é sobre a exigência de cadastro dos trabalhadores para exercerem atividades nos portos e que seria extinta se for aprovado o texto original do projeto. Além disso, condenou a proposta de obrigar os trabalhadores a serem submetidos a novas certificações a cada cinco anos, quando pelo acordo entre trabalhadores e operadores que não há previsão da necessidade de novas avaliações. Segundo Aquino, é fundamental não tirar dos portuários o direito à certificação que eles já têm.

Além disso, Sérgio Aquino citou outro ponto de divergência e que pode prejudicar os trabalhadores a obrigatoriedade de pagamento de indenização aos que se retiram da atividade quando atingem a idade de 70 anos. Segundo ele, a obrigação de indenizar foi incluída no acordo entre operadores e federações de trabalhadores, mas omitida no texto do PL.

Outro ponto citado e que causou mais divergências entre os participantes da audiência foi a questão da exclusividade na contratação de portuários com vínculo empregatício. Aquino lembrou que o acordo prevê regras para a substituição gradativa dessa obrigatoriedade, enquanto o projeto de lei acabaria com ela.

Por fim, citou como outro ponto de divergência a previsão de indenização aos hoje trabalhadores avulsos que se afastarem da atividade, que seria retirada caso do texto do PL 733 for aprovado como apresentado inicialmente. Aquino disse que, em vez de retirar esse direito dos trabalhadores, é preciso aumentar o valor das indenizações e que o setor empresarial está disposto a negociar esse ponto.

Aquino teve apoio de Jesualdo Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP). Silva disse que a entidade participou de todas as negociações conduzidas pela Fenop e aprova integralmente o acordo firmado, que, disse, leva em conta a responsabilidade social dos empregadores. "O Brasil tem que olhar para frente, mas sem deixar para trás as questões sociais", afirmou.

Ao fim da audiência, o relator Arthur Maia indicou que vai incluir em seu relatório pontos da proposta apresentada pela Fenop com base no acordo entre empregados e trabalhadores portuários e que, disse o deputado, teve respaldo do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Ele disse que seu objetivo é chegar ao consenso e evitar que alguns pontos tenham que ser resolvidos no voto na hora de aprovação do PL.

Maia adiantou, entretanto, um ponto que considera pacífico e que vai incluir no relatório: a transferência para o Sistema Sest-Senat dos recursos arrecadados para o treinamento de trabalhadores portuários e que hoje são repassados para a Marinha do Brasil. Segundo ele, a própria Marinha reconhece que não tem capacidade de realizar os treinamentos e, por isso, o dinheiro deve ficar sob responsabilidade de entidade especializada em formação de mão de obra na área de transportes.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025

TECON SANTOS RECEBERÁ 2 PORTÊINERES E 8 GUINDASTES DE PÁTIO ELÉTRICOS EM JANEIRO

Da Redação Portos e logística 27/11/2025 - 19:13



A Santos Brasil, empresa que administra o Tecon Santos, anunciou nesta quinta-feira (27) que receberá na primeira quinzena de janeiro de 2026 dois guindastes de cais (portêineres) e oito de pátio elétricos, comprados por R\$ 300 milhões da empresa chinesa ZPMC. A previsão é de que os equipamentos entrem em operação em fevereiro, como parte do projeto de ampliação, modernização e descarbonização do terminal.

Segundo a operadora do Tecon, os portêineres poderão ser operados remotamente, do centro de operação de seu prédio administrativo, sem necessidade de operadores nas cabines. Cada um desses equipamento tem 50 metros de altura, do cais à lança, e 70 metros de comprimento de lança e capacidade para movimentar dois contêineres de 20 pés cheios ao mesmo tempo, com até 100 toneladas de carga.

A Santos Brasil informou que os guindastes de pátio se somarão a oito unidades elétricas já em operação no terminal. Segundo a empresa, eles são modelos de última geração, que também permitem a operação remota, e outros do tipo elétricos serão comprados para substituir os movidos a diesel.

A companhia explicou que o uso de equipamentos elétricos permitirá a redução de emissão de cerca de 20 toneladas de CO₂ ao mês por cada um e que, no total, 713 toneladas de CO₂ por mês deixarão de ser lançadas na atmosfera, diminuindo em 97% as emissões desses guindastes no terminal. Eles são equipados com 23 câmeras, laser scanners e sensores para fazer a movimentação, controlada por joysticks em uma mesa com três telas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025

BRASIL CONCORRE À REELEIÇÃO NO CONSELHO DA IMO PARA BIÊNIO 2026-2027

Da Redação Navegação 27/11/2025 - 16:04



País, membro da organização desde 1963, ocupa assento no conselho de forma ininterrupta desde 1967. Resultado será anunciado nesta sexta-feira (28)

O Brasil concorre à reeleição no Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), para o biênio 2026-2027. Membro da IMO desde 1963, o país disputa o pleito na categoria destinada a Estados com maior interesse no comércio marítimo internacional. O resultado será anunciado pelo presidente da 34ª assembleia da entidade, ao final da sessão eleitoral, que ocorrerá na próxima sexta-feira (28).

O Brasil ocupa assento no conselho de forma ininterrupta desde 1967. A votação dos 40 membros que vão compô-lo ocorrerá ao longo da assembleia, da qual participam os 176 estados-membros. A delegação brasileira é chefiada pelo almirante de esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes, representante permanente do Brasil junto à IMO.

Em discurso na sessão plenária, na última quarta-feira (26), ele defendeu a relevância da atuação brasileira e reiterou o compromisso nacional com a segurança da navegação, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do setor marítimo.

Na ocasião, Vieira falou da necessidade de o desenvolvimento econômico deve andar de mãos dadas com a responsabilidade ambiental. "O compromisso do Brasil com seus princípios está fundamentado na realidade. Temos um dos maiores conglomerados de energia elétrica limpa do mundo. Da mesma forma, nossa expertise no desenvolvimento e uso de biocombustíveis demonstra que o crescimento econômico e a ação climática podem avançar juntos", afirmou.

A Marinha destaca que, desde o ano 2000, é responsável pela atuação da representação permanente do Brasil junto à IMO, participando das discussões em defesa dos interesses nacionais, particularmente relacionados à segurança da navegação, à proteção do meio ambiente marinho e à sustentabilidade e eficiência do setor marítimo.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/11/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/11/2025